



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA

O GÊNERO NA REGIÃO NORDESTE:
MORFOLOGIA E ESTIGMA SOCIAL

ÉLIDE ELEN DA PAIXÃO SANTANA

Salvador
2015

ÉLIDE ELEN DA PAIXÃO SANTANA

O GÊNERO NA REGIÃO NORDESTE:
MORFOLOGIA E ESTIGMA SOCIAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Língua e Cultura.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Suzana Alice Marcelino da Silva Cardoso.

Salvador
2015

ÉLIDE ELEN DA PAIXÃO SANTANA

O GÊNERO NA REGIÃO NORDESTE:
MORFOLOGIA E ESTIGMA SOCIAL

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Língua e Cultura, Instituto de Letras, da Universidade Federal da Bahia.

Prof^a. Dr^a. Suzana Alice Marcelino da Silva Cardoso - Orientadora
Doutora em Letras
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof^a. Dr^a. Silvana Soares Costa Ribeiro
Doutora em Letras e Linguística
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof^a. Dr^a. Denise Gomes Dias Santos
Doutora em Letras e Linguística
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Sistema de Bibliotecas - UFBA

Santana, Élide Elen da Paixão.

O gênero na região Nordeste: morfologia e estigma social / Élide Elen da Paixão.
- 2016.
145 f. : il.

Orientadora: Profª Drª Suzana Alice Marcelino da Silva Cardoso.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras,
Salvador, 2015.

1. Linguística. 2. Geografia linguística. 3. Sociolinguística. 4. Língua portuguesa -
Variação. 5. Língua portuguesa - Gênero. 6. Língua portuguesa - Brasil. I. Cardoso,
Suzana Alice Marcelino da Silva. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras.
III. Título.

CDD - 410
CDU - 81'1

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu suporte.

Aos meus pais, Eliete e Edmilson, por todo o apoio e incentivo em cada segundo da minha vida.

À Évelen, minha irmã e amiga, companheira para todos os momentos.

À professora Suzana Cardoso, pela orientação acadêmica de longas datas e dedicação.

Às professoras Jacyra Mota, Marcela Paim, Silvana Ribeiro e Ana Regina Teles, com as quais muito aprendi.

Aos amigos Luana Santos, Amanda Reis, Carolina Trindade, Ellen Figueredo, Ingrid Oliveira, Talita Rocha, Viviane de Jesus, Lara Loureiro, Pedro Santos e Michel Guimarães, cuja companhia para o estudo e lazer me fazem tão bem.

A Cíntia, Leidiana, familiares e amigos que, mesmo com a minha ausência, não deixaram de demonstrar ternura.

Aos professores do Instituto de Letras da UFBA, da graduação e da pós-graduação, pelos ensinamentos e inspiração.

Aos colegas do CNA, em especial a Carlos Luiz Junior, que tanto me encorajaram.

Ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, em especial ao funcionário Ricardo Luiz, pelo apoio acadêmico e burocrático.

Aos integrantes do Projeto ALiB, companheiros de pesquisa.

Ao Comitê Nacional do Projeto ALiB, pelo uso de dados inéditos que permitiram a realização deste trabalho.

Aos integrantes do PROEMI, companheiros de docência.

[...] tenho sucesso na invenção de frases... sabe, a espécie de palavras que subitamente fazem você saltar, quase como se estivesse sentado num alfinete, tão novas e excitantes parecem, mesmo se referentes a algo hipnopedicamente óbvio. Mas isso não basta. Não é suficiente para as frases serem boas; o que você faz com elas também deve ser bom.

Aldous Huxley (1982, p. 96)

RESUMO

A presente dissertação de mestrado trata dos morfemas utilizados para a determinação do gênero feminino para os vocábulos *ladrão*, *chefe*, *alemão* e *presidente*, assim como identifica as formas utilizadas para os conceitos 'mulher que rouba', 'mulher que chefia', 'mulher que nasce na Alemanha' e 'mulher na presidência'. Para esta análise, o *corpus* foi constituído por gravações de fala em áudio, recolhidas *in loco*, com base no *Questionário Morfossintático* do Projeto Atlas Linguístico do Brasil - Projeto ALiB (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001) em 77 localidades na região Nordeste do Brasil. Foram selecionados 344 informantes segundo critérios que contemplam a naturalidade, a residência na própria cidade e o controle das seguintes variáveis sociais: diatopia, sexo, idade (faixa etária I: 18-30 anos e faixa etária II: 50-65 anos) e nível de escolaridade (fundamental e superior). Objetiva-se, com isso, verificar as possibilidades de marcação de gênero no português, observando-se, também, o seu encaixamento sociolinguístico. Além da análise dos dados encontrados, realiza-se uma discussão teórica acerca da categoria gramatical de gênero e seu estabelecimento como processo morfológico flexional e do gênero sob o ponto de visto histórico-social. A pesquisa é embasada nos princípios teórico-metodológicos da Dialetologia, da Geolinguística Pluridimensional e da Sociolinguística Variacionista.

Palavras-chave: Geolinguística. Flexão de gênero. Sociolinguística Variacionista. Português do Brasil.

ABSTRACT

This thesis discusses the morphemes used to identify the feminine gender of the words *thief*, *chief*, *German*, and *president*, as well as other linguistic forms used to identify the concepts 'a woman who robbes', 'a leading woman', 'a woman born in Germany', and 'a woman in the presidency'. In this analysis, the *corpus* was composed by audio records of speech, collected *in loco*, based on the *Questionário Morfosintático* from the Projeto Atlas Linguístico do Brasil - Projeto ALiB (Comitê Nacional do Projeto ALiB, 2001) in 77 cities in the Northeast Region of Brazil. 344 interviewees were selected based on the criteria of citizenship, residence in the city of study, and the following social variables: diatopy, sex, age (age group I: 18-30 years and age group II: 50-65 years), and scholarship (elementary school and academic degree). This research aims to identify the possibilities of ways to address gender in Portuguese and its sociolinguistic constraints. In addition to the analysis of the collected data, it contains a theoretical discussion about the grammatical category of gender and the morphological process of inflection as well as a discussion about the historical and social view of gender. This work is established through the methodological principles of Dialectology, Geolinguistic, and Sociolinguistics.

Key-words: Geolinguistic. Inflection of gender. Sociolinguistics. Brazilian Portuguese.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1	Esquema do processo morfológico	31
FIGURA 2	Razão para ter menos mulheres que homens na política segunda pesquisa de 2010	59
FIGURA 3	Situação de trabalho de homens e mulheres em pesquisa de 2010	64
FIGURA 4	Principais ocupações exercidas pelas mulheres em pesquisa de 2010	65
FIGURA 5	Perfil dos informantes	72
FIGURA 6	Rede de pontos	76
FIGURA 7	Mapa das mesorregiões da região Nordeste	77
FIGURA 8	Carta do ALERS para o feminino de alemão	104
FIGURA 9	Carta do ALERS para o feminino de ladrão	112
FIGURA 10	Campanha publicitária de Dilma Rousseff em 2010	116
FIGURA 11	Campanha publicitária de Dilma Rousseff em 2014	117
FIGURA 12	Campanha publicitária de Marina Silva em 2010	117
FIGURA 13	Campanha publicitária de Marina Silva em 2014	118
FIGURA 14	Campanha publicitária de Luciana Genro em 2014	118
FIGURA 15	Divisão dialetal proposta por Antenor Nascentes	123
FIGURA 16	Formas para feminino de <i>alemão</i> : distribuição por estado	124
FIGURA 17	Formas para feminino de <i>chefe</i> : distribuição por estado	126
FIGURA 18	Formas para feminino de <i>ladrão</i> : distribuição por estado	128
FIGURA 19	Formas para feminino de <i>presidente</i> : distribuição por estado	130

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1	Tipos de variantes para o feminino de <i>alemão</i>	97
GRÁFICO 2	Tipos de variantes para o feminino de <i>chefe</i>	98
GRÁFICO 3	Tipos de variantes para o feminino de <i>ladrão</i>	98
GRÁFICO 4	Tipos de variantes para o feminino de <i>presidente</i>	99
GRÁFICO 5	Resultados percentuais de feminino para <i>presidente</i> em inquéritos realizados após a eleição de Dilma Rousseff	119

LISTA DE QUADROS E TABELAS

QUADRO 1	Comparativo de obras pioneiras da dialetologia	19
QUADRO 2	Atlas linguísticos publicados no Brasil	24
QUADRO 3	Distribuição do perfil sociolinguístico dos informantes da pesquisa	92
TABELA 1	Formas de feminino na região Nordeste: percentuais de ocorrência	95
TABELA 2	Comparativo de formas de feminino para <i>presidente</i> antes e depois da eleição de Dilma Rousseff	120
TABELA 3	Formas de feminino na região Nordeste: variação diassexual	131
TABELA 4	Formas de feminino na região Nordeste: variação diageracional	133
TABELA 5	Formas de feminino na região Nordeste: variação por escolaridade	136

LISTA DE SIGLAS

ALECE	Atlas Linguístico do Ceará
ALERS	Atlas Linguístico-Etnográfico da região Sul do Brasil
ALiB	Atlas Linguístico do Brasil
ALISPA	Atlas Linguístico Sonoro do Pará
ALMS	Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul
ALPB	Atlas Linguístico da Paraíba
ALPI	Atlas Linguístico de la Península Ibérica
ALPR	Atlas Linguístico do Paraná
ALS	Atlas Linguístico de Sergipe
ALS-II	Atlas Linguístico de Sergipe II
APFB	Atlas Prévio dos Falares Baianos
DG	Desinência de gênero
EALMG	Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PV	Partido Verde
QFF	Questionário Fonético-Fonológico
QMS	Questionário Morfossintático
QSL	Questionário Semântico-Lexical
R	Radical
S.R.	Sem Resposta
SD	Sufixo derivacional
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
VT	Vogal temática

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS	18
1.1 DIALETOLOGIA.....	18
1.1.1 A dialetologia no Brasil.....	20
1.1.2 A geolinguística no Brasil.....	23
1.2 SOCIOLINGUÍSTICA.....	26
1.2.1 A variável sociolinguística idade.....	27
1.2.2 A variável sociolinguística sexo.....	28
1.2.3 A variável sociolinguística escolaridade.....	29
2 ESTUDOS MORFOLÓGICOS	31
2.1 FLEXÃO E DERIVAÇÃO.....	35
2.1.1 O gênero: flexão ou derivação?	37
2.2 O PERCURSO HISTÓRICO DA CATEGORIA GRAMATICAL DE GÊNERO.....	38
2.3 O GÊNERO NO PORTUGUÊS.....	44
2.3.1 Um passeio pelas gramáticas: de 1536 aos dias atuais.....	45
2.3.2 Ainda sobre o gênero no português.....	49
2.3.3 Que falta faz o gênero neutro?	51
3 O GÊNERO SOB O PONTO DE VISTA ANTROPOLÓGICO	55
3.1 GÊNERO E TRABALHO.....	61
3.2 GÊNERO E LINGUAGEM.....	66
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	69
4.1 O PROJETO ALiB.....	69
4.2 PERFIL DOS INFORMANTES.....	71
4.3 DESCRIÇÃO DAS LOCALIDADES.....	73
4.4 RECOLHA E LEVANTAMENTO DOS DADOS.....	92
5 ANÁLISE DOS DADOS	95
5.1 APRESENTAÇÃO PRELIMINAR.....	95
5.2 O FEMININO DE <i>ALEMÃO</i>	99
5.3 O FEMININO DE <i>CHEFE</i>	105
5.4 O FEMININO DE <i>LADRÃO</i>	110

5.5 O FEMININO DE <i>PRESIDENTE</i>	113
5.6 CONSIDERAÇÕES SOBRE AS DEMAIS OCORRÊNCIAS.....	120
5.7 ENCAIXAMENTO DAS VARIÁVEIS SOCIAIS.....	122
5.7.1 Variáveis sociais: diatopia	122
5.7.2 Variáveis sociais: sexo	131
5.7.3 Variáveis sociais: idade	133
5.7.4 Variáveis sociais: escolaridade	135
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS	140

INTRODUÇÃO

A marcação de gênero feminino é um dos aspectos morfológicos que mais apresenta problemas na sua descrição. Tratada por meio de uma visão superficial que determina serem os nomes terminados em -o masculinos e os nomes terminados em -a femininos, é comum tomar a forma do masculino como referência e exibir uma lista de possibilidades de terminações para o feminino, todas elas cheias de irregularidades, reconhecidas, ou não, pelas gramáticas normativas.

A língua foi, desde sempre, vista como um fato social, no entanto somente com os estudos sociolinguísticos o contexto social passou a ser estudado de forma mais aprofundada, ao mesmo tempo em que se dava especial destaque à mudança linguística. Neste sentido, a pesquisa pauta-se nos pressupostos da Sociolinguística Variacionista, Dialetologia e Geolinguística. Compreende-se, sob esse viés, a língua como fato social passível de análise, por meio da qual se toma como referência a existência de variação linguística. A língua, por representar a cultura e história de um povo, não pode ser analisada se não, pela sua realização real em contexto de interação.

Os procedimentos da lingüística descritiva se baseiam na concepção da língua como um conjunto estruturado de normas sociais. [...] No entanto, estudos mais detalhados do contexto social em que a língua é usada mostram que muitos elementos de estrutura lingüística estão envolvidos em variação sistemática que reflete tanto a mudança temporal quanto os processos sociais extralingüísticos (LABOV, 2008 [1972], p. 140).

Assim, ainda que o fenômeno da marcação de gênero seja por vezes tratado em gramáticas normativas do português e em dicionários, a exemplo do Ferreira (2004), Houaiss; Villar (2009) e Cunha (1999), não foram realizados trabalhos conclusivos, sobretudo acerca do uso das palavras em estudo neste trabalho e no que tange ao seu registro em contextos sociais específicos, particularidade central a se apurar com esta pesquisa. Além disso, há o reconhecimento de que as formas em uso referentes aos itens em análise, quando previstas pelas gramáticas normativas, se dão de forma pouco sistemática.

Ao tratar sobre a questão do gênero, os estudos evidenciam o estigma em relação às mulheres demonstrado por meio da linguagem, sendo uma das formas de manifestação de diferenças entre os gêneros o fato de as formas linguísticas

femininas estarem sempre atreladas a formas masculinas (LAKOFF, 1973). Neste sentido, considera-se relevante apurar neste trabalho de que maneira as práticas sociais de uma comunidade se manifestam na seleção das formas linguísticas para determinação de gênero feminino demonstrando expressão de valor no que diz respeito aos diferentes sexos.

No presente estudo, examina-se a realização de diferentes formas de uso para expressar o feminino para os conceitos: ‘mulher que nasce na Alemanha’, ‘mulher que chefia’, ‘mulher que rouba’ e ‘mulher na presidência’, enfocando-se o uso de variados morfemas concatenados às bases *alem-*, *chef-*, *ladr-* e *president-*, assim como outras estratégias utilizadas para determinação de gênero feminino.

Para constituição do *corpus* da pesquisa, utilizam-se os resultados obtidos com a aplicação do Questionário Morfossintático (QMS)¹, realizado pelo Projeto Atlas Linguístico do Brasil (doravante, Projeto ALiB) em 77 localidades da região Nordeste do Brasil, componentes da rede de pontos do Projeto, a 344 informantes estratificados socialmente segundo critérios rígidos estabelecidos pelo Projeto ALiB.

Diante do interesse em analisar a questão mais profundamente, levantaram-se as seguintes questões:

(i) como se tem processado a seleção de formas de feminino pelos diferentes grupos sociais?

(ii) quais são as características influenciadoras ou determinantes para tais seleções?

Este trabalho se justifica pela contribuição para o conhecimento do português brasileiro no que diz respeito às estratégias de determinação de gênero e ao uso de morfemas de flexão de gênero feminino. Em face do reduzido número de trabalhos sobre a repercussão dos aspectos extralinguísticos na análise morfológica da língua, o trabalho contribui para uma melhor compreensão do comportamento linguístico em uso por meio da identificação da interferência de estigmas na seleção linguística de falantes pertencentes a distintos grupos sociais.

Diante do exposto, foi estabelecido, como objetivo geral, a verificação das formas de feminino, assim como o uso de morfemas de flexão de gênero feminino, para os vocábulos selecionados. Como objetivos específicos, o trabalho almeja:

¹ O QMS constitui-se em um dos questionários componentes dos *Questionários 2001* do Projeto ALiB. Para conhecimento da obra completa, conferir Comitê Nacional do Projeto ALiB (2001).

- analisar o fenômeno em questão na região Nordeste do Brasil, possibilitando, assim, o conhecimento da realidade linguística;
- verificar os fatores sociais/extralinguísticos influenciadores para a seleção de uso das palavras aqui consideradas;
- verificar as possíveis variantes utilizadas para denominar 'mulher que nasce na Alemanha', 'mulher que chefia', 'mulher que rouba' e 'mulher na presidência' por meio dos resultados obtidos através das quatro perguntas do questionário.

Com o intuito de verificar as condições supracitadas, o trabalho se delineou da seguinte maneira: inicialmente foi feito um relato dos pressupostos teóricos que nortearam a pesquisa, tendo sido feitas considerações sobre a dialetologia, a sociolinguística quantitativa e o método geolinguístico, áreas que possuem diversos pontos de convergência e cujos procedimentos se complementam.

Ressalta-se, também que, para efeito da realização de trabalho de cunho sociolinguístico, consideraram-se, além da diatopia, os fatores sexo, idade e escolaridade a fim de se identificar a influência de cada um deles na seleção de formas de uso pelos informantes.

No item 2, faz-se um apanhado da evolução dos estudos morfológicos, com especial destaque aos processos de flexão e derivação que dividem essa grande área em dois campos: morfologia derivacional e morfologia flexional. Além disso, a categoria gramatical de gênero é analisada tomando-se como base descrições já realizadas por gramáticas e outros trabalhos com enfoque morfológico a fim de se compreender as características dessa categoria tão controversa.

Além do ponto de vista linguístico, o gênero é também visto sob os aspectos antropológico, histórico e social. Essa discussão é fundamental para se diferenciar as noções de sexo e gênero que há muito permeiam trabalhos linguísticos e que ainda permanecem incompreendidas. Essa discussão também busca focalizar o papel dos falantes na criação e manutenção de estereótipos e estigmas sociais acerca das variáveis em estudo.

Após análise do referencial teórico, procede-se, então, no item 4, à apresentação e explanação dos procedimentos metodológicos que nortearam a pesquisa. Tomando como base o Projeto ALiB, a pesquisa possui uma rede de pontos bem delineada abrangendo a vasta região Nordeste, as suas capitais e cidades do

interior, e critérios rígidos de seleção de informantes que contribui para caracterização do perfil social da amostra.

Os dados recolhidos pelo Projeto ALiB são posteriormente selecionados, apresentados em forma de quadros, tabelas, gráficos e mapas para que se possa analisar a questão diante dos resultados encontrados. As quatro variáveis foco da pesquisa são expostas e analisadas segundo as suas características linguísticas e o seu encaixamento sociolinguístico que pode ser depreendido das variáveis sociolinguísticas aqui consideradas.

Por fim, conclui-se sobre a questão com considerações finais embasadas no que foi apresentado da análise dos dados componentes do *corpus*. Dessa forma, a pesquisa teórico-prática insere-se no ramo dos estudos sociolinguísticos que busca não apenas compreender as características da língua corrente, mas, principalmente, através dela conhecer o povo e a sociedade que a utiliza.

1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

1.1 DIALETOLOGIA

A dialetologia é a disciplina do ramo dos estudos linguísticos que enfoca na sua análise a variação em espaços geográficos determinados. Segundo Chambers e Trudgill (1994) a dialetologia é, sobretudo, o estudo dos dialetos, subdivisões de uma língua em particular, situadas dentro de um espaço geográfico sem que haja intrinsecamente qualquer relação de inferioridade ou superioridade.

As diferenças dialetais são as mais evidentes dentro da língua, sendo frequentes observações dessa natureza. Chambers e Trudgill (1994 p. 35-36) citam o conflito existente entre os povos galaaditas e efraimitas, no Antigo Testamento bíblico, como evidência da percepção de que as diferenças dialetais podem servir como fator de identificação da diferença entre povos e, conseqüentemente, de reconhecimento de cada um deles em quaisquer situações. Relata-se que alguns efraimitas tentavam se infiltrar e se passar por aliados e, a fim de identificá-los, o povo galaadita criou uma estratégia para reconhecer os impostores a qual consistia em solicitar que pronunciassem a palavra *shibboleth*, nome dado à espiga do trigo. Sabendo que os efraimitas pronunciavam a palavra de forma diferente da por eles pronunciada, não palatalizando o fonema inicial da palavra, realizando-a como *sibboleth*, era possível a sua identificação como efraimita.

Segundo Cardoso (2010, p. 25), dois aspectos estão presentes na gênese da dialetologia:

o reconhecimento das diferenças ou das igualdades que a língua reflete e o estabelecimento das relações entre as diversas manifestações linguísticas documentadas ou entre elas e a ausência de dados registrados, circunscritos a espaços e realidades prefixados.

Como obras pioneiras da dialetologia têm-se a publicação do *Sprachatlas des Deutschen Reichs*, do alemão Georg Wenker, e do *Atlas Linguistique de la France*, de Jules Gilliéron. Brandão (2009), em quadro comparativo dessas duas importantes obras, mostra as características de cada uma delas, assinalando os principais aspectos metodológicos.

QUADRO 1 - Comparativo de obras pioneiras da dialetologia

Obra/Autor	<i>Sprachatlas des Deutschen Reichs</i> - Georg Wenker (1852-1911)	<i>Atlas Linguistique de la France</i> - Jules Gilliéron (1845-1925)
Início do Projeto	1876	1896
Informantes	Cerca de 50.000 professores	700 (relativa homogeneidade)
Questionário	40 frases	1.400 perguntas (posteriormente, 1.920)
Recolha de dados	Indireto	Direto
Duração da recolha	10 anos	4 anos
Registro dos dados	Transcrição por meio da adaptação da ortografia à pronúncia.	Alfabeto fonético
Pontos de inquérito	30.000 comunidades	639 pontos
Interpretação dos dados	Extremamente difícil	Relativamente fácil
Publicação dos resultados	- 1881 (fascículo com 6 mapas fonéticos) - 1926 (após a morte de Wenker - 1911), um volume organizado por Ferdinand Wrede	- 1902-1910 (36 fascículos: 1920 mapas) - 1912: índice - 1914-1915: suplemento sobre a Córsega: 799 mapas - 1920: materiais recolhidos por Edmont fora do questionário, não mapeados

Fonte: adaptado de Brandão (2009, p. 90)

Como se vê, o espaço de tempo de 20 anos que separa a data de início dos dois projetos já marca a diferença entre as abordagens. Enquanto no primeiro atlas os questionários eram enviados por correspondência a professores de diferentes áreas a fim de que eles descrevessem o falar local, no segundo foi realizada pesquisa de campo com coleta dos dados *in loco* por um inquiridor. Ainda que bastante distante da realidade atual dos estudos e publicações dialetológicas, ambos os trabalhos têm valor e contribuição inegáveis para o desenvolvimento da dialetologia moderna.

A dialetologia tradicional tinha como foco o estudo em áreas rurais isoladas e informantes que seguiam o padrão denominado por Chambers e Trudgill (1994, p. 57) como NORMs (nommobile, older, rural, males)², pois assim acreditavam conseguir

² A sigla foi traduzida para o português por Zágari (1998, p. 36) como HARAS (homem, adulto, rurícola, analfabeto e sedentário). Nos textos e estudos realizados no Brasil, é muito comum se encontrar essa sigla como referência ao padrão dos informantes nos estudos dialetológicos tradicionais.

dados mais característicos da fala de um lugar específico, sem grandes influências externas. Para além das áreas rurais, a dialetologia viu a necessidade de evoluir, passando a incorporar áreas mais urbanas. Associado a isso, passou-se a perceber que os estudos poderiam incluir a dimensão social às análises antes puramente espaciais, ampliando, assim, o interesse da dialetologia para os âmbitos urbano e social além do diatópico, já considerado.

Al separarse la dialectología de los estudios diacrónicos, se abría el camino a reconocimiento del hecho de que el dialecto <<más genuino>> no significaba necesariamente (y de hecho así era normalmente) que fuera el más <<típico>>. Si lo que se quería no eran las variedades más anticuadas sino más bien una descripción bastante precisa de todas las variedades lingüísticas habladas en un área determinada, habría que usar otros métodos de selección de informantes. (CHAMBERS; TRUDGILL, 1994, p. 84)³.

Dessa forma, os trabalhos mais atuais possuem pontos de congruência entre duas áreas: a dialetologia e a sociolinguística. Brandão (2009, p. 91) aponta que, desde 1905, o suíço Gauchat em *L'unité phonétique dans le patois d'une commune* fez observações acerca da variação linguística associando fatores espaciais a fatores sociais como gênero, ocupação, faixa etária e posição social, concluindo que não havia uniformidade entre um grupo de falantes localizados em um determinado espaço geográfico, mas havia entre falantes associados a uma dada faixa etária, atribuindo, neste sentido, a influência de uma variável social sobre fenômenos da fala. Desde então, muitos estudos seguiram sob a mesma perspectiva, em diversas partes do mundo e também no Brasil.

1.1.1 A dialetologia do português

Sever Pop (1951, p. 441-446) demarca como início do percurso da dialetologia do português o ano de 1888, com a primeira descrição realizada por Leite de Vasconcelos. Segunda a descrição de Leite de Vasconcelos, primeiramente os trabalhos estavam voltados para a preocupação com as primeiras traduções para o português, enquanto numa segunda fase o foco estava nas semelhanças entre a

³ “Ao separar-se a dialetologia dos estudos diacrônicos se abria caminho para o reconhecimento do fato de que o dialeto ‘mais genuíno’ não significava, necessariamente, (e, de fato, assim era normalmente) que fosse o mais ‘típico’. Se o que se queria não eram as variedades mais antigas, mas uma descrição bastante precisa de todas as variedades linguísticas faladas em uma área determinada, havia que utilizar outros métodos de seleção de informantes” (tradução nossa).

língua latina e a língua portuguesa, passando pela comparação com outras línguas românicas até se começar a analisar a língua portuguesa mais detalhadamente.

Em Portugal, os estudos dialetais se iniciaram objetivando conhecer e descrever as especificidades linguísticas das diferentes áreas no interior do país. Para além disso, o interesse também estava voltado para o estudo dos dialetos de além-mar. Nesse período, destaca-se, sobretudo, a obra *Esquisse d'une dialectologie portugaise*, de Leite de Vasconcelos, publicada em 1901. Já em 1962, a presença do território de Portugal no *Atlas Lingüístico de la Península Ibérica* (ALPI) fornece a primeira descrição cartográfica da língua portuguesa, permitindo a continuidade e ampliação dos estudos nesse sentido.

No que diz respeito ao Brasil, tratar de um país com dimensões continentais implica em reconhecer especificidades linguísticas regionais bastante amplas. Embora países com dimensões geográficas menores tenham pluralidade linguística reconhecida, no Brasil, inversamente a isso, acredita-se em certa homogeneidade linguística devido ao fato de termos o português como língua da quase totalidade da população, resguardando-se os falantes de línguas indígenas e de outras línguas de imigração que não utilizam o português como língua corrente. Não se pode, no entanto, deixar de evidenciar que nenhuma língua natural é homogênea e todas estão passíveis de mudanças em diferentes âmbitos.

Para o português do Brasil, como aponta Ferreira e Cardoso (1994, p. 37-44), as primeiras contribuições para os estudos dialetais são encontradas nos escritos do Visconde de Pedra Branca, Domingos Borges de Barros, para o *Atlas Ethnographique du Globe*, em 1826, de Adrien Balbi, com análises voltadas para a área semântico-lexical.

A partir desse momento, com vistas a identificar a evolução dos estudos dialetais no Brasil, as autoras propuseram uma periodização em três fases, partindo da proposta inicial de Nascentes que reconheceu dois períodos distintos. Segundo as autoras, a primeira fase dos estudos se estende entre a já citada data de 1826 e o ano de 1920, data de publicação de *O dialeto caipira*, de Amadeu Amaral, período no qual foram publicados dicionários e glossários que evidenciavam as especificidades regionais.

A segunda fase, iniciada em 1920, vai até 1952, momento no qual os estudos voltam-se aos estudos gramaticais e começa uma preocupação em adotar uma metodologia que dê conta da extensa variedade da língua. Foi durante esta fase que

os autores demonstraram preocupação com o processo de dialeção do português do Brasil, sendo em 1922 publicada a primeira versão da proposta de divisão dialetal do Brasil por Antenor Nascentes, em *O linguajar carioca*, aquela que pode ser considerada, até hoje, a mais elaborada e aceita dentre as propostas.

Encerrando a divisão das autoras, a terceira fase tem como marco inicial o decreto nº. 30.643, de 20 de março de 1952, que, ao definir as atribuições da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa, abrangendo diversas áreas de atuação, reconhecia como principal finalidade a elaboração de um Atlas Linguístico nacional.

Buscando o desenvolvimento dos estudos dialetais no Brasil, Antenor Nascentes publica em dois volumes, em 1958 e em 1961, as *Bases para a elaboração do atlas linguístico do Brasil*, apontando diretrizes para a pesquisa de campo e elaboração de atlas e indicando dificuldades a serem enfrentadas, como o difícil acesso a todas as áreas do vasto território brasileiro, falta de pesquisadores preparados e baixo incentivo de financiamento, dando início ao desenvolvimento dos estudos geolinguísticos no Brasil que passaram a ser empreendidos de forma sistemática a partir de então. Diante das observações de Nascentes, houve consenso entre os pesquisadores da área no sentido de se iniciarem os estudos geolinguísticos no Brasil com a realização de atlas regionais.

A partir desse momento, a dialetologia no Brasil continuou a evoluir. Acompanhando a tendência dos estudos dialetais em outras partes do mundo, seguiram-se a publicação de trabalhos que praticamente deixam de utilizar a perspectiva monodimensional da dialetologia, aquela que só analisa a variação pelo aspecto espacial, e passam a ser de caráter bidimensional, e mais futuramente pluridimensional, considerando além da diatopia, outros aspectos sociais dos informantes.

Reconhecendo a vitalidade dos estudos dessa natureza, Cardoso e Mota (2006) estabeleceram o que chamaram de quarta fase dos estudos dialetais no Brasil, que tem início em 1996 com a implantação do Projeto ALiB, cujas origens vinculam-se ao já citado decreto de 1952 que estabelecia a necessidade de se constituir um atlas nacional. Outra característica importante desta quarta fase é a sistematização dos estudos vinculados à Sociolinguística, deixando de ter como foco o caráter monodimensional da Dialetologia tradicional e incorporando uma série de outros fatores sociais relevantes à análise das mudanças linguísticas.

1.1.2 A geolinguística no Brasil

Foi no século XIX, de acordo com Cardoso (2010), com a consolidação da dialetologia no ramo dos estudos linguísticos, que se posicionou a geolinguística, ou geografia linguística, como método por excelência, que, na expressão na expressão de Coseriu (1956) está assim descrita:

[...] la expresión ‘geografía lingüística’ designa exclusivamente un método dialectológico y comparativo que ha llegado a tener extraordinario desarrollo en nuestro siglo, sobre todo en el campo románico, y que presupone el registro en mapas especiales de un número relativamente elevado de formas lingüísticas (fónicas, léxicas o gramaticales) comprobadas mediante encuesta directa y unitaria en una red de puntos de un territorio determinado, o, por lo menos, tiene en cuenta la distribución de las formas en el espacio geográfico correspondiente a la lengua, a las lenguas, a los dialectos o a los hablantes estudiados. (COSERIU, 1956, p. 29)⁴.

A geolinguística permite a documentação dos dados estudados e a sua representação por meio de mapas geográficos. A confecção de um número cada vez maior, mais detalhado e inovador de atlas linguísticos demonstra a importância dada a esse método.

Nesse sentido, o *Atlas Linguistique de la France*, de Jules Gilliéron, cujo princípio data de 1886, dá início ao estudo sistemático com base no método geolinguístico. Com pesquisa *in loco* realizada por um único inquiridor, Edmond Edmont, seguiu-se a aplicação do questionário e publicação de cartas linguísticas, embora muitas críticas ainda possam ser feitas devido ao caráter ainda pouco sistemático da escolha dos informantes e documentação dos dados.

No Brasil, implementados os interesses geolinguísticos durante a terceira fase da história dos estudos dialetais no país, a atenção voltou-se à confecção de atlas regionais que pudessem, aos poucos, recobrir grande área do território nacional. Dessa forma, após a publicação das *Bases para a elaboração do atlas linguístico do Brasil* (NASCENTES, 1958) teve início a elaboração de atlas regionais no país até se

⁴ “[...] a expressão ‘geografia linguística’ designa, exclusivamente, um método dialetológico e comparativo que passou a ter extraordinário desenvolvimento no nosso século, sobretudo no campo românico, e que pressupõe o registro em mapas espaciais de um número relativamente elevado de formas linguísticas (fônicas, lexicais ou gramaticais) comprovadas mediante pesquisa direta e unificada em uma rede de pontos de um território determinado ou, ao menos, leva em conta a distribuição das formas em um espaço geográfico correspondente à língua, às línguas, aos dialetos ou aos falares estudados (tradução nossa)”.

chegar à publicação de um atlas nacional, como se apresenta, de forma resumida, no quadro 2:

QUADRO 2 – Atlas linguísticos publicados no Brasil

Nome – Ano da publicação	Autor(es)	Principais características
<i>Atlas Prévio dos Falares Baianos</i> (APFB) – 1963	Nelson Rossi	50 localidades no estado da Bahia e um total de 209 cartas
<i>Esboço de um atlas linguístico de Minas Gerais</i> (EALMG) – 1977	José Ribeiro, Mário Zágari, José Passini e Antônio Gaio	Inicialmente concebido em quatro volumes, só teve o primeiro publicado, com 73 cartas linguísticas
<i>Atlas Linguístico da Paraíba</i> (ALPB) – 1984	Maria do Socorro Silva de Aragão e Cleusa Bezerra de Menezes	25 municípios como base e outros municípios satélites
<i>Atlas Linguístico de Sergipe</i> (ALS) – 1987	Carlota Ferreira, Jacyra Mota, Judith Freitas, Nadja Andrade, Suzana Cardoso, Vera Rollemberg e Nelson Rossi	Iniciado imediatamente após o APFB, só foi publicado anos mais tarde, com 171 cartas linguísticas
<i>Atlas Linguístico do Paraná</i> (ALPR) – 1994	Vanderci de Andrade Aguilera	Dois volumes oriundos da tese de doutorado da autora. 191 cartas linguísticas resultantes da pesquisa em 65 localidades
<i>Atlas Linguístico-Etnográfico da região Sul do Brasil</i> (ALERS) – 2002	Walter Koch, Mário Silfredo Klassmann e Cléo Vilson Altenhofen	Dois volumes com 275 localidades distribuídas nos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina
<i>Atlas Linguístico Sonoro do Pará</i> (ALISPA) – 2004	Abdelhak Razky	Primeiro atlas sonoro brasileiro, permite ouvir as respostas dadas pelos informantes
<i>Atlas Linguístico de Sergipe-II</i> (ALS-II) – 2005	Suzana Alice Marcelino Cardoso	Inicialmente apresentado como tese de doutorado, tem 108 cartas centradas na área semântica “homem”. Apresenta informação sistemática de gênero dos informantes
<i>Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul</i> (ALMS) – 2008	Dercir Pedro de Oliveira	32 pontos com 207 cartas publicadas

<i>Atlas Linguístico do Estado do Ceará</i> (ALECE) – 2010	José Rogério Fontenele Bessa	Um volume introdutório e 256 cartogramas com dados de 70 localidades
<i>Atlas Linguístico do Brasil</i> (ALiB) - 2014	Suzana Alice Cardoso, Jacyra Mota, Vanderci Aguilera, Maria do Socorro Aragão, Aparecida Isquerdo, Abdelhak Razky, Felício Margotti e Cléo Altenhofen	Um volume introdutório e um volume com 159 cartas com dados das 25 capitais de estados do Brasil

Fontes: CARDOSO (2010, p. 144-165), CARDOSO et al. (2014)

A esses trabalhos somam-se, ainda, teses de doutorado, a exemplo do Atlas linguístico da Amazônia (Maria Luíza de Carvalho Cruz, 2004), Atlas Linguístico do Litoral Potiguar (Maria das Neves Pereira, 2007) e Microatlas fonético de Estado do Rio de Janeiro (Fabiana da Silva Campos Almeida, 2008).

Em diferentes fases de andamento encontram-se, também, outros atlas linguísticos. São eles, em ordem alfabética:

- Atlas Geossociolinguístico do Pará;
- Atlas Linguístico de Mato Grosso;
- Atlas Linguístico de São Paulo;
- Atlas Linguístico do Acre;
- Atlas Linguístico do Espírito Santo;
- Atlas Linguístico do Maranhão;
- Atlas Linguístico do Rio de Janeiro;
- Atlas Linguístico do Rio Grande do Norte.

Dessa maneira, a geolinguística no Brasil seguiu as indicações iniciais apontadas por Nelson Rossi:

Em tese, o ideal seria proceder inicialmente a um levantamento exaustivo das modalidades lingüísticas de uma área e só depois disso, à luz do maior número possível de diferenciações regionais, traças as isoglossas – lexicais, fonéticas, fonológicas (quando ocorressem) e morfo-sintáticas, para depois, conjugadas essas isoglossas, que de antemão podemos garantir que não se superpõem coincidentemente, classificar os **falares brasileiros** e interpretar historicamente seus limites. (ROSSI, 1967, p. 104).

1.2 SOCIOLINGUÍSTICA

Embora há muito tempo já se reconhecesse a variabilidade da língua e os estudos demonstrassem certo grau de interesse no tema, a variação era tratada como algo aleatório, não estruturado e, portanto, não passível de análise sistemática. Antes do desenvolvimento dos estudos sociolinguísticos havia a compreensão de que as línguas mudam, no entanto, a preocupação dos estudiosos estava em estabelecer uma regularidade baseada em princípios gerais para as mudanças.

É, neste sentido, que Saussure, ao definir as tarefas da linguística, estabelece que, dentre elas, está a tarefa de “procurar as forças que estão em jogo, de modo permanente e universal, em todas as línguas e deduzir as leis gerais às quais se possam referir todos os fenômenos peculiares da história” (SAUSSURE, 2006 [1916], p. 13). Durante o período de maior influência da concepção estruturalista, a observação da mudança linguística era feita apenas através dos elementos internos ao próprio sistema, encarado como homogêneo, por meio da análise de mudanças já concluídas.

Ao se pensar as línguas humanas como heterogêneas e não estáticas, Weinreich, Labov e Herzog, afirmam que “a estrutura lingüística inclui a diferenciação ordenada dos falantes e dos estilos” (2006, p. 125). Além disso, destacam que esses fatores linguísticos estão intimamente atrelados a fatores sociais atuantes no desenvolvimento da mudança linguística. É com os estudos da Sociolinguística Variacionista que a análise da variação passa a ser feita por meio da observação de fatores sociais associados a variáveis essencialmente linguísticas que são passíveis de descrição e análise científica:

[...] não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança lingüística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre. Ou, dizendo de outro modo, as pressões sociais estão operando continuamente sobre a língua, não de algum ponto remoto no passado, mas como uma força social imanente agindo no presente vivo. (LABOV, 2008 [1972], p. 21).

Sob o viés da sociolinguística, não se pode conceber uma língua como homogênea, visto que a variação é inerente a toda e qualquer língua, motivo pelo qual se toma como objeto de estudo a fala, realização concreta de um sistema, embora as concepções anteriores a evitassem em razão da sua suposta assistemática.

Neste sentido, a língua é variável, ou seja, há diferentes formas de se dizer a mesma coisa, assim como uma mesma forma pode ter diferentes sentidos.

A existência dessas diferentes formas de se dizer a mesma coisa constitui a variação linguística, cujas distintas possibilidades de identificar um mesmo elemento do mundo biossocial denominam-se variantes. A tarefa dos estudos sociolinguísticos é, dessa forma, dentre várias outras, compreender o porquê de as línguas mudarem.

Muito se compreendeu sobre a variação da língua com os trabalhos de cunho dialetal e com a geografia linguística, mas, somente com a sociolinguística, se avançou no estudo de outros fatores influenciadores da variação tais como questões sociais (sexo, idade, classes socioeconômicas) e estilísticas, além do fator histórico já tratado pela dialetologia desde o seu princípio, atuando de maneira ordenada nos mais variados fenômenos linguísticos.

Os trabalhos precursores de William Labov na ilha de Martha's Vineyard e em lojas de departamento na cidade de Nova York visam a identificar os fatores sociais atuantes nos fenômenos em estudo. Destarte, um dos “problemas” a ser considerado nos estudos sociolinguísticos é precisamente o encaixamento que se apresenta por duas vias: a da estrutura linguística e a da estrutural social, motivo pelo qual a inserção de variáveis sociais é relevante ao estudo e compreensão da variação linguística.

1.2.1 A variável sociolinguística idade

Como forma de incorporar a dimensão histórica aos dados linguísticos, os trabalhos adotam a utilização de categorização dos informantes por diferentes faixas etárias, analisando, assim, os dados sob a perspectiva do tempo aparente. O fator idade, neste sentido, tem especial relevância na análise da mudança linguística, uma vez que quando se tem as faixas etárias mais jovens impulsionando o uso de variantes inovadoras, projeta-se uma situação de mudança em progresso (cf. Tarallo, 2007).

Segundo Moreno Fernández (1998), a idade é um dos fatores sociais que determinam com maior força e clareza os usos linguísticos de uma comunidade. A idade, assim como outras variáveis sociais, relaciona-se com as demais e, ainda que o número de faixas etárias e a idade mínima variem de acordo com o objetivo do estudo, é comum que as faixas iniciais envolvam indivíduos jovens, no início da vida profissional e as seguintes, representem a maturidade e estabelecimento da vida profissional dos indivíduos.

Eckert (1998), no entanto, ressalva que se deve considerar a idade para além de um dado puramente cronológico, mas como uma construção social observada através de percursos na vida. Dessa maneira, o estudo do tipo êmico⁵ agrupa falantes não apenas pela idade ou faixas etárias, mas pelas experiências de vida em comum em determinados estágios da vida.

1.2.2 A variável sociolinguística sexo

Outra importante variável sociolinguística é o sexo. Labov (2008) evidencia que muitos estudos detectaram uma tendência ao predomínio de formas de prestígio na fala feminina. Trabalhos considerando tanto aspectos fonológicos quanto morfossintáticos evidenciaram essa realidade, levando a crer que as mulheres são mais sensíveis à percepção de prestígio em uma determinada comunidade, além de serem mais suscetíveis à influência da escola. Do mesmo modo, as mulheres lideram o uso de formas inovadoras quando estas possuem maior prestígio, desempenhando um importante papel no processo de mudança linguística.

Outros estudos, a exemplo do conduzido por Trudgill (1991), demonstram que as mulheres superestimam a análise da própria fala, enquanto o oposto ocorre com os homens. Preti (1987, p. 22) aponta que as diferenças entre a fala de homens e mulheres é mais perceptível no léxico, no entanto é possível perceber que a variação condicionada pelo fator sexo pode estar presente em qualquer uma das esferas linguísticas, incluindo a morfologia como sinaliza, por exemplo, o trabalho de Haas (1944).

Trudgill (1991, p. 83) elenca, ao tratar dessa questão, duas explicações para as diferenças observadas nas falas de ambos os sexos:

- (1) as mulheres dão mais importância ao *status* social, podendo ser (i) pela posição desprestigiada na sociedade que, em geral, a mulher ocupa, sendo necessário marcar o *status* social de forma mais assertiva ou (ii) pelos julgamentos baseados no comportamento feminino no qual a fala se insere;

⁵ Aprofundando-se no assunto, a autora diferencia dois tipos de organização de informantes de acordo com a idade: abordagem do tipo ético e abordagem do tipo êmica. A abordagem ética agrupa falantes somente levando em consideração a idade, comumente com um agrupamento em faixas etárias. Por outro lado, a abordagem êmica agrupa falantes por experiências de vida compartilhadas em determinado espaço de tempo (cf. Eckert, 1998).

(2) o vocabulário desprestigiado é associado à linguagem da classe operária e mesmo de mulheres de classes socioeconômicas mais baixas se espera maior refinamento e sofisticação.

Ainda que na atualidade se observe cada vez menos separação entre os papéis dos homens e das mulheres, essa variável sociolinguística ainda é passível de análise e demonstra vitalidade, como se poderá observar mais profundamente no item 3. No entanto, é importante observar que mais claramente do que outras variáveis, o sexo não tem relação apenas com o comportamento linguístico dos indivíduos, mas com complexas práticas sociais atuantes nas diferentes comunidades.

1.2.3. A variável sociolinguística escolaridade

A seleção das variáveis sociolinguísticas em um estudo deve levar em consideração a realidade da comunidade em questão. Dessa forma, enquanto, em muitos estudos, a classe social é uma variável comum, na realidade brasileira, a configuração da sociedade revela ser a escolaridade um importante fator de diferenciação linguística. Como afirma Lucchesi (2004), a realidade linguística brasileira não é apenas heterogênea, variável, mas é, principalmente, polarizada, no qual de um lado encontra-se a norma culta e do outro, a norma vernácula/popular.

A norma culta se caracteriza como aquela utilizada pelos segmentos mais escolarizados da sociedade, ou seja, por convenção, falantes que possuem nível superior completo. No outro extremo encontra-se a norma vernácula/popular que pode ser observada como padrão mais comum nos demais indivíduos da sociedade que não possuem nível superior. Para justificar tal polarização, Lucchesi embasa-se no processo de formação sócio-histórica da sociedade brasileira, no qual de um lado põem-se os centros urbanos aqui formados sob influência da elite portuguesa e, do outro, a fala dos colonos pouco escolarizados interagindo sob as mais adversas situações com falantes de línguas africanas e indígenas.

Se, com o passar do tempo, essa distância foi-se atenuando devido a um movimento de afastamento dos padrões portugueses da elite no Brasil e de influência da escolarização e meios de comunicação em massa para as camadas mais pobres, a realidade atual brasileira amplamente marcada pela desigualdade social evidencia a polaridade que configura essa diferença entre aqueles oriundos dos padrões da elite e que possuem amplo acesso a formação escolar e aqueles oriundos da população

que adquiriu o português de maneira irregular e hoje possui um carente acesso à educação.

O fator escolaridade outorga ao informante maior consciência sobre as normas gramaticais da língua e interage diretamente com o nível socioeconômico, profissão, *status* e poder. Votre (2010) elenca cinco fatores que atuam sobre o fator escolaridade. Primeiramente está o *status* econômico e prestígio social atribuído aos falantes de determinadas variantes. Esses falantes seriam eleitos como modelos do bem falar e escrever, influenciando o que se definiria como padrão. Em segundo lugar, inversamente ao primeiro, está o estigma social atribuído a fala dos menos escolarizados. Essas variantes desprestigiadas são facilmente observadas na fala dos indivíduos e são constantemente evidenciadas como exemplos do que não se falar/escrever.

O terceiro ponto dá conta daqueles fenômenos que são frequentemente controlados pela escola por serem estigmatizados, enquanto outros que, embora não façam parte da norma padrão, são aceitos como desvios pouco importantes. O quarto fator opõe os fenômenos gramaticais, altamente prescritivos, e os fenômenos discursivos, que possuem pouco destaque no ensino. Por fim, destacam-se as diferenças entre a fala e a escrita. Enquanto estudos baseados no uso evidenciam a língua falada, a escola atua de forma mais efetiva na escrita e algumas vezes não atinge fenômenos que são mais perceptíveis na fala.

É, no entanto, relevante ressaltar que a escolaridade, assim como as demais variáveis sociolinguísticas consideradas em estudos dessa natureza, não atua individualmente sobre um fenômeno, mas age de forma mais ou menos ativa de acordo com o fenômeno em destaque e age de forma integrada a outras variáveis em controle.

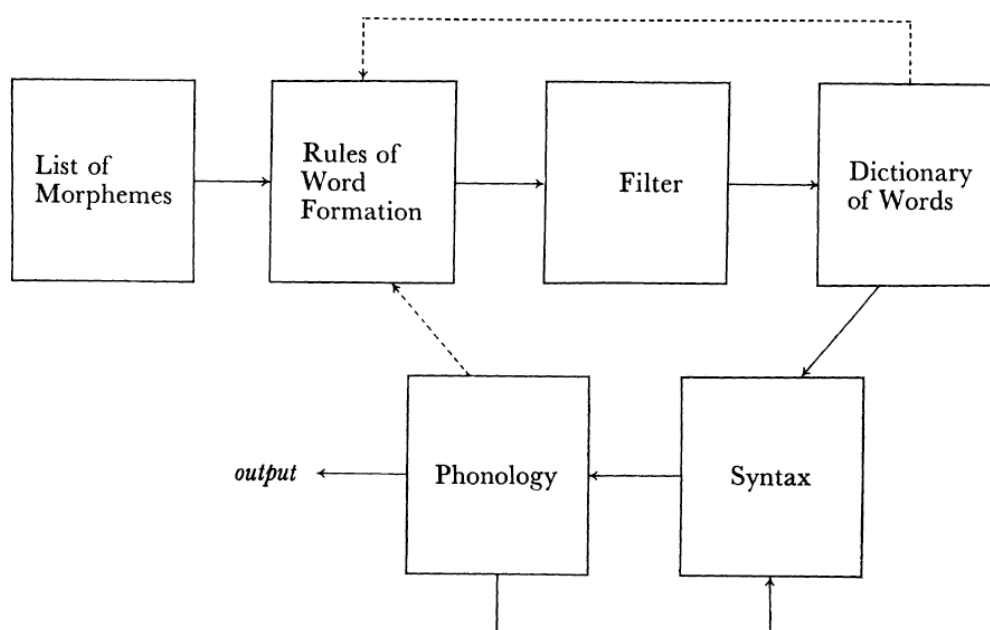
2 ESTUDOS MORFOLÓGICOS

A morfologia é o ramo da linguística que estuda o processo de formação da palavra e os seus constituintes internos. Segundo Anderson (1992), a morfologia estuda a estrutura interna das palavras e como essas estruturas se relacionam com domínios mais amplos como a sentença e o vocabulário de uma língua.

A morfologia está na interface entre fonologia, sintaxe e semântica, uma vez que tem como foco as palavras que são formadas por sons, articuladas pela sintaxe a fim de formar frases e sentenças utilizadas na formação de sentidos (SPENCER; ZWICKY, 2001). A morfologia, embora já tenha sido objeto de destaque nos estudos linguísticos, foi perdendo espaço para áreas como a fonologia e, sobretudo, a sintaxe.

Para a compreensão da gramática de uma língua é relevante conhecer os morfemas que a compõem e as regras de formação das palavras, ou seja, de que forma os morfemas se estruturam. São esses elementos que compõem o que se pode chamar dicionário de uma língua, conforme esquema de Morris Halle:

FIGURA 1 – Esquema do processo morfológico



Fonte: Halle (1973, p. 8)

Embora muito se discuta sobre a unidade de estudo deste ramo, de modo geral, se assume que o morfema é o constituinte interno das palavras passível de

análise. Assim, do mesmo modo que se tem o fonema como unidade sonora para análise, se tem o morfema como menores constituintes portadores de sentido. A noção de morfema, no entanto, é variável e alvo de discussões. Alguns dos principais conceitos são:

- “a linguistic form which bears no partial phonetic-semantic resemblance to any other form, is a simple morph or morpheme”⁶ (BLOOMFIELD, 1933, p. 161);
- “morphemes are the minimal meaningful units which may constitute words or parts of words”⁷ (NIDA, 1949, p.1);
- “morphemes are the smallest individually meaningful elements in the utterances of a language”⁸ (HOCKETT, 1958, p. 123);
- “o termo morfema designa o menor elemento significativo individualizado num enunciado, que não se pode dividir em unidades menores sem passar ao nível fonológico.” (DUBOIS, 2006 [1973], p. 419).
- “unidade mínima, indivisível ou primitiva” (MATTHEWS, 1980, p. 24);
- morfemas são compostos por “phonological material, and they are also the bearers of linguistic meaning”⁹ (ANDERSON, 1992, p.11);
- “como forma lingüística o morfema tem um significante (o material fônico) e um significado, que é a noção gramatical que ele traz para o semantema” (CÂMARA JR., 1998, p.170);

⁶ “uma forma linguística, sem qualquer semelhança fonética-semântica com outra forma, é um único morfe ou morfema” [tradução nossa].

⁷ “morfemas são as menores unidades dotadas de sentido que podem constituir palavras ou partes de palavras” [tradução nossa].

⁸ “morfemas são os menores elementos individualmente significativos nas expressões de uma língua” [tradução nossa].

⁹ Morfemas são compostos por “material fonológico e também são portadores de significado linguístico” [tradução nossa].

- “Morphemes, the morphological building blocks of words, are defined as the minimal linguistic units with a lexical or a grammatical meaning”¹⁰ (BOOIJ, 2005, p. 8-9).

Aceitando a definição mais geral de que os morfemas são as menores unidades portadoras de significado, pode-se realizar, essencialmente, dois testes para se identificar um morfema: primeiramente deve-se observar se a forma é recorrente em outras palavras com o mesmo sentido, se sim, deve-se, então, observar se a forma pode ser reduzida ainda mais e continuar atendendo ao princípio anterior. Se possível continuar decompondo a unidade, assume-se que há mais de um morfema naquele termo, se não, pode-se considerar a forma em análise como um único morfema (HOCKETT, 1958).

Os conceitos mais comuns de morfema, no entanto, são bastante questionados, pois, não raramente, é possível encontrar nas línguas evidências que desafiam essas definições. Tais evidências não são descartadas pelos autores, no entanto, mesmo diante dos fatos, parece ser mais aceitável explicar as exceções compreendendo-as como partes do sistema. Dentre os desafios ao conceito de morfema está o que se convencionou chamar alomorfes. Embora definições pregassem que um morfema sempre se apresentava pela mesma forma fonética, Nida (1949) e Hockett (1958) já indicavam, por exemplo, casos, não raros, de formas diferentes que compartilham o mesmo sentido constituindo um único morfema. No português a alomorfia pode ser exemplificada pela relação que há entre os morfemas *i-*, *in-* e *im-*, em *irresponsável*, *incompetente* e *impossível*. Embora se apresentem fonologicamente como unidades distintas, compartilham o sentido como “aquilo ou aquele que não é x”.

O oposto também pode ser observado, realizações fonéticas iguais para diferentes sentidos – homofonia, porém constituem, neste caso, exemplos de morfemas distintos, como se observa em *-esa* e *-eza* nos vocábulos *princesa* e *gentileza*.

Igualmente frequente e já com aceitação no ramo dos estudos morfológicos é a existência do morfema zero – Ø. Sendo o morfema tido como signo linguístico em

¹⁰ “Morfemas, os blocos de construção das palavras, são definidos como as menores unidades linguísticas com significado lexical ou gramatical” [tradução nossa].

alusão ao conceito saussuriano¹¹, desafia esta definição a existência do morfema zero que não possui realização fonética, embora permaneça dotado de significado. O singular e plural dos nomes, por exemplo, é visto sob a ótica do morfema zero: no português, *carro-Ø* e *carro-s*, assim como no inglês se tem *car-Ø* e *car-s*.

São também vistos como temas polêmicos das definições dos morfemas a existência de elementos não-concatenativos, padrão mais frequente no processo de formação de palavras. Há uma série de outros elementos formativos que atuam por meio de diferentes processos como a reduplicação, truncamento ou mesclagem lexical, como em *pega-pega*, *refrigerante* > *refri* e *chá + café = chafé*, respectivamente (GONÇALVES, 2004), além dos morfemas vazios, unidades sem carga semântica inerente, caso das consoantes e vogais de ligação e até mesmo de elementos como *-fer-* em *deferir* e *inferir*.

Aronoff (1976), por exemplo, discute a definição de morfema de Hockett e cita exemplos que contrariam tal definição. No entanto, recorrendo aos princípios da gramática gerativa chomskiana, admite ser possível concluir que, de fato, morfemas são unidades dotadas de sentido, mas que somente na materialização de uma palavra esses sentidos podem ser completamente depreendidos. Para o autor, os morfemas não possuem sentido independente do que seria a unidade mínima significativa, as palavras.

Para se chegar a essa hipótese, Aronoff se vale de exemplos no qual uma palavra não pode ser considerada monomorfêmica devido a recorrência de um dos elementos, mas o outro não possui sentido ou recorrência em outros contextos, enquanto há outros em que há a recorrência de morfemas de uma palavra, mas não há equivalência de sentido (e.g. *cran-berry*, *blue-berry* e *straw-berry*). Dessa forma, é apenas na concatenação desses morfemas em palavras que se pode depreender um sentido.

Observações deste tipo, embora desafiem as definições iniciais, não a refutam completamente, demonstrando que não apenas a análise dos morfemas, mas também os estudos morfológicos como um todo, continuam avançando na análise e compreensão das unidades da língua e ainda possuem desafios que questionam definições e parâmetros de estudo das línguas.

¹¹ O signo linguístico, como definido por Saussure, é uma unidade linguística que se configura pela união e relação biunívoca entre um conceito – significado – e uma imagem acústica – significante (SAUSSURE, 2006, p. 79-81).

2.1 FLEXÃO E DERIVAÇÃO

Dois dos principais fenômenos morfológicos são a flexão e a derivação. Desse modo, é possível dividir os estudos morfológicos nessas duas áreas: a morfologia flexional e a morfologia derivacional.

O gramático latino Varrão, como cita Câmara Jr. (2013), fazia distinção entre dois tipos de processo: a *derivatio voluntaria* e a *derivatio naturalis*. O primeiro tinha como resultado a criação de novas palavras, as palavras derivadas, que não são obrigatórias ou sistemáticas, por isso a denominou o autor como “voluntária”. No português, por exemplo, do verbo *cantar* pode-se derivar *cantarolar*, mas não se pode ter **falarolar*, do verbo *falar*.

O segundo processo, da flexão, contrariamente ao primeiro, é sistemático e obrigatório, imposto pela natureza da sentença. Não há formação de novas palavras, mas diferentes modalidades de uma mesma palavra. Esse é o caso do plural dos nomes que ocorre, quase sempre, da mesma forma e que implica, ainda, a concordância dos elementos que o seguem.

A diferença entre a morfologia flexional e derivacional é sutil e controversa, mas, de modo geral, se assume que a flexão envolve marcas puramente gramaticais, tais como tempo, aspecto, pessoa, número, gênero, caso etc, enquanto a derivação relaciona-se com a categoria lexical (cf. Aronoff, 1976).

Essa definição, contudo, expressa apenas uma das diferenças entre esses dois processos. Gonçalves (2004) reúne e apresenta dezessete critérios estabelecidos para diferenciação entre a flexão e a derivação:

- a) relevância sintática: a flexão é relevante sintaticamente, pois possui profunda relação com a estrutura das sentenças, enquanto a derivação não possui qualquer obrigatoriedade sintática. O fator que corrobora tal afirmação é a influência da concordância na cadeia sintagmática, como ocorre com o plural, por exemplo, que resulta numa cadeia de concordância, como em as peçoas correram assustadas;
- b) o afixo flexional manifesta-se apenas morfológicamente, enquanto o derivacional pode utilizar outras estratégias para expressão de significado. No caso do grau, por exemplo, pode-se ter o processo derivacional ou usar outras estratégias sintáticas e fonológicas;

- c) a flexão é mais frequentemente aplicável, mais produtiva, enquanto a derivação tem uso esporádico e opcional;
- d) a flexão é semanticamente mais regular e coerente do que a derivação. Um sufixo como o *des-* tanto pode assumir o sentido de “deixar de x” como em *desobedecer*, quanto o sentido de “separar, tirar” como em *descascar*;
- e) a derivação pode expressar opinião a respeito de algo ou alguém, tem caráter opinativo, enquanto a flexão tem apenas valor gramatical, mas não pragmático. Construções derivacionais como *fofoqueiro*, *livreco*, *mulheraço* e *tipinho* demonstram essa possibilidade;
- f) a derivação pode ter forma e conteúdo arbitrários, contrariamente à flexão. A lexicalização é um dos efeitos desse fenômeno tal como nos termos *coxinha* (salgado), *amarelinha* (jogo) e *bolão* (aposta conjunta);
- g) processos derivacionais podem ocasionar na mudança de classe da palavra e os flexionais não promovem qualquer alteração. Alguns exemplos são *inibir* – *inibição* (verbo-substantivo), *gerenciar* – *gerenciável* (verbo-adjetivo) e *feliz* – *felizmente* (adjetivo-advérbio);
- h) sufixos derivacionais são núcleos de uma palavra morfologicamente complexa, enquanto os flexionais são modificadores. O sentido de *maranhense* é “nascido no estado do Maranhão” no qual o sentido atribuído pelo sufixo *-ense* se sobressai ao da base *Maranhão*. De modo contrário age o plural, por exemplo, pois em *gatos* o núcleo continua sendo a base;
- i) os afixos derivacionais se localizam mais próximo da base e antecedem os flexionais quando ocorrem numa mesma palavra, como ocorre com *vende-dor-e-s*;
- j) a derivação cria novos vocábulos enquanto a flexão expressa diferentes formas da mesma palavra;
- k) os elementos da flexão são mútuos e logicamente excludentes, ou seja, a presença de um elemento impede a presença de outro de mesmo valor. Se um verbo está em um tempo/modo específico, ele não pode estar em outro ao mesmo tempo;
- l) uma regra de formação de palavras pode ser reaplicada, o que não ocorre com a uma regra flexional. A recursividade é um fenômeno possível como se vê em *inconstitucionalíssimamente*;

- m) os afixos flexionais constituem um grupo mais limitado e, portanto, há mais elementos derivacionais do que flexionais em uma língua;
- n) é mais provável a criação de novos afixos derivacionais do que flexionais. Pela limitação dos elementos flexionais expressa no critério em “m”, a probabilidade de criação de elementos derivacionais é maior;
- o) apenas os afixos derivacionais podem identificar o falante do ponto de vista sociolinguístico;
- p) a flexão pode expressar mais de uma função, sendo cumulativos, enquanto a derivação não tem caráter cumulativo;
- q) sufixos derivacionais portam acento e os flexionais são átonos.

Tomando-se como base os critérios supracitados, no item que se segue, far-se-á um comentário acerca das definições dos processos de flexão e derivação tratando-se especificamente sobre o gênero.

2.1.1 O gênero: flexão ou derivação?

Quando se trata do gênero dos substantivos no português, não há completa uniformidade ao se determinar esse processo como flexão, embora essa seja a caracterização mais corrente. Para muitos autores, a exemplo de Câmara Jr. (2007 [1970]), Zanotto, (1996) e Monteiro (2002) a variação nos morfemas para determinação de gênero nos nomes no português se dá por meio do processo flexional.

Contrariamente, Sandmann (1997) adota a posição de que a questão do gênero nos nomes é um processo derivacional, baseando-se nas estratégias lexicais de determinação de gênero, além da variedade de morfemas que podem ser utilizados. Rocha (1998, p. 193-219), por outro lado, após a análise dos critérios de regularidade, concordância e opcionalidade, anteriormente definidos por Câmara Jr., conclui que o gênero em substantivos de referente sexuado no português é um “mecanismo linguístico complexo” que sofre tanto regras de derivação quanto regras de flexão.

Assim, acredita-se ser importante para os estudos no campo morfológico apurar, mais detidamente, esta questão com base no *corpus* previsto para esta pesquisa.

Analisando o gênero com base nos dados encontrados na pesquisa pode-se perceber que há pontos que corroboram com a ideia de flexão, enquanto há outros que vão de encontro aos critérios que seriam definidores da flexão.

Tomando-se como definição de flexão os critérios apresentados por Gonçalves (2004), é possível questionar o critério “b”, por exemplo, que se apresenta como confuso e muito restrito. Segundo ele, um afixo flexional apenas se manifestaria morfológicamente, enquanto um derivacional poderia utilizar outras estratégias. O autor cita o caso do grau, no qual teríamos, por exemplo, *grandíssimo* com o mesmo sentido de *muito grande*, ou seja, uma estratégia morfológica de grau e uma estratégia lexical. Como se poderá ver nos dados da pesquisa, no entanto, as expressões de gênero não são apenas morfológicas, mas também lexicais (e.g. *presidente feminina*).

De igual modo, o critério “e”, que afirma que apenas a derivação expressa julgamento de valor, encontra barreiras quando se analisam dados reais, a exemplo do caso de *bandida* que se verá mais adiante no item 5.3.

Ressalta-se, também, a afirmação do critério “o” que sugere que apenas os afixos derivacionais são capazes de identificar o falante do ponto de vista sociolinguístico. Retomando-se o caráter sociolinguístico da presente pesquisa, se verá que se toma como um dos objetivos principais a compreensão do encaixamento sociolinguístico com os dados apresentados que se supõe serem de natureza flexional.

Diante dos critérios estabelecidos como definidores dos processos de flexão e derivação, vê-se que muitos são generalizações que encontram exceções nos dados linguísticos. Logo, não são apropriados para caracterizar esses processos. Diante dos fatos e das observações prévias acerca do assunto, assume-se nesta pesquisa a ideia de que o processo mais comum de expressão de gênero é a flexão, embora ressalte-se que há outros processos morfológicos ou não que podem atuar na determinação de gênero dos nomes do português.

2.2 O PERCURSO HISTÓRICO DA CATEGORIA GRAMATICAL DE GÊNERO

Nem todas as categorias gramaticais são universais e, dentre elas, a categoria de gênero é a mais controversa, sendo até considerada “uma das categorias gramaticais menos lógicas e mais incompreendidas” (MEILLET, 1982, p. 202). Segundo Meillet, aproximadamente $\frac{1}{4}$ das línguas possui o gênero gramatical ou outro

tipo de classificação similar, sendo que a maior parte delas possui uma classificação binária, feminino e masculino, enquanto outras possuem divisão terciária, acrescentando-se o neutro. Há, no entanto, muitas outras formas de se classificar o gênero linguístico.

Se, por um lado, as línguas obedecem regras internas de funcionamento, por outro, elas se relacionam com características culturais de cada sociedade em particular e isso pode explicar o porquê de algumas línguas terem e outras não terem a categoria gramatical de gênero e, ainda, o porquê de outras línguas terem perdido essa categoria com o passar do tempo, como é o caso do inglês.

Pode-se observar, no entanto, que um fato recorrente em quase todas as línguas é a inexistência da marcação de gênero para os pronomes de primeira e segunda pessoas, momento no qual os interlocutores estão presentes, mostrando não ser necessária essa informação gramatical.

Pelo menos no que se refere aos substantivos sexuados, a questão biológica é fator determinante para o gênero, pois os seres vivos se dividem entre macho e fêmea. Porém, se, em boa parte dos casos, essa distinção tem algum grau de relevância, por que nem todas as línguas possuem essa categoria gramatical? Esta questão tem relação com o relativismo linguístico e com a importância de se considerarem fatores extralinguísticos em uma determinada língua. Alguns pontos serão analisados a fim de responder essa questão.

A demarcação do início da distinção da categoria de gênero representa um desafio aos estudos linguísticos. Segundo Meillet (1982), primeiramente as línguas possuíam distinção gramatical entre os gêneros animado e inanimado. Internamente à categoria animado teria surgido a distinção masculino x feminino. Essa afirmação é possível de ser relacionada a diversas línguas, sendo aceita por outros linguistas. No entanto, o que ainda gera discussões, seriam as razões para o surgimento dessa distinção. Assim, a distinção poderia ter sido motivada por duas razões:

- a) a distinção entre o sexo biológico de muitos seres vivos na natureza;
- b) a diferença hierárquica e divisão de poder entre homens e mulheres latentes, sobretudo, nas sociedades primitivas.

Não obstante, no item “b” busca-se adicionar razões histórico-sociais à compreensão dessa questão, visto que apenas a distinção entre sexo biológico parece não atender a toda demanda. Acrescente-se a isso a determinação de gênero para

nomes inanimados que, como se verá adiante, é semanticamente arbitrária, apenas determinada linguisticamente.

Enquanto alguns estudiosos buscavam esclarecer o fenômeno recorrendo a fatores externos à língua, para alguns o gênero era motivado simplesmente por questões gramaticais. Para Martinet (1956), o gênero teria se originado no quadro dos determinantes do substantivo pela necessidade de desfazer ambiguidades na comunicação e todo o processo convergiu para um fenômeno de concordância, a manifestação sintática desse processo. A tese de que os determinantes teriam iniciado o processo se vale da regra da não-redundância das línguas, porém, provoca muitas discussões.

Devido a divergências como essa, Meillet (1982), por exemplo, considerava uma inconsistência de muitas línguas indo-europeias manter o gênero gramatical e considerava uma evolução do inglês a perda dessa categoria. Essa análise vê o fenômeno como redundante e contra a regra de economia linguística, pois, sob esse ponto de vista, a categoria de gênero apenas teria a função de preservar a concordância no sistema. O autor chama a atenção, ainda, para a redução da flexão morfológica, fato que atingiu a todas as línguas indo-europeias progressivamente e que se relaciona ao enfraquecimento fonético do fim das palavras, um fenômeno natural das línguas. Assim, visto que na maior parte dos casos o gênero é expresso por um morfema no fim do vocábulo, este som tende a se enfraquecer e, até mesmo, desaparecer, sendo este um relevante fator a ser considerado na análise da perda ou manutenção do gênero gramatical.

Analisando o gênero sob a perspectiva histórica, vê-se que, no indo-europeu e, conseqüentemente, no latim, havia distinção entre os gêneros masculino, feminino e neutro, este último utilizado para marcar os seres inanimados. É importante analisar, no entanto, algumas particularidades que já demonstram a face mais controversa do gênero. Embora, de forma geral, se pudesse afirmar que o gênero neutro marcava os nomes inanimados, alguns fenômenos naturais eram caracterizados por gênero masculino ou feminino por serem considerados forças ativas da natureza. Assim, eles eram femininos ou masculinos de acordo com algumas características específicas que tendiam mais para associação com um dos gêneros. Ao mesmo tempo, já no latim, que parecia atribuir grande importância à distinção macho e fêmea, alguns animais não tinham essa diferenciação expressa gramaticalmente, seja pela falta de contato dos homens com esses animais ou pela distinção em alguns desses seres ser

considerada secundária, a exemplo de insetos, peixes e outros animais de pequeno porte.

Atendo-se ao rol das línguas românicas, a maior parte delas, com exceção apenas do romeno, manteve a distinção de gênero gramatical entre masculino e feminino, ou seja, não transportou o gênero neutro. Para esta pesquisa, elegeram-se três línguas românicas, o espanhol, o francês e o romeno, para se realizar algumas observações a fim de ilustrar a situação da determinação de gênero visto que elas possuem similaridades com o português neste processo.

No espanhol (cf. REAL ACADEMIA ESPAÑOLA, 2009), substantivos e pronomes possuem gênero masculino, o gênero não-marcado, ou feminino, o gênero marcado. Outras classes, tais como os determinantes e adjetivos, sofrem alteração de gênero através da concordância, fenômeno obrigatório para os nomes.

Para os substantivos animados, o gênero carrega informação semântica e serve para diferenciar o sexo do referente, havendo, porém, casos em que um mesmo nome pode ser expresso por mais de um gênero gramatical, assim como casos em que a diferença entre os sexos não é marcada pelo gênero gramatical. Para os animados, a diferença de gênero pode ser expressa linguisticamente por vários modos:

- a) uso de diferente desinência ou afixo (ex: *gato/gata, duque/duquesa*);
- b) radicais diferentes para os diferentes gêneros (ex: *toro/vaca, yerno/nuera*);
- c) uma mesma forma nominal, mas variação de determinantes e artigos (ex: *el profesional/la profesional, el testigo/la testigo*);
- d) casos ambíguos quanto ao gênero em que o mesmo substantivo pode aceitar os dois gêneros, esses, geralmente, inanimados (ex: *el mar/la mar, el vodka/la vodka*);
- e) epicenos, para pessoas ou animais com um único gênero gramatical (ex: *el personaje, el rinoceronte, la persona, la víctima*). Em alguns desses, quando utilizados para animais ou plantas, os nomes podem receber a terminação “macho” ou “hembra” - *la avispa* {macho ~ hembra}; *el hipopótamo* {macho ~ hembra}. Para os humanos essa construção não é aceita, mas pode-se usar a terminação “masculino” ou “feminino” ou mesmo “varón” ou “mujer”.

Há, ainda, alguns nomes que, embora no feminino, podem representar a coletividade, como em *enfermeiras, secretarias, azafatas*, dentre outros. Devido ao

grande número de mulheres nestas posições, opta-se pela forma feminina, embora os coletivos não necessariamente excluam os homens que podem desempenhar tal função.

Há, no espanhol, uma grande discussão acerca da existência de um morfema de gênero devido ao grande número de ocasiões em que *-o* expressa o masculino e *-a* o feminino, porém, devido ao grande número de exceções e inconvenientes, fazem-se muitas ressalvas acerca dessa afirmação. Considera-se, portanto, que, em muitos casos, não há um morfema de gênero e sim um gênero inerente ao nome, embora noutros haja essa alternância de morfemas de gênero, como nos pares *hijo/hija*, *juez/jueza*, *abad/abadesa*. Destarte, verifica-se que essa alternância pode, em geral, se dar pelos morfemas *-o/-a* ou por *-Ø/-a*.

Assim como no espanhol, no francês também há dois gêneros para os nomes: o masculino e o feminino, tanto para os nomes animados quanto para os inanimados (DELATOUR et al, 2004, p.18-22). No caso do francês, a regra mais geral para formação de feminino dos nomes animados se dá pelo acréscimo do morfema *-e* no final do vocábulo, como em *étudiant/étudiante*.

É notório, no entanto, que, no francês, a representação gráfica é bastante diferente da representação fonética e este fator afeta de maneira particular a expressão de gênero. Em alguns casos a variação apenas afeta a representação gráfica enquanto em outros afeta a ambas, assim, na presença de vocábulos com final em *-i*, *-é*, *-u* e *-l*, como em *ami/amie*, *employé/employée*, *inconnu/inconnue* e *rival/rivale*, a variação é apenas representada graficamente.

Em outros casos, porém, a alteração é representada graficamente e foneticamente. São eles:

- a) palavras terminadas em *-d* (*marchand/marchande*), *-t* (*candidat/candidate*), *-ois* (*bourgeois/bourgeoise*), *-ais* (*anglais/anglaise*) e *-(i)er* (*infirmier/infirmière*) têm alteração diante da pronúncia da consoante final para os femininos, pois essas consoantes não são pronunciadas no masculino;
- b) palavras terminadas em *-(i)em* (*Européen/Européenne*), *-(i)on* (*champion/championne*), *-in* (*cousin/cousine*), *-ain* (*Mexicain/Mexicaine*) e *-an* (*Catalan/Catalane*), têm alteração fonética mediante desnasalização da vogal e pronúnciação de *-n*;
- c) palavras terminadas em *-(t)eur* (*acheteur/acheteuse*, *directeur/directrice*), *-f* (*fugitif/fugitive*) e *-e* (*maître/maîtresse*) têm toda a sílaba final alterada.

Além desses casos de alteração de morfema, há outros em que se mantêm o radical, mas se modifica a terminação, como em *compagnon/compagne*, *serviteur/servente* ou *dieu/déesse*.

Para os nomes inanimados do francês, as palavras também sofrem variação de gênero e este é semanticamente arbitrário, indicado pelo determinante. Embora haja um grupo de terminações frequentes para cada um dos gêneros, as exceções também impedem uma formalização de regras.

Por fim, faz-se um breve relato sobre a situação do gênero no romeno. Como observa Basseto (2004), contrariamente às outras línguas românicas do Ocidente que continuavam mantendo estreito contato com o latim medieval literário, da igreja e dos documentos oficiais, o romeno estava inserido num ambiente cuja língua oficial e religiosa era o grego e, apenas mais tarde, a língua começou a sofrer um processo de “relatinização”, reaproximando-se de suas raízes.

O romeno, em oposição às outras línguas românicas, conserva três gêneros (cf. FONSECA, 1944). O masculino e o feminino podem ser identificados quanto à terminação e à significação.

Os nomes masculinos são:

- a) todos os seres machos, pessoas ou animais (ex: *frate = irmão* e *corb = corvo*);
- b) os nomes que designam estado ou ofício dos homens (ex: *croitor = alfaiate*);
- c) os nomes dos povos, das montanhas, dos meses do ano, dos ventos e das árvores (ex: *Francez = francês* e *brad = pinheiro*);
- d) os nomes de seres abstratos e das letras do alfabeto.

São masculinas todas as terminações em *-u*, como em *socru = sogro* e grande parte das consoantes, como em *lupus = lobo*.

Já os femininos são:

- a) os nomes dos seres femininos (ex: *fată = menina*);
- b) os nomes que designam estado e condição das mulheres (ex: *împărăteasă = imperatriz*);
- c) a maioria dos nomes de frutos, flores e ervas (ex: *prună = ameixa* e *iarbă = erva*);
- d) os nomes das estações do ano e dos dias da semana (ex: *toamnă = outono*).

As terminações dos nomes femininos são em *-ă*, *-ea* e *-à*, como em *casă = casa* e *cafea = café*. As terminações em *-e* podem ser em alguns casos masculina (ex: *munte = monte*) e em outros casos feminina (ex: *cruce = cruz*).

Os demais nomes são os chamados neutros ou ambíguos, nomes terminados em consoantes, excetuando-se aqueles que são masculinos, e que se comportam como masculinos no singular e como femininos no plural, como em *un ac = uma agulha* e *două ace = duas agulhas*.

Assim, no romeno, os nomes terminados em *-u* formam o feminino com o morfema *-ă*, como em *socru/soacră = sogro/sogra*, os terminados em *-el* formam o feminino em *-ea*, como em *miell/miea = cordeiro/cordeira* e os terminados em consoante acrescentam o morfema *-ă*, como em *amic/amică = amigo/amiga*.

Há, ainda, muitas outras observações, irregularidades e exceções acerca do gênero nessas três línguas românicas, mas estas não são relevantes para a breve discussão que apenas visa a ilustrar a situação mais geral do gênero gramatical nas línguas românicas, a fim de se realizar um contraste e estabelecer similaridades com o gênero no português.

2.3 O GÊNERO NO PORTUGUÊS

O gênero gramatical no português é tratado pelas gramáticas normativas de forma pouco clara e numa perspectiva puramente dicotômica. Os nomes podem ser, portanto, de dois gêneros: o masculino, não-marcado, e o feminino, marcado. Não é costume fazer distinção entre os substantivos inanimados, os não-sexuados, e os animados, sexuados, e a expressão do gênero é feita através do uso do artigo *o* para o masculino e *a* para o feminino.

Se para os substantivos inanimados não há variação de gênero, pois há uma única unidade lexical que pode ser do gênero gramatical masculino ou feminino, para os substantivos animados, ou seja, aqueles empregados para pessoas e animais, na maior parte dos casos, há o processo flexional diante da substituição ou acréscimo de desinências tendo como base a forma não-marcada do masculino que passa para a forma marcada, o feminino. Mas há ainda outros processos envolvidos nesta categoria e as descrições parecem não dar conta de tanta variedade.

2.3.1 Um passeio pelas gramáticas: de 1536 aos dias atuais

Foram eleitas, para análise da visão do gênero no português, nove gramáticas de autores consagrados, perpassando por diferentes períodos, a fim de se ter uma ideia da evolução histórica e por diferentes visões, desde as mais tradicionais às mais inovadoras. Busca-se, com isso, analisar a documentação do gênero no português, na medida em que foi possível, de forma ampla e variada.

Fernão de Oliveira (1536, p. 63-72), em sua *Grammatica da linguagem portuguesa*, a primeira gramática em língua portuguesa, ressalta a divisão do gramático Varrão em declinações de dois tipos: as naturais e as voluntárias. Nesta abordagem, são declinações voluntárias aquelas que cada indivíduo faz à sua vontade, já as naturais estão mais sujeitas às regras e leis, atendendo aos usos comuns. Alguns dos seus exemplos demonstram a atuação da declinação natural para ocupações com terminação em *-eiro*, como em *pedreiro* e *carpinteiro*, diminutivos terminados em *-inho* ou *-inha* como em *mocinho* e *mocinha*, além do fato da maioria dos nomes femininos terminar em *-a*.

Acerca da declinação dos nomes no português, o autor cita as declinações de gênero e número. Em gênero, destaca o par opositor como em *moço/moça*, porém destaca a variedade de terminações para femininos e masculinos, assim como as possibilidades de indeterminados em oposição ao neutro latino. Assim, diante de tantas possibilidades de terminações, ressalta que, associado a esses processos, encontra-se o gênero dos artigos que se apresenta sempre como *a* para feminino e *o* para masculino.

O gramático João de Barros (1540, p. 22-23) afirma que os gêneros dos nomes existem para que haja diferenciação entre o masculino e o feminino e entre o neutro e ambos. Chamando atenção para o fato de que as línguas tratam o gênero de diferentes maneiras, no português o gênero é expresso pela significação, caso dos sexuais, e também pelo artigo, caso dos não-sexuais que apenas levam marca gramatical. O autor identifica sete gêneros no português: o masculino, o feminino, o neutro, o comum a dois gêneros, o comum a três gêneros, o duvidoso e o confuso. Sendo assim, as regras determinam que quando o nome se referir a um dos sexos, esse será fator determinante para o gênero, sendo masculino ou feminino; quando for aplicável a ambos os sexos, serão comum aos dois; quando a três, comum a três gêneros; os demais, são neutros.

Barbosa (1822, p. 123-132), em sua *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios de grammatica geral applicados à nossa linguagem*, afirma que os nomes no português se dividem em dois gêneros: os de classe natural, ou seja, animais, que se dividem entre macho e fêmea, e os que não têm sexo deveriam ser agrupados numa terceira classe, o gênero neutro. Porém, visando estender a classificação dos animados, as coisas também foram classificadas entre femininas e masculinas, sobretudo pela terminação. Daí a regra de gênero dos nomes se dá por dois caminhos: pela significação, animados, e pela terminação, os inanimados.

Juntamente com o nome dos substantivos, há a concordância dos artigos e adjetivos. Segundo o autor, pode-se, então, utilizar dois meios para se saber o gênero de um nome, seja pelo substantivo ou pela concordância, isso tudo fixado apenas pelo uso, uma vez que a escolha é arbitrária. Dessa maneira, o autor divide os nomes naqueles que possuem gênero por significação, ou seja, de forma natural e os de forma arbitrária, pela terminação.

Os primeiros, que possuem gênero por significação, são determinados masculinos para os homens, suas profissões ou ofícios, assim como outras figuras representativas tais como deuses, anjos, mares, rios etc. Do mesmo modo, são femininos os nomes de mulheres e suas profissões, bem como figuras como deusas, a terra, as ciências e artes, virtudes e paixões. Há, ainda, outras formas que possuem um único gênero ou que têm gênero variante, formas como *infante*, *intérprete* e *virgem* e alguns epicenos para animais, tais como *crocodilo*, *javali* e *cobra*.

Para o segundo grupo, gêneros determinados pela terminação, o autor destaca o estabelecimento de um gênero fixo, mas ao mesmo tempo a possibilidade de variação com o passar do tempo, caso de nomes como *cometa*, *mapa*, *fim* e *planeta* que eram femininos e passaram a masculinos e outros como *árvore*, *frase*, *linguagem*, *origem*, que seguiram o caminho inverso, eram masculinos e passaram a feminino.

De acordo com as terminações o autor estabelece a divisão da seguinte maneira:

- a) são masculinas as terminações em *-u* e *-i* agudo (*javali*, *bambu*), *-o* grave e *-ô* (*aço*, *avô*), em *-im*, *-om* e *-um* (*brim*, *dom*, *atum*) e os ditongos *-ái*, *-áo*, *-éo*, *-êo*, *-ói* e *-óe*. São também masculinas as terminações *-al*, *-él*, *-il*, *-ól*, *-ul*, *-ar*, *-êr*, *-ir*, *-ór*, *-ur* e *-oz*,

- b) são femininas, no entanto, as terminações em *-a*, *-ã*, *-am*, *-ãi* e *-ê* (*garrafa*, *irmã*, *mãe*);
- c) há, ainda, outras terminações que são comuns aos dois gêneros: *-a* e *-e* agudos (como em *pá* e *café*), *-e* grave, *-ó*, *-ão*, *-em*, *-ei*, *-er*, *-ôr*, *-az*, *-ez* e *-êz*, *-iz*, *-oz* e *-uz*.

Em todos esses casos, como não poderia deixar de ser, embora poucas, há exceções. Segundo o autor, das 43 terminações encontradas, 28 ficaram fixadas a um único gênero e 15 são variantes.

Said Ali (1931, p. 54-70) afirma que para os nomes que designam seres humanos, o gênero tem relação com o sexo e são poucos os casos em que os vocábulos são diversos, sendo que na maioria dos casos faz-se uso da terminação *-a* para indicar o feminino, embora seja possível identificar outros padrões. Os nomes terminados em *-e* podem se estabelecer no grupo comum de dois, tais como *estudante*, *agente* e *cliente* ou podem formar o feminino em *-a* como em *parenta*, *mestra*, *infanta*.

Para os nomes em *-ão* o autor reconhece três modos de formação de feminino e afirma que até o século XVI havia bastante incerteza e variação quanto a essas formações: (i) como em *irmão* > *irmã*, *anão* > *anã*, *cirurgião* > *cirurgiã*, ou seja, elimina-se a vogal *-o* para formar o feminino; (ii) a terminação *-oa* em lugar de *-ão*, como em *bretoa* e *patroa*; e (iii) modificação de *-ão* por *-ona*, sobretudo, nos aumentativos, como em *chorona*, *fanfarrona* e *solteirona*.

Tratando individualmente do nome das coisas, o autor estabelece o padrão de terminação em *-o* ou *-a* átonos e destaca a variação de gênero sofrida em vocábulos na passagem de uma língua para outra como do grego para o português e do latim para o português. O autor separa, ainda, os nomes dos animais levando em consideração o sexo ou simplesmente a terminação. Para os nomes próprios, a determinação leva em consideração o sexo do indivíduo para nomes de pessoas e os nomes de lugares seguem o gênero do substantivo a que é atribuído. Há, por fim, os nomes que sofreram mudança de gênero no português ou que possuem gênero duvidoso, caso dos nomes como *planeta*, *cometa*, *língua* etc.

Assim como outros autores, Nunes (1956), no *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*, ressalta que, enquanto no latim havia três gêneros, na passagem para o português e na maior parte das demais línguas românicas,

permaneceram apenas dois gêneros. Se para os nomes de substantivos sexuados manteve-se o mesmo padrão para feminino e masculino, o mesmo não aconteceu com os substantivos de gênero neutro passando a se registrar grande variação.

Avançando na linha cronológica, Bechara (2009) afirma, em sua gramática, que não é a flexão dos nomes que dá forma aos gêneros dos substantivos, pois nem todos os casos sofrem flexão, mas as palavras que acompanham os nomes, tal como artigo, adjetivo e pronome, essas sim formas que sofrem flexão.

O autor dá especial destaque à situação do gênero em profissões antes essencialmente masculinas, mas hoje ocupadas por mulheres, provocando uma adaptação das formas de uso. Para esse efeito, cita, por exemplo, *mestra*, *embaixadora* e *senadora* como formas já vitoriosas, mas ressalta que formas como *chefa* e *caba* “podem não vingar por se revestirem de sentido pejorativo” (p. 134).

Acerca dos substantivos terminados em *-e*, ressalta que alguns permanecem invariáveis enquanto outros têm supressão da vogal temática e terminação em *-a*, casos de *infante/infanta*, *parentel/parenta* e *presidentel/presidenta*.

Os gramáticos Cunha e Cintra (2008, p. 202-211) destacam que, além da flexão de gênero, processo mais estudado e presente nas gramáticas, há outros processos que caracterizam o gênero dos substantivos sexuados que não se dão pela flexão. São eles:

- a) as formas com radicais distintos: *homem > mulher*, *genro > nora*;
- b) os chamados substantivos epicenos, animais com um só gênero gramatical para expressão de ambos os sexos: *a cobra macho/a cobra fêmea*;
- c) os substantivos sobrecomuns, em que não há qualquer variação de gênero: *a mosca*, *o besouro*;
- d) substantivos de um só gênero gramatical para indivíduos de ambos os sexos: *a criança*, *a pessoa*, *o indivíduo*;
- e) os substantivos comuns de dois gêneros, com uma só forma para os dois gêneros e distinção feita pelo uso do artigo ou outros adjetivos flexionais: *o agente*, *a agente*, *o estudante*, *a estudante*;
- f) os substantivos de gênero vacilante, em que o uso admite vacilação de gênero: *diabetes*, *suéter*, *guaraná*.

Perini (2010, p. 280-281) classifica os nomes em dois tipos de gênero, o gênero inerente e o gênero governado. Os nomes usados referencialmente, núcleos

do SN, têm, sem exceção, um gênero inerente que pode ser o masculino ou o feminino. Um nome usado como qualificador, por outro lado, obrigatoriamente segue o mesmo padrão de gênero do núcleo e tem, portanto, o gênero governado. Assim, por exemplo, em *caderno vermelho* e *bolsa vermelha* pode-se observar a atuação do gênero inerente em *caderno* e *bolsa* e do gênero governado em *vermelho* e *vermelha*.

Além disso, o autor faz diferenciação entre gênero gramatical, para as coisas que têm o gênero determinado gramaticalmente, e gênero natural, para as pessoas e animais com os quais se faz associação com o sexo. No entanto, destaca que, mesmo no caso do gênero natural, não há qualquer implicação diferente de acordo com o sexo do indivíduo e ambos os processos são interpretados da mesma forma pela gramática.

Por fim, cita-se Bagno (2011, p. 677-679) que define que o gênero, assim como o número, é uma categoria dos substantivos, adjetivos e similares. Neste sentido, afirma que os adjetivos acompanham o gênero dos substantivos por meio da concordância redundante, motivo pelo qual no discurso, muitas vezes, perde-se essa marca que não seria relevante para os animados, muito menos para os inanimados.

Segundo o autor, uma vez que é da natureza do adjetivo atribuir qualidade, um *gato preto* e uma *gata preta* são dotados da mesma qualidade, da mesma forma que *um pensamento sombrio* e *uma ideia sombria* são igualmente sombrios.

Ressaltando que na passagem do latim para o português e para a maior parte das línguas românicas se perdeu o gênero neutro, bem como a realidade da perda de marcas nos nomes do inglês, Bagno afirma que são todas essas marcas redundantes, pois “a existência de adjetivos que têm a mesma forma no masculino e no feminino é a prova de que a inexistência de marca morfológica de gênero não altera em nada a compreensão do enunciado” (2011, p. 678).

2.3.2 Ainda sobre o gênero no português

A classificação feita pelas gramáticas tradicionais, no entanto, ainda comete alguns equívocos. Câmara Jr. (2007 [1970]), sob esse viés, observou que a descrição de gênero apresentava uma série de problemas, tais como a falta de distinção entre o gênero linguístico e o sexo biológico e a falta de separação dos outros processos de diferenciação entre os gêneros que não se dão pela flexão. É válido ressaltar, no entanto que, neste trabalho, o foco fica restrito aos casos de substantivos sexuados

que sofrem o processo de flexão de gênero, processo que se dá nas palavras em estudo.

A abordagem de Câmara Jr. sobre o tema aponta que os substantivos em português, geralmente, possuem feminino em *-a*, mesmo quando as formas de masculino terminam em tema em *-e* ou são atemáticos. De acordo com o autor, a flexão de feminino se caracteriza pelo acréscimo de *-a* e supressão da vogal temática, quando esta existe, e chama atenção, ainda, para a existência de alguns alomorfes, tais como: o par opositivo /ô/ > /ó/, como em *avô/avó*; formas em /oN/, normalmente realizadas em *-ão*, que perdem o travamento nasal com o acréscimo de *-a*, como em *bom/boa* e *leão/leoa*; o sufixo derivacional aumentativo, /oN/, realizado em *-ão*, que transfere o travamento nasal e acrescenta a desinência *-a*, como em *valentão/valentona*; os radicais em /aN/ com tema em *-o* que perdem a vogal temática, como em *irmão/irmã*; dentre outros.

Zanotto (1996, p. 58-68) chama atenção para o fato de a determinação do gênero dos substantivos ser feita pelo(s) seu(s) determinante(s), visto que nem todo substantivo apresenta flexão. O autor também não acredita serem as terminações fatores adequados para diferenciação de gênero já que as terminações *-o* e *-a* não são exclusivas para masculino e feminino, respectivamente, e há várias outras terminações em vogais e consoantes.

No que se refere a variação de gênero por processos flexionais e derivacionais, Zanotto identifica alguns padrões morfológicos:

- a) radical (R) + desinência de gênero (DG): *cantor/cantora*;
- b) R – vogal temática (VT) + DG: *aluno/aluna, presidente/presidenta*;
- c) R – VT + alternância /ê/ > /é/ + ditongação /é/ > /éy/: *européu/europeia*;
- d) R – VT + alternância /ê/ > /i/ + DG: *judeu/judia*;
- e) R – VT + alternância /é;a/ > /ô/ + DG: *ilhéu/ilhoa*;
- f) R – VT + alternância /a/ > /o/ + consoante nasal + desnasalização + DG: *chorão/chorona*;
- g) R – VT + sufixo derivacional (SD): *poeta/poetisa*;
- h) R + SD: *consul/consulesa*;
- i) R – VT: *réu/ré*.

Gouveia (1999), ao analisar a divisão de gênero marcado, para o feminino, e não-marcado, para o masculino, discute a visão de que o gênero masculino tem

função genérica. Segundo a autora, há de se ter cuidado com esta afirmação, pois não é em todos os casos em que o masculino de fato se torna genérico, ou seja, abrange indivíduos de ambos os sexos. A autora também chama atenção para o fato de alguns termos femininos poderem ser utilizados como genéricos, identificando, dessa forma, que essa questão não pode ser tratada de forma generalizada.

Diante das discussões levantadas, vê-se que não apenas no português, mas também nas demais línguas românicas, o gênero gramatical é, de fato, um fenômeno controverso. Seja naquelas que mantêm divisão binária, seja nas línguas de padrão terciário latino, há muitas irregularidades e disparidades dentro de cada uma das línguas e ainda mais na comparação entre elas. Além disso, é válido ressaltar que são muitos os estudos que abordam essa questão, indo muito além da flexão de gênero e estando ainda distantes de observações que deem conta da situação geral do gênero dos substantivos.

Ao admitir que o gênero dos inanimados, sobretudo, é determinado arbitrariamente, perde-se qualquer possibilidade de analogia com questões extralinguísticas com esse fato, porém sabe-se que há muito o que se investigar antes de tal afirmação.

Se, por um lado, a presença do gênero neutro no romeno parece manter a divisão mais coerente entre os animados e inanimados, por outro, a perda desse terceiro gênero, assim como a inconsistência nas línguas que o possuem, simplifica o panorama geral, fato já conhecido por todas as línguas.

2.3.3 Que falta faz o gênero neutro?

Como já visto, no latim, os substantivos animados podem ser classificados como femininos ou masculinos, enquanto os inanimados, além desses dois gêneros, podem ser do gênero neutro, ou seja, “nem um nem outro” (ALMEIDA, 2000, p. 15).

No indo-europeu a distinção dos nomes era baseada na oposição animado-inanimado, não havia entre o masculino e o feminino qualquer distinção de flexão, mas da aplicação de adjetivos que era distinta entre os nomes masculinos e femininos. Porém, enquanto no indo-europeu havia uma distinção rígida quanto ao que era masculino ou feminino, para os casos dos animados, e os inanimados eram sempre gênero neutro, no latim essa diferença já sofreu mudanças.

Embora grande parte dos nomes inanimados seja considerado do gênero neutro, outros podem ser considerados femininos ou masculinos, tais como nomes de cidades, países e árvores. Assim, já no latim essa diferenciação passou a perder espaço, o que pode ter sido um dos fatores de motivação para essa distinção não ter persistido nas línguas românicas e, assim, o neutro ter deixado de ser considerado.

Como se sabe, as palavras no latim são classificadas segundo as declinações e as terminações variam de uma declinação para outra de acordo com o gênero. Destarte, as flexões no latim são muito variadas, sobretudo quando comparadas às flexões das línguas românicas que, em geral, resumem-se a uma divisão binária no caso do gênero.

No latim, as palavras da primeira declinação, por exemplo, são, predominantemente, do gênero feminino e têm terminação em *-a*, fator que, muito possivelmente, influenciou o feminino em *-a* hoje conhecido. Sob a mesma perspectiva, na segunda declinação, predominantemente masculina, as palavras terminadas em *-us* são masculinas e as neutras têm terminação em *-um*, como em *bellum* e *vinum*, *guerra* e *vinho*, respectivamente.

Uma vez que grande parte dos nomes que eram masculinos ou femininos no latim permaneceram com o mesmo gênero gramatical nas línguas românicas, aqueles que eram originalmente de gênero neutro foram reclassificados de acordo com a nova distinção apenas binária.

Embora para os nomes animados pareça haver uma concordância de que o gênero gramatical está relacionado ao fator biológico, o caso dos nomes inanimados gera muitas discussões. Com a exclusão do gênero neutro em muitas línguas, dentre elas o português, há questionamentos acerca da definição de gênero desses substantivos e, para os inanimados, parece haver duas possíveis explicações quanto ao gênero dos substantivos: i) os traços mais femininos ou mais masculinos influenciando a divisão ou ii) distinção completamente arbitrária do ponto de vista semântico.

Há para ambas alternativas uma série de fatores que corroboram e refutam tais explicações. Um dos importantes argumentos baseia-se no fato de que há palavras inanimadas que possuem um gênero gramatical em uma língua e um gênero distinto em outra, mesmo entre línguas próximas, como as românicas, por exemplo. *Mar* no português é masculino, enquanto no francês é feminino – *la mer*.

Se essa é uma questão que merece discussão mais profunda, o que dizer então dos casos em que não há uniformidade de gênero gramatical mesmo em substantivos sexuados. Esses casos ocorrem, sobretudo, em cargos e profissões que eram tradicionalmente ocupadas por seres de um único sexo e depois passaram a ser exercidas também por seres do outro sexo, caso, no português para *sargento* e *diarista*.

Quando se trata dos gêneros nas línguas românicas, como se viu, apenas o romeno manteve a distinção entre feminino-masculino-neutro, como no latim, estratificando as palavras de forma muito similar. No rol das demais línguas românicas, no entanto, faz-se necessário realizar algumas reflexões.

No espanhol, por exemplo, embora não haja o chamado gênero neutro para os substantivos, são considerados neutros os demonstrativos *esto*, *eso*, *aquello*; os quantificadores *tanto*, *cuanto*, *mucho*, *poco*; o artigo *lo* e os pronomes pessoais *ello* e *lo*, cuja morfologia de concordância se dá da mesma forma que para os masculinos. De forma similar funcionam alguns demonstrativos e quantificadores no português.

Biderman (1974) realizou um levantamento de *corpora* em dicionários de frequência de cinco línguas românicas: o espanhol da Espanha, o romeno, o francês, o italiano e o português na sua vertente europeia, considerando aspectos mórficos, morfossintáticos e semânticos da categoria de gênero. No levantamento dos *corpora* ficou expressiva a quantidade de palavras cujo gênero tem papel puramente gramatical e nada tem a ver com sexo biológico. Verificou-se, ainda, que, dentre esses substantivos inanimados, houve predominância do gênero gramatical feminino, enquanto para os animados ocorreu o oposto, predominância do gênero masculino. Para os substantivos de gênero animado, a autora observou, ainda, a predominância do par opositor *-o/-a* em comum para o português, o italiano e o espanhol.

Em concordância com muitos autores, o gênero só parece, de fato, fazer sentido para os substantivos animados, enquanto para os inanimados não passa de uma categoria arbitrária, com motivações indefinidas, variáveis e não regulares, já que existe em algumas línguas e em outras não. A existência do gênero neutro em algumas línguas parece seguir padrões mais lógicos e passíveis de esquematização.

O fato é que, diante de todos os questionamentos e posições diversas, parece haver um consenso de que gênero seria uma categoria com papel menos relevante do que outras.

Em suma, pode-se dizer que o gênero gramatical mostra inconsistências quando se comparam línguas da mesma família linguística por não apresentar unificação da classificação (feminino-masculino-neutro) e ter diferentes critérios para classificar os nomes de acordo com o gênero. De igual modo, mesmo em uma única língua, o gênero pode sofrer variação no âmbito histórico, regional ou estilístico. No histórico verificam-se casos de mudança de gênero com o passar do tempo como já exemplificados; no regional e estilístico há variação em vocábulos a exemplo de *dó*, *guaraná*, *alface* e outros casos em que há vacilação de gênero, além das possibilidades múltiplas de determinação de gênero como em nomes que podem ser aceitos como comum de dois gêneros ou apenas masculino com variação para o feminino, caso dos vocábulos *presidente* e *chefe*, em estudo.

Cabe, então, para esses e outros fatores que envolvem a questão do gênero, investigar as motivações intra e extralinguísticas que determinaram essa diferenciação da marcação de gênero e o porquê de uma marca ser considerada relevante e ser mantida enquanto outra desapareceu ou enfraqueceu consideravelmente.

3 O GÊNERO SOB O PONTO DE VISTA ANTROPOLÓGICO

Os estudos sobre o gênero têm se desenvolvido sob diferentes perspectivas e por diferentes áreas de estudo: história (STEARNS, 2013), sociologia, antropologia (SEGATO, 1997) e sociolinguística.

O gênero é um construto social, não natural e mutável nas diferentes sociedades e tempos. O gênero se diferencia da noção de sexo por acrescentar as implicações histórico-sociais à questão biológica, portanto, não se descarta aqui a ideia do sexo biológico, pois ele é um dos principais responsáveis pela imposição de valores e símbolos socialmente determinados.

O gênero, por esse viés, é algo culturalmente construído, relacionado ao momento histórico-político-econômico-cultural de cada sociedade e está estritamente relacionado com as estruturas de poder (MORAES, 1998).

É importante, porém, ter cuidado ao tratar da questão de gênero para que essa não seja vista apenas como sinônimo do que é, na verdade, sexo. Ao se pensar em gênero não se deve continuar analisando a questão apenas sobre o que é homem e o que é mulher, no sentido biológico. É indispensável se considerar, para tanto, os processos culturais envolvidos na concepção de cada ser.

A relevância em se tratar de gênero nesta pesquisa está exatamente nesta diferença, pois, ao tratar de relações de poder, o gênero emerge naturalmente por ser a representação do sexo relacionado a elas.

Sunderland (2006, p. 29) expõe que a relação entre sexo e gênero pode se dar de três diferentes modos: (i) o comportamento de cada gênero é construído diante das diferenças entre os sexos biológicos dos indivíduos; (ii) a relação entre sexo e gênero pode ocorrer de maneira arbitrária, porém sempre haverá diferenças no comportamento de indivíduos de diferentes gêneros e são essas diferenças que criam “símbolos” para os sexos; e (iii) não há relação completa entre gênero e sexo dos indivíduos e, ao invés de se pensar no comportamento dos gêneros, dever-se-ia pensar nas ideias articuladas em torno das noções de homem/mulher, individual/coletivo.

De modo mais geral, essas diferenças são vistas como dicotômicas, porém o dicotômico quase sempre está associado a diferenças hierárquicas, o que impõe uma barreira aos estudos do gênero que não buscam descrever, ou mesmo vencer, uma posição inferior ou superior. A representação dos gêneros é sempre baseada em suas

diferenças e, muito constantemente, os gêneros são vistos de forma complementar. Dessa forma, tudo o que o homem é, a mulher não é e não pode – ou não deve – ser e vice-versa.

Encontra-se, portanto, desde o início da fundamentação das teorias de gênero, um impasse. Como libertar-se das imposições feitas pela sociedade a fim de assumir os mais diferentes papéis sociais existentes e, ao mesmo tempo, afirmar-se como grupo para dar voz a um movimento social acerca da posição da mulher.

As discussões acerca das determinadas terminologias surgem não por acaso, mas pela necessidade social de se tê-las. Assim, são os fatos sociais que determinam os fenômenos em pauta nos mais variados momentos. Uma das possíveis abordagens do gênero se preocupa com “a diferença que o gênero provoca” e “como o gênero passou a fazer essa diferença”. Destarte, os estudos realizados tentam identificar as características associadas a cada gênero e quais os interesses políticos associados a ele. Além disso, assume-se, também, que, por não ser natural, é mais facilmente modificado e, por isso, tenta-se compreender as questões e implicações sociais ao se tratar dessa questão, bem como observar os fatores que podem influenciar e levar a uma conseqüente mudança.

Na escolha das formas linguísticas para identificar um determinado cargo estão aqui impostas duas posições: a de diferenciação e exaltação de determinada posição, que linguisticamente pode ser visualizada pela diferenciação também das formas linguísticas; e a de igualdade, no qual não importa o sexo ou gênero, mas um cargo político que não se diferencia pelo indivíduo ali representado. Durante o questionamento aos informantes no presente trabalho acerca da “mulher ocupando a posição de chefia” ou “mulher na presidência”, não está em pauta apenas o indivíduo de um sexo específico – mulher, mas, principalmente, a posição social de poder exercida por alguém.

Um dos maiores desafios dos estudos de gênero é a desconstrução da ideia do masculino como “neutro”, da mesma forma como, nos estudos linguísticos, o masculino é visto genericamente como “não-marcado”. De igual modo, a forma masculina também é a usada para generalizar pessoas dos diferentes sexos, seja para expressão de plural, como em *os professores* para expressar a presença de *professores* e *professoras*, como para ideia de coletividade, a exemplo do uso do vocábulo *homem* para a ideia de ser humano em diversas línguas, assim como ocorre no português.

Fatos como os anteriormente citados podem ser vistos como um exemplo do privilégio masculino sobre o feminino. Como evidência disso, Lakoff (1973) aponta que nas línguas Iroquoian, por exemplo, essas generalizações são feitas com as formas femininas, reflexo da sua sociedade matriarcal.

Alguns estudos associam, ainda, o conceito de gênero ao conceito de classe. Castro (1991) analisa a relação entre gênero e classes sociais na América Latina, pois, assim como ocorre com diferentes variáveis nos estudos sociolinguísticos, não é possível pensar que elas atuam de forma independente.

Ainda que não se possa dizer que esses conceitos possuem igual reconhecimento, visto que os estudos sobre classes estão mais avançados e mais consolidados, é possível pensar que eles atuam de forma bastante similar na sociedade. Assim, “o que a noção de gênero irá precisar é ampliar em relação ao conceito de papéis sexuais e à idéia de assimetria e hierarquia nas relações entre homens e mulheres incorporando a dimensão das relações de poder (GRUPO EN CANTO, 1989, p. 9)”.

Leap (2003) trata a questão de gênero, sobretudo na modernidade, como uma questão negociada e debatida pela literatura, fatos e histórias pessoais, assim como pela modificação do vocabulário através de empréstimos e formação de novas palavras. Não deixa, porém, de destacar as possibilidades de escolha de que o falante dispõe e a sua intencionalidade.

A discussão sobre os gêneros se faz presente na sociedade atual e se relaciona cada vez mais com variáveis de naturezas diversas. Diante da interação intensa entre os indivíduos e da sua consciência, é importante também analisar outros aspectos com presença marcante nas discussões cotidianas, tais como os estereótipos, que podem ser analisados do ponto vista linguístico.

Este trabalho também enfoca o papel das mulheres na política. Meachen (2010), ao analisar o nacionalismo e a posição de mulheres em momentos importantes para a constituição de uma nação, vê como desde o início as mulheres ficaram restritas ao ambiente doméstico, apenas como esposas e mães, enquanto os homens eram aqueles que iam às lutas e à guerra.

Uma pesquisa realizada em 2010, conduzida pela Fundação Perseu Abramo¹², em parceria com o Sesc, com homens e mulheres em diversas cidades de todas as regiões do Brasil, questionou sobre a razão por se ter menos mulheres que homens na política. A figura 2 apresenta os resultados encontrados:

¹² A Fundação Perseu Abramo foi instituída pelo Partido dos Trabalhadores, em 1996, com o intuito de constituir um espaço, fora das instâncias partidárias, para desenvolvimento de atividades tais como a reflexão política e ideológica e promoção de debates, estudos e pesquisas.

FIGURA 2 – Razão para ter menos mulheres que homens na política segundo pesquisa de 2010

103. RAZÃO DE TER MENOS MULHERES QUE HOMENS NA POLÍTICA	
[espontânea e múltipla, em %] Base: Total da amostra M3	
por intenção de voto presidente	
	TOTAL
	Peso 100%
MACHISMO	44
O homem acha que a mulher não tem competência/capacidade/não sabe administrar	15
Machismo	13
Os políticos homens não aceitam mulheres no governo/dificultam a entrada delas na política	6
As pessoas acham que lugar de mulher é na cozinha/é cuidando dos filhos/em casa	4
Política é coisa de homem	3
O homem não admite ter mulher no poder	2
A própria mulher não vota em mulher	2
Os homens acham que as mulheres não nasceram para política	2
O homem tem mais poder	2
Os homens acham que as mulheres são menos inteligentes	1
Outras respostas de machismo	9
FALTA DE INTERESSE	14
As mulheres são menos interessadas em política	12
As mulheres não procuram entender de política	1
Tem menos mulheres se candidatando	0
Outras respostas de Falta de Interesse	2
PRECONCEITO/DISCRIMINAÇÃO	13
Preconceito	7
Ainda existe discriminação com as mulheres/são discriminadas	4
Outras respostas de preconceito	2
FALTA DE CONFIANÇA	11
O povo não confia nas mulheres	6
As próprias mulheres não se acham capazes de assumir cargos políticos	3
Outras respostas de Falta de Confiança	2
FALTA DE OPORTUNIDADE	9
Não dão chances às mulheres/não têm oportunidade	8
FALTA DE CORAGEM	7
As mulheres não têm coragem para enfrentar a política/elas têm medo	7
FALTA DE COMPETÊNCIA	6
Os homens são mais competentes/mais capacitados	4
Outras respostas de Falta de Competência	2
FALTA DE ENVOLVIMENTO	5
A maioria das mulheres não se envolvem com política/não querem ter responsabilidade/só hoje as mulheres estão começando a se envolver na política/estão se envolvendo lentamente em política	4
FRAGILIDADE	3
A mulher é mais frágil/mais fraca/não tem força pra lutar	3

continua

continuação		TOTAL
	Peso	100%
HONESTIDADE		2
As mulheres são mais honestas		1
Mulheres gostam de tudo certo		1
CORRUPÇÃO		1
As mulheres são menos corruptas		1
FALTA DE VALORIZAÇÃO		1
As mulheres não são valorizadas		1
OUTRAS RESPOSTAS GERAIS		13
NENHUMA DIFERENÇA/OS DOIS SÃO A MESMA COISA		1
NÃO SABE/NÃO RESPONDEU/RECUSA		11

Fonte: VENTURI e GODINHO, 2013, p. 498-499.

Como se pode depreender dos dados, o machismo e a dominação masculina de uma área sempre tida como essencialmente para homens, segundo participantes da pesquisa, impedem a presença de mais mulheres no espaço político.

As mulheres por muito tempo eram vistas como politicamente irrelevantes, enquanto os homens assumiam uma posição privilegiada em questões de domínio público e, embora, observem-se mudanças, não há igualdade. Há algum tempo, as mulheres sequer tinham direito ao voto e, para que hoje possam ser consideradas um grupo representativo nas decisões políticas e presentes na disputa pelo poder, percorreram e percorrem um árduo caminho.

O desenvolvimento dos estudos dos gêneros está intimamente relacionado ao crescimento das discussões feministas. Além disso, o tema se ampliou consideravelmente e se apoderou diante da maior presença de mulheres na universidade e, conseqüentemente, no meio e produção acadêmica.

Os estudos feministas têm como discussão central o questionamento do domínio masculino em detrimento do feminino, enquanto, embora maior parte dos trabalhos acerca do gênero trate da mulher, não se deixa aqui de pensar em todos os gêneros possíveis, buscando-se verificar de que modo um se diferencia do outro e quais são as implicações disso. O discurso feminista é, portanto, de emancipação da opressão e exclusão recorrente. As lutas feministas são marcadas pela crítica às diferenças existentes entre os sexos e tentativa de conscientização da situação subalterna e necessidade de igualdade.

O movimento feminista teve seu marco histórico na Europa do século XVIII, sobretudo com as mudanças provocadas pelo sistema capitalista na Inglaterra e na

França. Embora a Revolução Francesa pregasse a “*égalité*”, tal situação apenas se restringia à elite masculina do período. A inconformidade com a condição de vida levou as mulheres a buscarem certos direitos, antes apenas restritos aos homens, como o direito à educação e ao voto.

Dentro desse contexto, surgem duas grandes tendências: o feminismo burguês, sufragista e o feminismo socialista. O feminismo sufragista se desenvolveu, sobretudo, nos Estados Unidos e Inglaterra e teve como característica o fato de não questionar o papel da mulher como mãe e esposa. Dessa forma, conduziam as discussões em torno da importância de se criar condições para que a mulher não deixasse de assumir o seu papel doméstico. Por outro lado, o feminismo socialista, que teve grande destaque nos sindicatos trabalhistas criados na Alemanha, estava intensamente preocupado com a derrubada de barreiras que impunham as diferenças, sendo que a condição de acesso ao mercado do trabalho foi tida como a principal barreira que não tornava as mulheres independentes e livres do âmbito doméstico (cf. SARDENBERG; COSTA, 1994).

Com o passar do tempo, os movimentos feministas passaram a discutir questões mais amplas em relação à situação das mulheres, questionando os seus papéis doméstico e profissional e buscando maior igualdade entre os sexos.

Segundo Sardenberg e Costa (1994), no Brasil, o movimento feminista se desenvolveu mais tarde e de forma multifacetada, assumindo características singulares da sociedade brasileira – direito à educação, condições de trabalho, violência doméstica etc.

3.1 GÊNERO E TRABALHO

No âmbito do trabalho, as diferenças de gênero podem ser vistas relacionadas a diversos aspectos: nas diferenças salariais, na segregação de gênero em lugares e posições de trabalho (trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e na discriminação para seleção ou promoção de determinados cargos.

Castro (1991) faz um levantamento da situação do mercado de trabalho no Brasil, pensando sobre a posição da mulher, a partir da década de 70. A autora observou, naquele momento, um aumento na presença da mulher no mercado de trabalho, mas verificou, também, que não houve um significativo aumento salarial. Dentre os fatores influenciadores para a entrada das mulheres no mercado de

trabalho, além das lutas feministas, podem ser apontados: a diminuição do poder de compra do salário mínimo, tornando necessário que outros membros trabalhassem para complementar a renda, nesse caso, as mulheres, e a diminuição da fecundidade. Apesar disso, embora a mulher estivesse cada vez mais presente no mercado de trabalho, o seu papel no sustento da família permanecia como secundário.

Nas indústrias brasileiras, sobretudo a têxtil, havia um grande número de mulheres estrangeiras europeias cujas famílias tinham sido atraídas pela propaganda e situação difícil dos seus países (RAGO, 1997). Embora a presença de mulheres nas indústrias fosse grande, a situação delas, no entanto, não era fácil, pois tinham de conviver com longas jornadas de trabalho, baixa remuneração, maus-tratos dos patrões, sempre homens, e constantes assédios sexuais.

As críticas às mulheres também eram constantes. Muitos acreditavam que a ausência delas dentro das casas destruiria os laços familiares, atingiria as gerações futuras, pois as crianças seriam criadas sem a presença constante das mães que tinham o papel de lhes impor limites, e provocaria um desinteresse das mulheres no matrimônio e maternidade, aspectos vistos como essenciais para o papel feminino.

Mais recentemente, com o aumento das mães solteiras e únicas responsáveis pelo sustento da família, é possível identificar que são essas as mulheres e, conseqüentemente, suas famílias, localizadas nas classes mais baixas da sociedade, o que, assim como expresso no trabalho de Castro (1991), pode ser uma evidência da relação entre as classes sociais e o gênero.

Dentro de um contexto ainda mais específico, como o Nordeste, por exemplo, outras características se mostram ainda relevantes, como a raça e localização geográfica. Em trabalho analisando dados da década de 80, Bruschini (1994) aponta que a taxa de mulheres economicamente ativas, mesmo no contexto urbano ainda era muito baixa, cerca de 35%, índice abaixo da média geral de 54%. No contexto rural essa taxa era ainda mais baixa e não chegava aos 30%.

Ao analisar os dados de acordo com a faixa etária, a autora evidencia que era na faixa dos 20 aos 24 anos que esse número era mais elevado, enquanto para os homens os índices eram maiores na faixa dos 30 aos 39 anos. Os dados demonstram que, com o passar do tempo, as mulheres se voltavam mais para as funções domésticas, para o matrimônio e para os filhos.

Falci (1997), ao analisar as atividades exercidas pelas mulheres do sertão nordestino no século XIX, observa que era de bom tom que as mulheres não

trabalhassem e não tivessem renda própria. Porém, algumas viúvas ou mulheres de famílias da elite empobrecida o faziam por necessidade e eram constantes alvo de comentários críticos. Por outro lado, as mulheres pobres desde o início estavam destinadas ao trabalho, sobretudo para trabalhos manuais de costura, renda, cozinha e lavagem. Numa última escala de trabalho estavam as mulheres escravizadas ou cujas famílias haviam sido escravizadas. Essas mulheres faziam um trabalho muito próximo ao masculino, tanto doméstico, quanto na roça.

Além disso, Falci observa que mesmo as mulheres de famílias poderosas não tinham acesso à instrução. Diferentemente dos rapazes, as moças de famílias nobres não eram enviadas às metrópoles, apenas tinham aula de música e aprendiam a bordar e costurar. Quando tinham acesso ao ensino formal, era por meio de professores particular, apenas para aprender o básico das letras.

A pesquisa da Fundação Perseu Abramo, em 2010, também evidencia a situação de trabalho da mulher quando comparada aos homens, demonstrando um número maior de homens trabalha e, principalmente, atua no mercado formal:

FIGURA 3 – Situação de trabalho de homens e mulheres em pesquisa de 2010

11. INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO
[estimulada , em %] Base: Total das amostras

Comparativo mulheres/homens

	MULHERES	HOMENS
CONDIÇÃO DE ATIVIDADE ECONÔMICA		
PEA	52%	79%
MERCADO FORMAL	26%	44%
Funcionária/o pública/o	7%	8%
Assalariada/o com carteira assinada	15%	28%
Conta própria regular (paga ISS)	2%	6%
Autônoma/o universitária/o (profissional liberal)	1%	2%
Empregador/a (mais de dois empregados)	1%	1%
MERCADO INFORMAL	19%	24%
Assalariada/o sem carteira assinada	7%	6%
Conta própria temporária/o (faz bico/free lancer)	10%	15%
Outras situações	1%	3%
DESEMPREGADA/O	7%	10%
NÃO PEA	48%	21%
Só estuda	11%	9%
Aposentada/o	10%	11%
Dona de casa	25%	.
Fez trabalho renumerado mas parou	16%	.
Nunca trabalhou	9%	.
Outras	2%	1%

Fonte: VENTURI e GODINHO, 2013, p. 424

É possível verificar que a divisão de trabalho relacionada ao gênero está intimamente ligada aos estereótipos construídos em uma sociedade. Os homens estão mais presentes no mercado de trabalho e atuam mais no mercado formal. Para as mulheres, em muitos casos, ficam os papéis de dona de casa e algumas inclusive nunca trabalharam. Além disso, a divisão sexual do trabalho é demonstrada de forma dicotômica, no qual de um lado estão os “trabalhos de mulher” – doméstico e manual, e de outro os “trabalhos de homem” – público, qualificado e melhor remunerado.

Indo além, na figura 4, quando analisadas as ocupações das mulheres participantes da pesquisa, pode-se perceber que a maior parte delas possui trabalho

de natureza braçal e, mesmo entre aquelas de nível superior, as ocupações exercidas são mais restritas.

FIGURA 4 – Principais ocupações exercidas pelas mulheres em pesquisa de 2010

4. PERFIL SOCIOECONÔMICO – PRINCIPAIS OCUPAÇÕES
[em %] Base: Entrevistadas que estão trabalhando (45%)

OCUPAÇÕES DE NATUREZA BRAÇAL/ ENSINO FUNDAMENTAL		OCUPAÇÕES TÉCNICAS /ENSINO MÉDIO	
	47		35
Empregada doméstica	10	Vendedora/representante de produtos/ promotora de vendas (c/ensino médio ou mais)	4
Profissional de limpeza/diarista	6	Secretária	4
Lavadora/agricultora	4	Auxiliar administrativa/de escritório	3
Vendedora/representante de produtos/ promotora de vendas (até ensino fundamental)	3	Costureira	3
Auxiliar de serviços gerais/servente	3	Microempresária/Comerciante (c/ensino médio)	2
Babá	3	Recepcionista	1
Atendente no comércio/balconista	2	Operadora de caixa/caixa	1
Manicure	2	Artesã	1
Microempresária/Comerciante (c/ensino até fundamental)	2	Professora/educadora (ensino médio)	1
Cozinheira	1	Cabeleireira/Estilista de cabelos	1
Merendeira	1	Operadora de telemarketing	1
Salgadeira	1	Auxiliar de enfermagem	1
Lavadeira	1	Auxiliar de classe/educação/ensino	1
Outras ocupações de natureza braçal/ensino fundamental	9	Telefonista	1
		Técnica em enfermagem	1
		Outras técnicas/ensino médio	10
OCUPAÇÕES DE ENSINO SUPERIOR			
	17		
Professora/educadora	7		
Gerente/Administradora	1		
Estagiária (c/ensino superior)	1		
Microempresária/Comerciante (c/ensino superior)	1		
Enfermeira	1		
Psicóloga	1		
Bancária	1		
Outras ocupações de ensino superior	1		

Fonte: VENTURI e GODINHO, 2013, p. 415

Ainda que distante da igualdade, hoje, porém, se vê cada vez mais não apenas o aumento da presença da mulher no mercado de trabalho, mas também a sua entrada nos trabalhos industriais e de alta tecnologia, em contraponto com os trabalhos informais valorizados anteriormente. Ainda assim, o maior nível de

escolarização das mulheres nem sempre tem relação direta com os trabalhos exercidos por elas. Embora mais qualificadas, as mulheres ainda são muito discriminadas, têm salários mais baixos e têm menor acesso a cargos de chefia.

3.2 GÊNERO E LINGUAGEM

O gênero é relevante para os estudos linguísticos, pois os falantes não são apenas usuários de sua língua, mas são, principalmente, agentes responsáveis pela sua criação, com a qual possuem uma relação cultural dinâmica e mediada por ela.

Freed (2003, p. 701-702) traça um percurso dos estudos de gênero. Num primeiro momento, cujo marco está no trabalho de Robin Lakoff, *Language and women's place* (1973), os estudos eram voltados para a “teoria da deficiência”, na qual se via que a fala feminina era ineficiente em comparação com a fala masculina e demonstrava insegurança e falta de poder, atributos associados, conseqüentemente, às mulheres. Em um segundo momento, estava em destaque a “teoria da dominância”, na qual se compreendia que a sociedade patriarcal atribuía aos homens, e conseqüentemente, à fala masculina, poder e domínio. Por fim, numa terceira fase, entra em vigor a “teoria da diferença” que verifica que as falas masculina e feminina são diferentes entre si e fazem uso de aspectos linguísticos diferenciados.

Destarte, trabalhos iniciais estavam apenas preocupados em evidenciar as diferenças entre homens e mulheres. Apenas estudos realizados a partir da década de 90 passaram a compreender a interpelação de outras questões aliadas ao estudo do gênero e evidenciavam não apenas as diferenças, mas também semelhanças entre a linguagem de homens e mulheres.

Esses estudos sociolinguísticos iniciais indicavam que uma das diferenças nas falas dos homens e das mulheres estava no fato de as mulheres utilizarem as formas mais prestigiadas pela sociedade, embora os estudos analisassem essa diferença apenas levando em consideração a ideia biológica de sexo, ou seja, sexo ao invés de gênero. Algumas das explicações para isso estava no fato das mulheres, supostamente, terem mais consciência das diferentes variantes, maior consciência das suas implicações sociais e prestígio e possuírem uma educação diferenciada, mais pautada nos costumes tidos como mais polidos. Além disso, as mulheres, devido às diferenças abruptas existentes e da negação de educação e trabalho igualitários,

estariam mais interessadas, e conscientes, na elevação do seu *status*, reconhecendo que a língua estaria envolvida nesse processo (CHAMBERS; TRUDGILL, 1994).

Uma série de outras diferenças é apontada pelos mais diversos estudos linguísticos. Assim, pode-se elencar que se acreditava que as mulheres possuíam um vocabulário menor do que o dos homens, faziam grande uso de adjetivos e advérbios, interrompiam as sentenças sem terminá-las mais frequentemente do que os homens, pois não organizavam o pensamento antes da fala, e produziam sentenças menos complexas. Além disso, a dominação masculina era também presente na fala. Em situações envolvendo homens e mulheres, os homens dominavam a conversa, interrompiam mais frequentemente a fala dos seus interlocutores e os tópicos trazidos por eles eram mais aceitos pelos envolvidos (cf. SUNDERLAND, 2006)

O comportamento linguístico tido como feminino está, neste sentido, estritamente associado com as características tidas como tipicamente femininas, tais como polidez, modéstia, simpatia e cooperação. Assim, da mesma forma como era esperado determinado comportamento da mulher na sociedade, reservado e assumidamente inferior, o mesmo deveria ser refletido nas atitudes linguísticas, reservada e condizente com as “normas” impostas. Não obstante, características linguísticas específicas foram associadas às mulheres em diversos trabalhos linguísticos: excesso de perguntas demonstrando incerteza, permissão para ser interrompida durante o discurso e entonação ascendente.

Ressalta-se, no entanto, que estudos mais recentes não ratificam o observado nesses estudos precursores e outras hipóteses foram levantadas para essas diferenças, tais como a inserção no mercado de trabalho e rede de relacionamento, por exemplo, indicando a necessidade de se apurar essa questão mais profundamente, considerando o cruzamento de diferentes variáveis atuantes em cada fenômeno em específico.

Embora alguns estudos insistam em tratar das diferenças de uso de determinadas formas linguísticas por homens e por mulheres, muitos estudos demonstram não haver essa relação. As diferenças estariam, nesse caso, muito mais associadas à posição de poder que a pessoa assume e não ao sexo intrinsecamente. Além disso, não se pode pensar que homens ou mulheres possuem um estilo único de fala e que não há variação de acordo com a situação ou intencionalidade.

Analisando essas diferenças apontadas, observa-se também que elas não são, de fato, naturais, mas são reflexo do comportamento da sociedade que afeta a

todos em maior ou menor grau. Lakoff (1973) afirma que num primeiro estágio de aquisição da linguagem tanto meninos quanto meninas são, sobretudo, expostos ao que seria a “linguagem feminina” devido ao contato mais intenso com as suas mães. Durante o processo de crescimento, a partir de, aproximadamente, cinco anos, começa a haver uma diferenciação da fala de ambos, os meninos começam a mudar o seu padrão de linguagem, e se não o fizerem começam a sofrer repreensões, em prol de um padrão mais masculino.

Por outro lado, no caso das meninas, segundo a autora, elas têm duas opções: manter o padrão feminino e sofrer com os preconceitos também evidenciados em outras pesquisas, a fala inferior, inconsistente e pouco firme, ou adotar um padrão mais próximo daquele tido como masculino, com o qual também sofre críticas por não ser suficientemente feminino.

Além disso, Lakoff chama atenção para o fato de as mulheres serem sempre associadas aos homens, enquanto o inverso não ocorre. Um exemplo disso está no fato de que, quando se tem uma mulher em posição de destaque, há especial relevância ao seu *status* marital e à sua família.

Destarte, assume-se que, embora possam ser percebidas diferenças linguísticas relacionadas ao sexo, elas estão associadas ao comportamento da sociedade na qual é usada, pois a língua é um reflexo dela. De igual modo, assim como ocorrem mudanças na sociedade, mudanças linguísticas são condicionadas por elas.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 O PROJETO ALiB

Vinculado às ideias consolidadas com o já citado decreto nº. 30.643, de 1952, em 1996 começa a se delinear o Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB). Por ocasião do Seminário *Caminhos e perspectivas para a Geolinguística no Brasil*, na Universidade Federal da Bahia, se estabelece um comitê nacional para implementar o projeto que viria a desenvolver o Atlas Linguístico do Brasil, do qual os dois primeiros volumes já se encontram publicados (CARDOSO et al, 2014).

Visando a dar organicidade ao Projeto, de início foi criado um comitê nacional foi constituído por autores de atlas regionais já publicados e atlas em andamento no Brasil. Este comitê está, presentemente, constituído por Suzana Alice Marcelino da Silva Cardoso (UFBA), como diretora presidente, Jacyra Andrade Mota (UFBA), como diretora executiva, Abdelhak Razky (UFPA), Maria do Socorro Silva de Aragão (UFC/UFPB), Vanderci de Andrade Aguilera (UEL), Aparecida Negri Isquerdo (UFMS) e Felício Wessling Margotti (UFSC), como diretores científicos. É, portanto um Projeto conjunto que envolve várias unidades e instituições¹³.

Definem-se como objetivos do Projeto¹⁴:

- descrever a realidade linguística do Brasil, no que tange à língua portuguesa, com enfoque prioritário na identificação das diferenças diatópicas (fônicas, morfossintáticas e léxico-semânticas) consideradas na perspectiva da Geolinguística;
- oferecer aos estudiosos da língua portuguesa (linguistas, lexicólogos, etimólogos, filólogos etc.), aos pesquisadores de áreas afins (história, antropologia, sociologia etc.) e aos pedagogos (gramáticos, autores de livros-texto, professores) subsídios para o aprimoramento do ensino/aprendizagem e para uma melhor interpretação do caráter multidialetal do Brasil;
- estabelecer isoglossas com vistas a traçar a divisão dialetal do Brasil, tornando evidentes as diferenças regionais através de resultados cartografados em

¹³ Fizeram também parte do comitê nacional do Projeto ALiB, Mário Roberto Lobuglio Zágari (UFJF) e Walter Koch (UFRGS) até o falecimento dos mesmos. Além disso, foi membro do comitê nacional, Cléo Vilson Altenhofen (UFRGS) que posteriormente solicitou desligamento.

¹⁴ Conferir <<http://www.alib.ufba.br>>.

mapas linguísticos e realizar estudos interpretativos de fenômenos considerados;

- examinar os dados coletados na perspectiva de sua interface com outros ramos do conhecimento – história, sociologia, antropologia etc. – de modo a poder contribuir para fundamentar e definir posições teóricas sobre a natureza da implantação e desenvolvimento da língua portuguesa no Brasil;
- oferecer aos interessados nos estudos linguísticos um considerável volume de dados que permita aos lexicógrafos aprimorarem os dicionários, ampliando o campo de informações; aos gramáticos atualizarem as informações com base na realidade documentada pela pesquisa empírica; aos autores de livros didáticos adequarem a sua produção à realidade cultural de cada região; aos professores aprofundar o conhecimento da realidade linguística, refletindo sobre as variantes de que se reveste a língua portuguesa no Brasil e, conseqüentemente, encontrando meios de, sem desprestigiar os seus dialetos de origem, levar os estudantes ao domínio de uma variante tida como culta;
- contribuir para o entendimento da língua portuguesa no Brasil como instrumento social de comunicação diversificado, possuidor de várias normas de uso, mas dotado de uma unidade sistêmica.

Neste sentido, o Projeto ALiB estuda a realidade linguística brasileiro em suas mais diversas áreas: fonético-fonológico, morfossintático e léxico-semântico, enfocando, sobretudo, a perspectiva diatópica, mas também outros fatores sociais. Estabelece-se, como rede de pontos um total de 250 localidades, recobrando todo o território nacional do Oiapoque ao Chuí, selecionadas de acordo com critérios demográficos, históricos, culturais e da natureza de povoamento.

Para análise dos fenômenos linguísticos das mais diversas naturezas, prosseguiu-se à definição de questionários que pudessem direcionar a pesquisa, tomando-se como referência questionários previamente definidos para atlas publicados e em andamento e fenômenos de maior interesse das pesquisas em língua portuguesa. Ficaram definidos assim (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001):

- a) Questionário fonético-fonológico (QFF): 159 perguntas para apurar diversos fenômenos fonéticos, além de 11 questões para se apurar a prosódia em contextos de frases interrogativas, afirmativas e imperativas;

- b) Questionário semântico-lexical (QSL): 202 perguntas acerca de 14 diferentes áreas semânticas: acidentes geográficos, fenômenos atmosféricos, astros e tempo, atividades agropastoris, fauna, corpo humano, ciclos da vida, convívio e comportamento social, religião e crenças, jogos e diversões infantis, habitação, alimentação e cozinha, vestuário e acessórios e vida urbana;
- c) Questionário morfossintático (QMS): 49 perguntas visando a identificar fenômenos referentes aos artigos, substantivos, adjetivos, pronomes, verbos e advérbios;
- d) Questões de pragmática: quatro perguntas;
- e) Temas para discursos semidirigidos: quatro perguntas motivadores para o discurso;
- f) Perguntas metalinguísticas: seis perguntas acerca da realidade linguística do informante;
- g) Texto para leitura: um texto para leitura pelo informante, “Parábola dos sete vimes”.

4.2 PERFIL DOS INFORMANTES

Os informantes do Projeto ALiB são escolhidos utilizando-se rígidos critérios pré-definidos que exigem nascimento na localidade em análise, filhos de pais também nascidos nas localidades e com limitada mobilidade e período de afastamento. O total de 1.100 informantes inquiridos pelo Projeto são estratificados, equitativamente, segundo quatro critérios sociais:

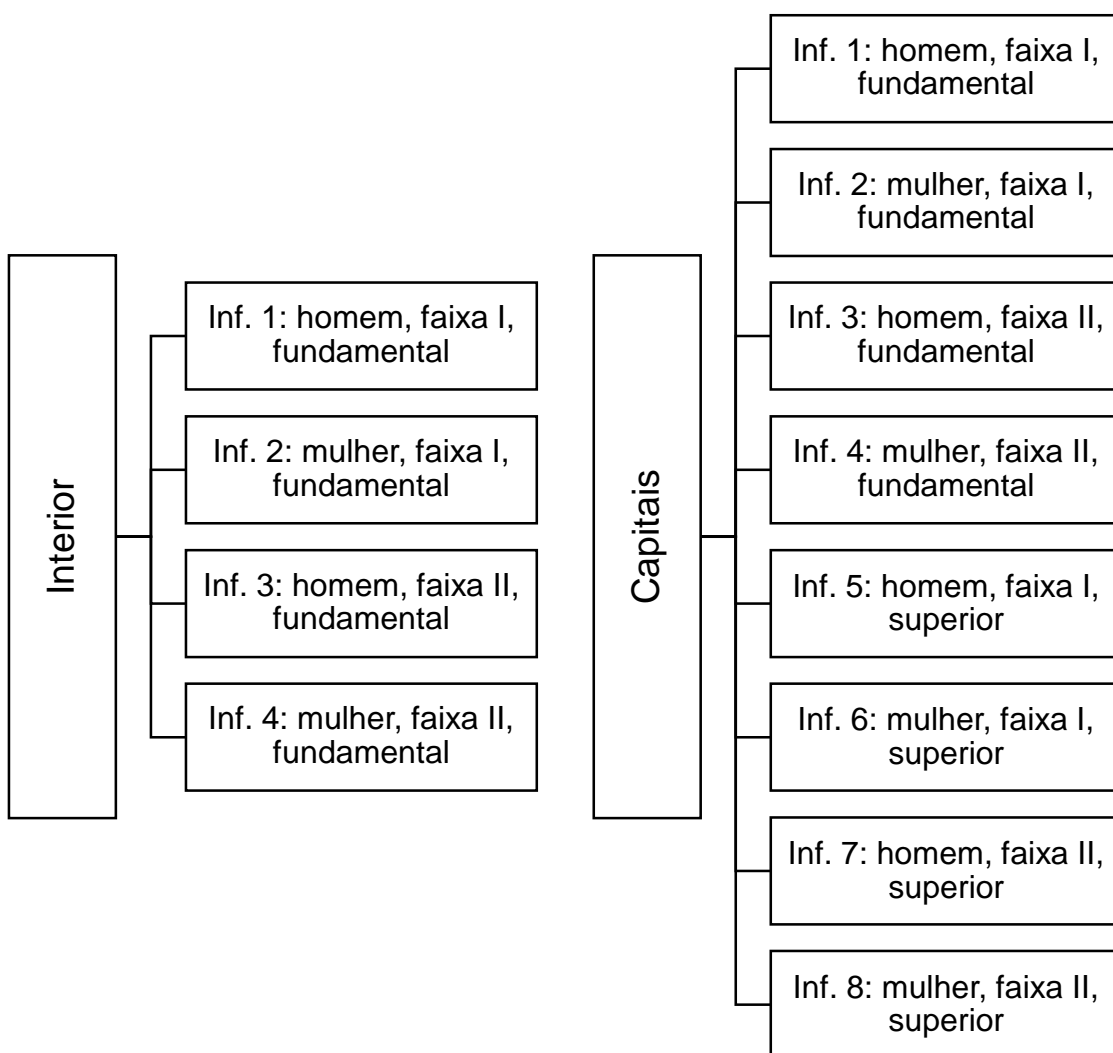
- a) diatopia: oito informantes em 25 capitais de estado¹⁵ e quatro informantes nas demais localidades do interior dos estados;
- b) sexo: informantes homens e mulheres;
- c) idade: duas faixas etárias – faixa etária I (18 a 30 anos) e a faixa II (50 a 65 anos) – com certa distância entre elas, a fim de melhor observar a variação entre elas.
- d) escolaridade: nas localidades do interior dos estados são todos informantes alfabetizados tendo cursado, no máximo, até a oitava série do ensino

¹⁵ Devido ao critério de data da criação da localidade ficaram de fora da rede de pontos do Projeto ALiB, Brasília, capital do Brasil e Palmas, capital do estado do Tocantins.

fundamental. Os quatro informantes adicionais das capitais são todos de nível superior completo.

O perfil dos informantes do Projeto ALiB e, conseqüentemente, desta pesquisa, segue o padrão exibido na figura 5:

FIGURA 5 – Perfil dos informantes



4.3 DESCRIÇÃO DAS LOCALIDADES

A constituição da rede de pontos do Projeto ALiB levou em consideração aspectos demográficos de cada região e estado do Brasil, além de aspectos culturais, históricos e relativos à natureza do processo de povoamento de cada localidade. A fim de recobrir a extensão continental que possui o Brasil, quinto maior país do mundo, com 8.515.767,049 km², foram determinadas 250 localidades ao longo das cinco regiões administrativas do país: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Assim como em atlas linguísticos anteriormente publicados, em muitos aspectos se buscou consonância com as indicações do dialetólogo Antenor Nascentes, nas *Bases para elaboração do Atlas Lingüístico do Brasil* (1958). Em seu trabalho, o autor sugere o número de 605 localidades para composição do atlas nacional, mas também reconhece a dificuldade de se realizar trabalho de tal dimensão, motivo pelo qual seria mais viável a realização de diversos atlas regionais, de menor porte, antes da realização de um nacional, recomendação seguida pela dialetologia brasileira.

Para o Projeto ALiB foram considerados como critérios para escolha das localidades: a densidade demográfica, a importância histórica da localidade, a área de fronteiras, a realização de estudos linguísticos prévios e a data de fundação da localidade. A esses critérios, acrescenta-se a inclusão de centros urbanos na rede de pontos, diferentemente dos padrões que se seguiam com a geolinguística tradicional que evitava tal inserção, em virtude do reconhecimento das novas configurações da sociedade contemporânea e da necessidade de se inserir tais aspectos aos estudos dialetológicos atuais.

Ressalta-se que o critério de data da criação da localidade visava permitir que informantes com idade para compor a segunda faixa etária determinada pelo Projeto ALiB pudessem ter nascido na localidade e com pais também nascidos na localidade, critério segundo o qual não foram incluídas Brasília e Palmas.

Para registro de informações acerca de cada localidade, é preenchida uma ficha de localidade com informações oficiais acerca da localidade obtidas através de órgãos como o IBGE – nome atual e anteriores, número de habitantes, atividades econômicas, infraestrutura, demografia e história – além de informações adicionais fornecidas pelos informantes e moradores da localidade – nomes dados aos habitantes e ao falar local e outras. São, ainda, recomendadas informações adicionais

com fotografias dos locais de realizações dos inquéritos e locais ao longo da área: igrejas, praças, museus etc.

Uma vez que o Projeto ALiB recobre toda a área do território nacional, com as suas cinco regiões geográficas, para este trabalho se elegeu a região Nordeste do país como foco, uma restrição necessária diante da já citada vastidão do território brasileiro e também do volume de dados registrados pelo Projeto.

A região Nordeste foi o berço do processo de colonização do Brasil e sua própria história se confunde com a história do Brasil. A região carrega em sua identidade, ainda hoje, características peculiares, marcas desse processo, arraigado na população e costumes.

Segundo Furtado (2005), nos anos iniciais do Brasil, a atual região Nordeste foi a parte mais próspera do país, região de muitos portos por onde chegavam mercadorias e também trabalhadores escravizados e por onde saíam os objetos aqui explorados. Além disso, a região Nordeste correspondia a grande parte da região dominada por Portugal, dividida em capitanias a partir da faixa litorânea do país.

Outro fator de destaque para a atual região Nordeste é a presença da cidade de Salvador, capital do Brasil até 1808 quando houve a mudança para o Rio de Janeiro, um divisor de águas entre o período de prosperidade e posterior seca para o nordeste brasileiro. Com a transferência da capital para o Rio de Janeiro e vinda da família real para o Brasil, toda a modernidade foi levada para a nova metrópole, delimitando, assim, o espaço brasileiro em dois grandes blocos: um, lugar de atraso, rural, enquanto o outro, opostamente, era visto como lugar de prosperidade e progresso.

Os problemas causados pela seca que tanto aflige essa região era outro fator que colaborava para a sua imagem negativa, chegando ao ponto de se considerar o total abandono da região e transferência dos nordestinos para o eixo sul/sudeste, onde encontrariam melhores condições de vida, um local mais seguro para morada e opções para trabalho.

Ao mesmo tempo em que no sertão se destacava a seca, no litoral, as favoráveis condições de plantação, sobretudo da agricultura açucareira, eram responsáveis por boa parte da riqueza do país e eram pontos de destaque positivo para essa região. No entanto, mesmo possuindo os recursos necessários, não havia uma estrutura organizada capaz de conduzir uma expansão da região de forma ordenada e produtiva.

Neste trabalho, utilizando a classificação da rede de pontos do Projeto ALiB, analisam-se os nove estados componentes da região Nordeste do país. O *corpus* da pesquisa compreende um total de 77 localidades que compõem a rede de pontos. Ressalta-se, no entanto, que a rede de pontos do Projeto ALiB na região Nordeste é composta por 78 localidades. Dela se excluiu a cidade de Campina Grande, no estado da Paraíba, por problemas técnicos encontrados nos registros dessa localidade. Por essa razão, optou-se por não considerar toda a localidade para que não houvesse enviesamento amostral dos dados.

A rede de pontos do trabalho se delineou conforme se vê na Figura 6 abaixo:

FIGURA 6 – Rede de Pontos



FIGURA 7 – Mapa das mesorregiões da região Nordeste



Para cada localidade far-se-á uma breve apresentação considerando-se os aspectos fundamentais, exibidos na seguinte ordem: Nome, ano de fundação, localização geográfica, população (nomes anteriores). Aspectos demográficos. Outros dados relevantes¹⁶.

- MARANHÃO

O estado do Maranhão possui 217 municípios, tem um total de 6.794.301 habitantes e uma área de 331.937,450 km², sendo o segundo maior estado da região Nordeste. Nove localidades compõem a rede de pontos constituída neste estado.

- São Luís (capital), 1612, localizada na mesorregião Norte Maranhense, 1.053.922 habitantes. Foi fundada por franceses que escolheram o seu nome em homenagem ao monarca Luís XIII, então rei da França. A cidade foi dominada por holandeses antes da tomada por portugueses e foi de grande importância econômica para o Brasil durante os séculos XVII e XIX. Possui área de 834,785 km², sendo a quarta cidade mais populosa da região Nordeste e terceira maior.
- Alto Parnaíba, 1866, localizada na mesorregião Sul Maranhense, 10.904 habitantes (Vitória do Alto Parnaíba até 1943). Área povoada pelos índios tapuias. Faz fronteira com os estados do Piauí e Tocantins.
- Bacabal, 1920, localizada na mesorregião Centro Maranhense, 101.851 habitantes, recebeu um grande número de nordestinos vindos de outros estados devido ao seu destaque.
- Balsas, 1918, localizada na mesorregião Sul Maranhense, 89.126 habitantes (Santo Antônio de Balsas até 1943). No início da sua formação, teve destaque devido a sua privilegiada localização de acesso para fazendas do estado.

¹⁶ Os dados tiveram como fonte as informações cedidas pelo IBGE (2014).

- Brejo, 1870, localizada na mesorregião Leste Maranhense, 34.754 habitantes. Antigo território dos índios anapurus. Cerca de 60% da população vive na zona rural.
- Imperatriz, 1852, localizada na mesorregião Oeste Maranhense, 251.468 habitantes. O surgimento da cidade teve início entre os séculos XVI e XVII, com os bandeirantes que partiram de São Paulo em busca de riquezas.
- São João dos Patos, 1938, localizada na mesorregião Leste Maranhense, 25.199 habitantes. População inicial formada por lavradores e criadores procedentes de Passagem Franca.
- Turiaçu, 1870, localizada na mesorregião Oeste Maranhense, 34.554 habitantes. Área habitada pelos índios taramembeses. Cerca de 70% da população vive na zona rural.

- PIAUÍ

O estado do Piauí está dividido em 224 municípios, ocupa uma área de 251.577,738 km² e é residência de 3.184.166 habitantes. Nesse estado são analisadas quatro cidades do interior e a capital, Teresina.

- Teresina (capital), 1852, localizada na mesorregião Centro-Norte Piauiense, 836.475 habitantes. Se estende por um território de 1.391,981 km², na fronteira com o estado do Maranhão. Embora Teresina seja a maior capital do Nordeste, é a única que não está localizada no litoral, mas tornou-se capital do estado pela sua localização central e fácil acesso aos rios Poti e Parnaíba.
- Canto do Buriti, 1938, localizada na mesorregião Sudoeste Piauiense, 20.528 habitantes. Localizada no antigo povoado Guaribas, que teve fácil desenvolvimento em virtude da valorização da borracha. A localidade alternou entre períodos de destaque e perda de importância no cenário econômico do estado.

- Corrente, 1872, localizada na mesorregião Sudoeste Piauiense, 25.927 habitantes.
- Picos, 1890, localizada na mesorregião Sudeste Piauiense, 76.042 habitantes. Era local de habitação da família do português Félix Borges Leal, vindo da Bahia, no século XVIII. A cidade se desenvolveu devido à boa condição do solo, propício para agricultura e criação de gado.
- Piri-piri, 1910, localizada na mesorregião Norte Piauiense, 62.542 habitantes. A cidade começou a ser povoada quando o Padre Domingos de Freitas e Silva resolveu dividir as terras em pequenos lotes, oferecendo-as a quem quisesse morar ali, assim, diversas famílias ocuparam a área.

- CEARÁ

O Ceará possui 184 municípios e ocupa uma área de 148.920,472 km², com 8.778.576 habitantes. Ao longo do estado, estão inseridas doze localidades, incluindo a sua capital.

- Fortaleza (capital), 1726, localizada na mesorregião metropolitana de Fortaleza, 2.551.806 habitantes. Localizada no litoral do estado, tem uma extensão territorial de 314,930 km² e é a segunda cidade mais populosa do Nordeste.
- Camocim, 1879, localizada na mesorregião Noroeste Cearense, 61.918 habitantes. A região foi morada dos índios tremembés e, posteriormente, diversas famílias, inclusive algumas oriundas do interior, fixaram-se na região, atraídas pelo litoral.
- Canindé, 1846, localizada na mesorregião Norte Cearense, 75.565 habitantes. Nos meados do século XVIII, a região era um aldeamento de índios vindos dos sertões de Monte-Mor.

- Crateús, 1832, localizada na mesorregião Sertões Cearenses, 74.103 habitantes (Príncipe Imperial até 1889). Bandeirantes começaram o povoamento da região. Fica localizada na divisa com o estado do Piauí.
- Crato, 1763, localizada na mesorregião Sul Cearense, 126.591 habitantes. A primeira penetração no território se deu no último quartel do século XVII, chefiada pelos irmãos Lobato Lira que, acompanhados de religiosos, conquistaram a confiança dos índios cariris e conseguiram aldeá-los.
- Iguatu, 1851, localizada na mesorregião Centro-Sul Cearense, 100.053 habitantes (Telha até 1883). A região era habitada pelos aguerridos Quixelôs e foi alvo de missões do padre João de Matos Serra.
- Ipu, 1791, localizada na mesorregião Noroeste Cearense, 41.190 habitantes (Vila Nova Del Rei até 1840, Vila Nova de Ipu até 1885). Terra doada pela Corte Portuguesa a Dona Joana Paula Vieira Mimosa que catequizava muitos índios e, posteriormente, a terra foi povoada por clérigos missionários. A cidade tem potencial turístico e seu nome, de origem tupi-guarani, significa “queda d’água”, devido às grandes quedas d’águas que atraem muitos visitantes.
- Limoeiro do Norte, 1871, localizada na mesorregião Jaguaribe, 57.372 habitantes (Limoeiro até 1943). Após intensas batalhas com os índios paiacus, o sargento-mor João de Souza Vasconcelos se estabeleceu na localidade, que, posteriormente, foi habitada por fazendeiros e suas famílias.
- Quixeramobim, 1856, localizada na mesorregião Sertões Cearenses, 75.565 habitantes. Os primitivos habitantes da região eram os índios quixarás.
- Russas, 1859, localizada na mesorregião Jaguaribe, 73.436 habitantes (São Bernardo de Russas até 1938). Antes da chegada dos primeiros colonos, por volta de 1690, as terras eram ocupadas por tribos selvagens que lutavam com os povos que lá se alojavam.

- Sobral, 1773, localizada na mesorregião Noroeste Cearense, 197.663 habitantes. No primeiro quartel do século XVIII, fugitivos de invasores estrangeiros do litoral do Nordeste foram para o interior do estado, ocupando a região.
- Tauá, 1802, localizada na mesorregião Sertões Cearenses, 57.246 habitantes (São João de Príncipe de Inhumas até 1889, São João de Inhumuns até 1892). Com povoamento iniciado no início do século XVIII, o primeiro nome da localidade, Inhamuns, significa “irmão do diabo”, por ter sido habitada pelos índios jucás. A palavra Tauá, também indígena, quer dizer “barro vermelho”.

- RIO GRANDE DO NORTE

O estado do Rio Grande do Norte tem 167 municípios e uma população total de, aproximadamente, 3.373.959 habitantes, em uma área de 52.811,047 km². O estado conta com quatro cidades do interior no *corpus* do Projeto ALiB. São elas:

- Natal (capital), 1599, localizada na mesorregião Leste Potiguar, 853.928 habitantes. A cidade foi dominada por holandeses em 1633 e assim permaneceu por 21 anos. Tem uma área aproximada de 167,263 km², portanto é a menor capital nordestina em extensão territorial. Há duas possíveis explicações para o seu nome, mas ambas são relacionadas à festividade natalina, a primeira possibilidade é uma alusão ao dia em que a esquadra adentrou a Barra do Potengi e a outra é uma referência à data da sua demarcação territorial, em 1599.
- Angicos, 1833, localizada na mesorregião Central Potiguar, 11.905 habitantes. Inicialmente habitavam na região os índios da tribo Pataxó, pertencente à nação gê ou tapuia. A agropecuária é a principal fonte de renda da cidade, sobretudo o cultivo do algodão.
- Caicó, 1788, localizada na mesorregião Central Potiguar, 66.246 habitantes (Vila Nova do Príncipe até fevereiro/1890. Seridó até julho/1890). Os índios

caicós foram os primeiros habitantes da área onde hoje se encontra a localidade. Após expulsão dos índios, instalaram-se os fazendeiros, voltados para a criação do gado bovino.

- Mossoró, 1852, localizada na mesorregião Oeste Potiguar, 280.314 habitantes. Os primeiros habitantes da região eram os índios Monxorós.
- Pau dos Ferros, 1856, localizada na mesorregião Oeste Potiguar, 29.430 habitantes. Os indígenas da tribo dos Cariris ou Panatis, emigrados da Paraíba, foram os primeiros habitantes. A origem do topônimo Pau dos Ferros remete aos vaqueiros que transitavam pela zona e tinham o hábito de repousar à sombra das frondosas oiticicas, que se erguiam à beira de pequena lagoa, nos troncos gravavam, com ferro em brasa, as marcas das respectivas fazendas, a fim de torná-las conhecidas. Essa árvore ficou conhecida como Pau dos Ferros, nome que se estendeu à fazenda e, posteriormente, à freguesia e ao município. Na cidade há a Barragem Pau dos Ferros.

- PARAÍBA

O estado da Paraíba tem um total de 223 municípios, uma área de 56.469,778 km² e 3.914.421 habitantes. O estado conta com seis localidades na rede de pontos do Projeto ALiB, mas aqui são consideradas cinco localidades:

- João Pessoa (capital), 1585, localizada na mesorregião Mata Paraibana, 69.607 habitantes (Paraíba do Norte até 1930). Tem extensão territorial de 211,475 km². O nome “João Pessoa” foi uma homenagem ao presidente do estado, assassinado durante uma revolução.
- Cajazeiras, 1863, localizada na mesorregião Sertão Paraibano, 60.612 habitantes. A atual cidade originou-se de um sítio homônimo pertencente ao pernambucano Luís Gomes de Albuquerque.

- Cuité, 1827, localizada na mesorregião Agreste Paraibano, 20.299 habitantes (Cuitê até 1936. Serra do Cuitê até 1938). Originária de uma sesmaria. O nome “Cuité” provém do uso que os índios cuités faziam do fruto da coitezeira, utilizado para a confecção de cuias, gamelas e cochos.
- Itaporanga, 1865, localizada na mesorregião Sertão Paraibano, 24.128 habitantes (Misericórdia até 1938. Itaporanga até 1943. Novamente Misericórdia até 1947). Após intensos combates com os indígenas, as terras começaram a ser povoadas após aquisição pelo Comendador Gaspar D’Ávila Pereira. O nome atual significa “pedra bonita”.
- Patos, 1903, localizada na mesorregião Sertão Paraibano, 104.716 habitantes. A localidade era inicialmente habitada pelas tribos indígenas Pegas e Panatis, membros da grande família dos Cariris, porém, em meados do século XVII, um grupo partindo da Casa da Torre de Garcia D’Ávila, no recôncavo baiano, chegou à localidade e lá instalaram as suas primeiras fazendas de gado, travando lutas com os indígenas. O seu nome foi inspirado em uma lagoa no povoado que deu origem à cidade repleta de animais, dentre eles, patos.

- PERNAMBUCO

O estado do Pernambuco está dividido em 185 municípios com um total de 9.208.550 habitantes e a área do estado ocupa 98.148,323 km². Há um total de doze localidades na rede de pontos do Projeto ALiB.

- Recife (capital), 1537, localizada na mesorregião metropolitana do Recife, 1.599.513 habitantes. Tem uma área de 218,435 km² e é a terceira cidade mais populosa da região Nordeste. A origem da cidade se deu no século XVI quando, devido às características físicas, passou a abrigar um porto, favorecendo o grande desenvolvimento econômico.
- Afrânio, 1864, localizada na mesorregião São Francisco Pernambucano, 18.625 habitantes (Caboclo até 1931. João Afrânio até 1938). Em 1926, a

construção da Estrada de Ferro Petrolina/Teresina alcançou a localidade atraindo pessoas de outras regiões e, também, de áreas adjacentes, em busca de trabalho na rede ferroviária ou procurando estabelecer-se no comércio. Embora tenha população pequena e boa parte dela seja residente da zona rural, a cidade é de grande importância, pois faz fronteira com os estados do Piauí e da Bahia.

- Arcoverde, 1928, localizada na mesorregião Sertão Pernambucano, 72.102 habitantes (Rio Branco até 1943). Localidade originada de fazendas.
- Cabrobó, 1903, localizada na mesorregião São Francisco Pernambucano, 32.596 habitantes (Belém de Cabrobó até 1924). O local era habitado por indígenas conhecidos como Rodelas de Cabrobó.
- Caruaru, 1857, localizada na mesorregião Agreste Pernambucano, 337.416 habitantes. A cidade começou a tomar forma com a sesmaria concedida à família Rodrigues de Sá.
- Exu, 1909, localizada na mesorregião Sertão Pernambucano, 32.076 habitantes (Exu até 1933. Novo Exu até 1938). No início da povoação havia contato pacífico entre a tribo indígena Ançu e a Fazenda da Torre, à margem do Rio São Francisco, habitada por proprietários baianos.
- Floresta, 1864, localizada na mesorregião São Francisco Pernambucano, 31.088 habitantes. Lá habitavam indígenas que foram catequisados logo nas primeiras missões estabelecidas às margens do rio São Francisco, sobretudo por jesuítas e os capuchinhos franceses.
- Garanhuns, 1874, localizada na mesorregião Agreste Pernambucano, 135.138 habitantes. A região era inicialmente habitada por índios cariris. A povoação foi continuada por brancos e negros, muitos deles haviam sido escravizados, mas fugiram.

- Limoeiro, 1881, localizada na mesorregião Agreste Pernambucano, 56.407 habitantes. Localidade era um aldeamento de índios que foram catequisados no século XVII.
- Salgueiro, 1864, localizada na mesorregião Sertão Pernambucano, 59.037 habitantes. Inicialmente habitadas por índios cariris, as terras foram povoadas por habitantes da região sul do Ceará, atraídos pela fertilidade dos terrenos, edificando grandes fazendas de criação de gado.
- Olinda, 1537, localizada na mesorregião Metropolitana do Recife, 388.127 habitantes. Inicialmente era uma pequena aldeia chamada Marim e foi capital do estado. No litoral, ao lado da capital, Recife, a cidade tem papel de destaque desde o início da sua criação, devido à sua posição e fertilidade do solo. A então vila, porém, foi tomada por holandeses em 1630 e em 1631, ao deixarem a cidade, retiraram todos os materiais nobres levando-os consigo para Recife e a incendiando, embora tenha permanecido como capital do Estado até o ano de 1827. Apenas em 1654 a reconstrução de Olinda foi iniciada.
- Petrolina, 1895, localizada na mesorregião São Francisco Pernambucano, 319.893 habitantes. Era local de passagem para a cidade fronteiriça de Juazeiro, na Bahia, e também para estados do centro sul do país.

- ALAGOAS

O estado do Alagoas tem 102 municípios e um total de 3.300.935 habitantes, distribuídos em 27.778,506 km², sendo o segundo menor estado da região Nordeste. No estado há quatro localidades da rede de pontos do Projeto ALiB.

- Maceió (capital), 1815, localizada na mesorregião Leste Alagoano, 996.733 habitantes. A cidade é originária de um engenho de açúcar e seu nome é de origem tupi, língua na qual significa “o que tapa o alagadiço”. Tem uma área de 503,072 km².

- Arapiraca, 1924, localizada na mesorregião Agreste Alagoano, 227.640 habitantes. A localidade foi fundada por Manoel André Correia dos Santos e, posteriormente, apareceram outras famílias e o local começou a ser povoado na primeira metade do século XIX.
- Santana do Ipanema, 1875, localizada na mesorregião Sertão Alagoano, 47.352 habitantes. Até o final do século XVIII, a localidade não passava de um arraial habitado por índios e mestiços. Após a chegada do padre Francisco José Correia de Albuquerque à região, os índios foram catequizados e a localidade começou a evoluir.
- União dos Palmares, 1831, localizada na mesorregião Leste Alagoano, 65.495 habitantes (Vila nova da Imperatriz até 1890. União até 1943). As primeiras habitações surgiram no século XVIII, num povoado chamado "Macacos", à margem esquerda do rio Mundaú. A denominação atual é uma homenagem ao Quilombo que permaneceu na região por quase um século, lá os negros rebelados contra a escravidão constituíram a República Independente do Quilombo dos Palmares, símbolo do anseio e da resistência negra pela liberdade, tendo como líder maior o negro Zumbi, imortalizado numa estátua no alto da serra.

- SERGIPE

Sergipe é o menor estado da região Nordeste e também menor estado brasileiro, com um total de 21.915,116 km². O estado tem uma população total aproximada em 2.195.662 habitantes. Tem 75 municípios e, por ser o menor, o estado também tem o menor número de localidades do Nordeste na rede de pontos do Projeto ALiB, três.

- Aracaju (capital), 1855, localizada na mesorregião Leste Sergipano, 614.577 habitantes. A cidade planejada de Aracaju foi fundada e passou a ser capital do estado, substituindo a cidade de São Cristóvão por motivações econômicas. Lá desaguam dois importantes rios, o Rio Sergipe e o Rio Vaza-Barris, e tem uma área de 181,857 km².

- Estância, 1831, localizada na mesorregião Leste Sergipano, 67.491 habitantes (Vila constitucional da Estância até 1911). O início da povoação se deu em fins do século XVI ou princípios do XVII. A identidade de Pedro Homem da Costa, apontado como fundador da cidade, tem origem controversa entre os historiadores. Enquanto uns o consideram cidadão de origem mexicana, vítima de naufrágio ocorrido nas proximidades da foz do rio Real, outros admitem que ele era parente de Garcia d'Ávila, senhor da lendária Casa da Torre, na Bahia, que o teria incumbido de fundar uma estância. É uma cidade litorânea e um dos principais polos industriais de Sergipe, sobretudo da indústria têxtil.
- Propriá, 1800, localizada na mesorregião Leste Sergipano, 29.467 habitantes. As terras eram pertencentes a Dona Guiomar de Melo, que repassou as terras a seu genro, Pedro Abreu de Lima. Este, depois da morte da mulher, cedeu terras aos jesuítas, aos carmelitas e aos filhos. A localidade fica na divisa de Sergipe com Alagoas e às margens do Rio São Francisco.

- BAHIA

É o maior estado do Nordeste e quinto maior do Brasil, tem uma área 564.733,177 km² e está dividido em 417 municípios. O estado tem um total de 15.044.137 habitantes e também tem o maior número de cidades na rede de pontos do Projeto ALiB, vinte e duas cidades.

- Salvador (capital), 1549, localizada na mesorregião metropolitana de Salvador, 2.883.682 habitantes. Durante o século XV a região onde hoje é Salvador era habitada por índios tupinambás, mas em 1500, data da chegada dos portugueses no Brasil, iniciada no estado da Bahia, começou a ser colonizada por eles. Em 1549, Thomé de Souza, então governador do Brasil, desembarcou na região e começou a construção da cidade de Salvador e então capital do Brasil. Em 1624 a cidade foi tomada por holandeses, mas logo foi recuperada. Salvador se desenvolveu rapidamente, mas em 1763 a capital do país foi transferida para o Rio de Janeiro, embora Salvador permanecesse como maior cidade da América Latina, até a transferência da Corte Portuguesa para o Rio

de Janeiro, em 1808, momento em que Salvador começa a perder importância. É a segunda cidade mais populosa no Nordeste e ocupa uma área de 693,276 km².

- Alagoinhas, 1852, localizada na mesorregião Nordeste Baiano, 152.570 habitantes. O início da história do local se dá em fins do século XVIII quando um sacerdote português fundou uma capela em um sítio que hoje corresponde ao município. Seu nome é referência ao grande número de pequenas lagoas que existiam na região.
- Barra, 1753, localizada na mesorregião Vale São-Franciscano da Bahia, 53.361 habitantes (Barra do Rio Grande até 1873. Florescente da Barra do Rio Grande até 1911. Rio Grande da Barra até 1931). A região era primitivamente habitada pelos índios acroás.
- Barreiras, 1891, localizada na mesorregião Extremo Oeste Baiano, 150.896 habitantes. A partir de 1870 a localidade começou a receber um grande número de imigrantes vindos das regiões sul e sudeste do país, que chegaram impulsionados pelo extrativismo e exportação da borracha da mangabeira. No século XIX a agroindústria da cana-de-açúcar começou a dar os seus primeiros passos.
- Caetité, 1810, localizada na mesorregião Centro-Sul Baiano, 52.166 habitantes. Foi um dos primeiros povoados do Alto Sertão da Bahia. Eram postos de catequese e as terras desta região pertenciam ao Senhor da Casa da Torre e era destinada à criação de gado. É conhecida como “princesinha do sertão”.
- Caravelas, 1581, localizada na mesorregião Sul Baiano, 22.328 habitantes. A localidade foi descoberta durante expedições exploratórias portuguesas em 1503, mas somente anos mais tarde começou o seu povoamento.

- Carinhanha, 1832, localizada na mesorregião Vale São-Franciscano da Bahia, 29.768 habitantes. Originada de uma sesmaria doada a Athanásio de Siqueira Brandão. Localizada na divisa da Bahia com Minas Gerais e tem grande parte da população ainda na zona rural.
- Euclides da Cunha, 1933, localizada na mesorregião Nordeste Baiano, 60.558 habitantes. Os primitivos habitantes foram os índios caimbés, da tribo dos tupiniquins.
- Ilhéus, 1535, localizada na mesorregião Sul Baiano, 184.616 habitantes. Foi uma antiga capitania de mesmo nome.
- Irecê, 1933, localizada na mesorregião Centro Norte Baiano, 72.041 habitantes. Era uma sesmaria doada a Antônio Guedes de Brito como recompensa pela sua bravura na luta contra os holandeses durante a invasão à Bahia. Irecê é um nome indígena e significa “pela água, à tona d’água, à mercê da corrente”.
- Itaberaba, 1877, localizada na mesorregião Centro Norte Baiano, 65.806 habitantes. A região era habitada pela tribo dos maricás, que travou lutas constantes com as Bandeiras vindas para combatê-la. Após serem vencidos, os indígenas retiraram-se para as matas do sul do estado.
- Itapetinga, 1952, localizada na mesorregião Centro-Sul Baiano, 74.652 habitantes (Itatinga até 1944). No ano de 1912 houve o estabelecimento da primeira residência na região.
- Jacobina, 1880, localizada na mesorregião Centro Norte Baiano, 84.328 habitantes. Em princípios do século XVII, a corrida de bandeirantes e portugueses às minas de ouro descobertas em terras do atual município foi a origem da corrente inicial do devassamento e povoação de Jacobina. Iniciaram-se, também, por essa época, as atividades suplementares de criação de gado e de culturas agrícolas essenciais.

- Jequié, 1897, localizada na mesorregião Centro-Sul Baiano, 161.391 habitantes. A localidade começou com a exploração de José de Sá Bittencourt e, no período, além de possuir matas inexploradas, tinha algodão em estado nativo e maniçoba.
- Jeremoabo, 1831, localizada na mesorregião Nordeste Baiano, 40.587 habitantes (Jeremoabo até 1943). A região era primitivamente habitada pelos aborígenes muongurus e cariacás, descendentes dos tupinambás. O nome da localidade significa “plantação de abóboras”, fruto que foi abundante na região.
- Juazeiro, 1840, localizada na mesorregião Vale São-Franciscano da Bahia, 214.748 habitantes. Os primeiros habitantes foram os índios da nação Cariri. Lá também viveram índios Tamoqueus, Guaisquais e Galache. Seu nome veio da árvore do Juazeiro, uma planta forte e medicinal.
- Santana, 1890, localizada na mesorregião Extremo Oeste Baiano, 26.998 habitantes (Santana dos Brejos até 1931). Inicialmente foi ocupada por alguns colonos europeus que se espalharam pelo interior da Bahia, principalmente holandeses e italianos, procurando zonas férteis de brejos para o plantio da cana-de-açúcar. No final do século XVII, com a descoberta do ouro nas Minas Gerais, o movimento no caminho do gado intensificou-se e Santana era passagem obrigatória de Pernambuco a Minas Gerais, Goiás e Salvador. Assim, alguns poucos ficaram na região admirados pelas terras férteis, pelos brejos e pela fartura de peixes.
- Santo Amaro, 1557, localizada na mesorregião Metropolitana de Salvador, 61.407 habitantes. Os índios abatirás foram os primitivos habitantes do território. Foi de grande importância na luta para a independência do estado.
- Santa Cruz Cabrália, 1536, localizada na mesorregião Sul Baiano, 27.854 habitantes. Foi o local de chegada da expedição de Pedro Álvares Cabral, em 1500, iniciando, assim, a colonização do Brasil.

- Seabra, 1891, localizada na mesorregião Centro-Sul Baiano, 44.765 habitantes (Campestre até 1915. Doutor Seabra até 1931). A cidade nasceu da abertura de uma estrada que ligava as minas de ouro de Jacobina a Rio de Contas. O topônimo é uma homenagem ao Dr. Joaquim José Seabra, ex-governador da Bahia.
- Valença, 1849, localizada na mesorregião Sul Baiano, 96.287 habitantes. O local era inicialmente habitado por índios Tupiniquins.
- Vitória da Conquista, 1840, localizada na mesorregião Centro-Sul Baiano, 336.987 habitantes. Os primeiros habitantes foram os povos indígenas Mongoyó, Ymboré e Pataxó.

4.4 RECOLHA E LEVANTAMENTO DOS DADOS

Seguindo a aplicação do questionário nas 77 localidades supracitadas e tomando-se como base os critérios de seleção dos informantes estabelecidos pelo Projeto ALiB, foram inquiridos e considerados na composição do *corpus* desta pesquisa um total de 344 informantes distribuídos da seguinte forma:

QUADRO 3 – Distribuição do perfil sociolinguístico dos informantes da pesquisa

Perfil social	Sexo		Idade		Escolaridade	
	Homens	Mulheres	Faixa etária I	Faixa etária II	Fundamental	Universitário
Nº. de informantes	172	172	172	172	308	36
Total	344		344		344	

Buscando-se compreender as possibilidades de expressão de gênero feminino na região Nordeste, utilizando o *corpus* do Projeto ALiB como fonte de dados, selecionaram-se as quatro perguntas dos *Questionários 2001* (COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001, p. 39) do Projeto ALiB inseridas no Questionário Morfossintático (QMS), na área substantivo, subárea “feminino de”:

- QMS 06. ALEMÃO

Uma mulher que nasce no Brasil é brasileira. E a que nasce na Alemanha é o quê?

- QMS 07. CHEFE

Há homens e mulheres que chefiam. No caso, se é uma mulher, ela é o quê?

- QMS 08. LADRÃO

Um homem que rouba, você diz que é ladrão. E quando é uma mulher?

- QMS 09. PRESIDENTE

Se, na Presidência da República, estivesse uma mulher, ela seria o quê?

Estabelecem-se, assim, quatro variáveis para serem analisadas, uma para cada uma das perguntas: as formas para o feminino de *alemão*, as formas para o feminino de *chefe*, as formas para o feminino de *ladrão* e as formas para o feminino de *presidente*.

A pesquisa de campo foi realizada por equipes de integrantes do Projeto ALiB, em geral, composta por um inquiridor e um ou dois inquiridores auxiliares. Após preparação prévia e levantamento de dados e contatos da área em estudo, a equipe realizava seleção dos informantes, respeitando os critérios pré-estabelecidos. Uma vez definidos os informantes participantes da pesquisa, os dados eram recolhidos *in loco* por meio de entrevista gravada em áudio digital. Era preenchida, também, a ficha do informante com informações pessoais e observações comportamentais depreendidas ao longo das entrevistas.

Ao fim do processo de gravação, os arquivos foram identificados, digitalizados e armazenados em espaço próprio pelas equipes regionais responsáveis e, posteriormente, pela equipe de bolsistas e pesquisadores do Projeto ALiB na Universidade Federal da Bahia.

No processo de seleção dos dados do *corpus* do presente trabalho utilizaram-se os arquivos em áudio armazenados pelo Projeto ALiB e o levantamento foi feito por meio da audição dos trechos correspondentes às questões selecionadas e transcrição grafemática dos dados, separando-se as respostas dadas por cada informante por meio da determinação do seu perfil.

Os dados foram agrupados tendo em vista a seguinte categorização:

- primeira resposta, considerando as primeiras respostas dadas pelos informantes às perguntas realizadas, excetuando-se os casos em que as primeiras respostas não condiziam com a forma esperada e, após reformulação do inquiridor, era dada uma nova resposta;
- outras respostas, respostas adicionais dados pelos informantes espontaneamente ou após questionamento do inquiridor acerca de outras formas utilizadas para o conceito em questão;
- observações, campo reservado para informações adicionais dadas pelos informantes acerca das formas e/ou comportamento e opiniões dos falantes relacionadas ao fenômeno em estudo.

A análise dos dados encontrados serviu-se de dicionários e gramáticas do português para verificar o registro das formas, além de recorrer a trabalhos prévios no campo da morfologia que visavam a identificar diferentes usos para os morfemas utilizados. Considerou-se relevante também analisar o comportamento das formas em análise em outras línguas. Para esse efeito, faz-se a comparação com duas línguas românicas, o espanhol e o francês, a fim de averiguar a expressão da marcação de gênero nessas duas outras línguas românicas que partilham muitas características com o português.

Elege-se a realização de análise quantitativa dos dados por se assumir que ela “possibilita o estudo da variação lingüística, permitindo ao pesquisador apreender sua sistematicidade, seu encaixamento linguístico e social e sua eventual relação com a mudança linguística” (GUY e ZILLES, 2007 p. 76).

Ainda segundo Guy e Zilles (2007), acerca das instruções para realização de análise quantitativa de dados linguísticos, estabelecem-se os seguintes passos: “i) coleta de dados; ii) redução e apresentação de dados; (iii) interpretação e explicação de dados” (p. 20).

5 ANÁLISE DOS DADOS

5.1 APRESENTAÇÃO PRELIMINAR

Dando continuidade ao processo de análise quantitativa dos dados, expõem-se os resultados obtidos considerando, neste primeiro momento, apenas as primeiras ocorrências catalogadas com base nos inquéritos realizados. Desse modo, obteve-se como universo total um número de 344 ocorrências.

As ocorrências catalogadas para cada uma das variáveis foram registradas de acordo com a seguinte classificação: variante(s) padrão de acordo com o registro em dicionários; variantes não-padrão encontradas no *corpus* da pesquisa e; não ocorrência, dados agrupados sob a nomenclatura sem resposta (S.R.) que correspondem aos casos em que os informantes declaram não saber, não lembrar, isentar-se de dar qualquer resposta, além de alguns casos em que o trecho do áudio está inaudível ou, por problema técnico, há cortes que impossibilitam a depreensão dos dados.

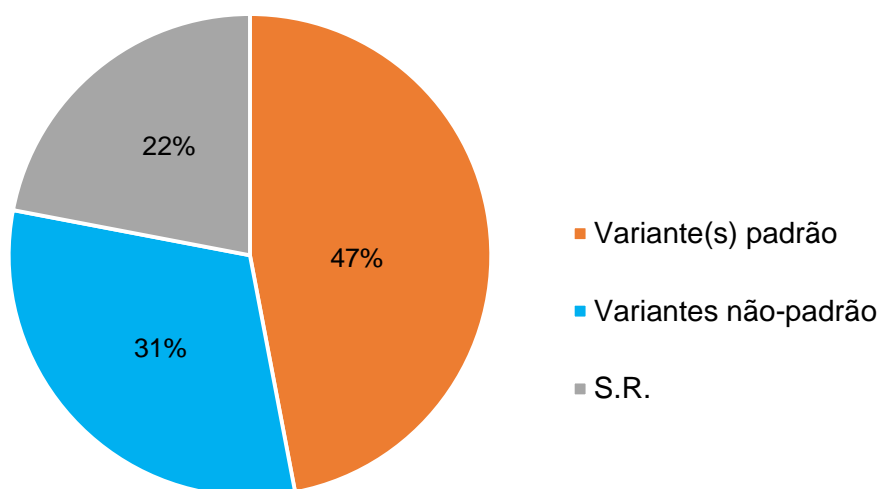
A tabela 1 expõe os resultados totais das primeiras ocorrências para as quatro variáveis em análise, com número absoluto e percentuais de ocorrência:

TABELA 1 - Formas de feminino na região Nordeste: percentuais de ocorrência

Forma padrão de masculino	Formas de feminino				
	Variantes padrão		Variantes não-padrão		S.R.
		%		%	%
Alemão	Alemã	47	Alemanha	13	22
			Alemanhense	7	
			Alemão	3,5	
			Estrangeira	2,3	
			Alemanheira	1,7	
			Alemona	1,7	
			Alemona	0,6	
			Alemana	0,3	
			Alemanhista	0,3	
			Galega	0,3	
Chefe	Chefe	70,6	Patroa	3,8	8,1
			Chefia	1,4	
			Gerente	1,4	
			Chefe de família	0,6	

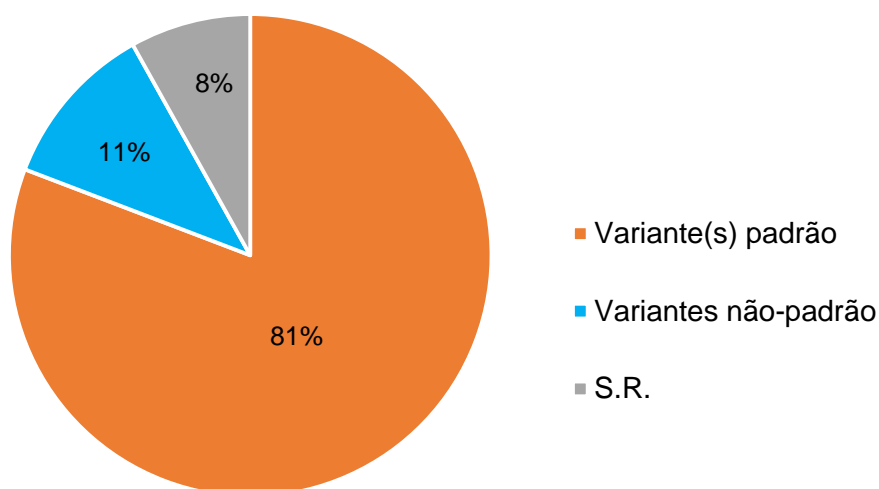
			Administradora	0,3			
			Chefe de casa	0,3			
			Chefeira	0,3			
			Chefiadora	0,3			
	Chefa	10,2	Chefiante	0,3			
			Chefinha	0,3			
			Chefona	0,3			
			Coordenadora	0,3			
			Dona de casa	0,3			
			Empresária	0,3			
			Encarregada	0,3			
			Fiscal	0,3			
			Governadora	0,3			
Ladrão			Ladra	32,3	Ladrona	61	2,9
					Ladroa	2,6	
	Ladrã	0,3					
	Bandida	0,3					
	Ladrão	0,3					
Presidente	Presidente	59,6	Governadora	0,6	4,9		
			Empresária	0,3			
			Mulher na presidência	0,3			
	Presidenta	33,4	Prefeita	0,3			
			Presidência	0,3			
			Presidente feminina	0,3			

Os dados apresentados indicam que, além da variante(s) padrão esperada(s) como resposta para as perguntas, houve uma grande variedade de respostas não-padrão para cada uma das variáveis. Acerca dessa variedade, analisa-se a frequência dos tipos de variantes padrão *versus* variantes não-padrão, além de casos sem repostas.

GRÁFICO 1 – Tipos de variantes para o feminino de *alemão*

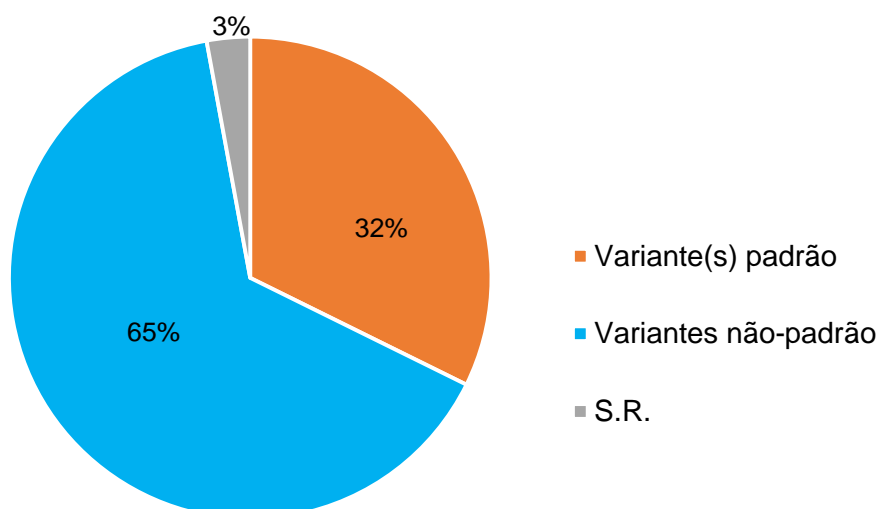
Para o feminino de *alemão* embora haja predominância da variante padrão – *alemã*, o número de outras variantes encontradas é bastante alto, 31% do total. Neste caso destaca-se, ainda, o alto número de casos de não ocorrência, 22% do total, o maior número dentre as variáveis em análise.

Esses dados indicam a comprovação de uma das hipóteses iniciais, o desconhecimento por parte dos informantes da variável em análise. Por desconhecer alguma possibilidade de forma padrão, os informantes recorrem a dois caminhos: i) a não resposta ou ii) busca por outras formas para o conceito em questão, provocando o alto número de respostas não-padrão.

GRÁFICO 2 – Tipos de variantes para o feminino de *chefe*

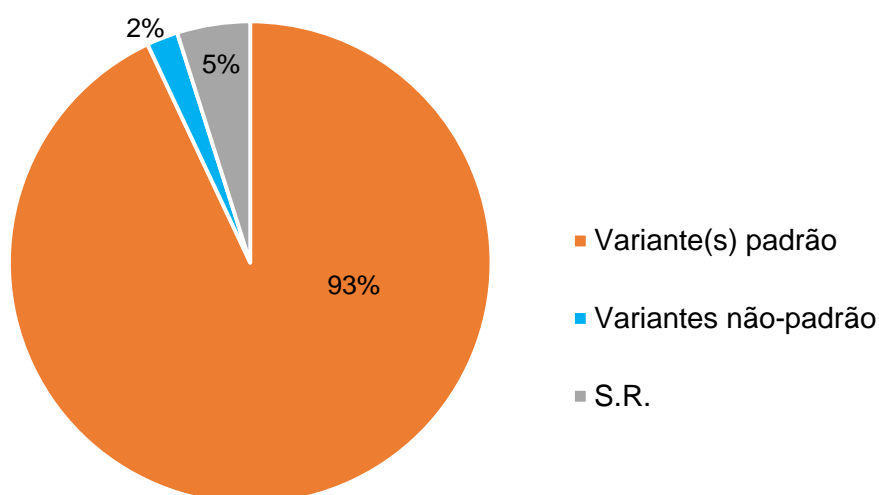
No que se refere ao feminino de *chefe*, essa variável teve o segundo maior número de casos sem resposta, 8%, um percentual bem menor do que o apresentado pela variável anterior. Aqui o índice das duas variantes padrão – *chefe* e *chefa* – é predominante, com 81% do total.

O gráfico 3, a seguir, expõe os tipos de variantes encontradas para expressão do feminino de ladrão:

GRÁFICO 3 – Tipos de variantes para o feminino de *ladrão*

Esta variável apresenta uma diferença em relação às demais, é o único caso em que há predominância de variantes não-padrão. O uso da forma padrão – *ladra* – representa apenas 32% do total, enquanto as variantes não-padrão totalizam 65% dos dados. Esse alto índice encontrado foi impulsionado por uma variante específica – *ladrona* – que, como se verá a seguir, já tem uso bastante aceito e catalogado.

GRÁFICO 4 – Tipos de variantes para o feminino de *presidente*



Por fim, no gráfico 4, registram-se os tipos de variantes encontradas para o feminino de *presidente* que também apresenta duas formas padrão – *presidente* e *presidenta*. Essa variável apresentou o maior índice de uso de variantes padrão e, conseqüentemente, o menor uso de variantes não-padrão, apenas 2% de outras formas foram utilizadas pelos informantes para denominar ‘a mulher na presidência’.

Após breve exibição dos dados gerais, dar-se-á continuidade à análise dos dados de cada uma das variáveis, separadamente.

5.2 O FEMININO DE ALEMÃO

No que se refere ao feminino de *alemão*, além da variante padrão, foram registradas outras dez diferentes variantes que, como se viu no gráfico 1, representaram 31% do total das ocorrências para essa variável. Dentre essas dez, duas referem-se a estratégias não-morfológicas para determinação de gênero.

Alemão é oriundo do latim *alemannus*, que denominada o povo da Germânia (cf. CUNHA, 1999). A fim de verificar o comportamento desse vocábulo no que se refere à marcação de gênero, identificou-se que, no espanhol, há flexão de gênero esperada. Do masculino *alemán* tem-se *alemana*, por meio da adição do sufixo *-ana* (MOLINER, 1994). De igual modo, no francês, a flexão se dá pela forma mais usual de adição do morfema *-e*, *allemand*, e (LAROUSSE, 2010).

No português, a forma do masculino – *alemão* – representa o “indivíduo natural ou habitante da República Federal da Alemanha (Europa)”. Essa forma é, ainda, o nome da língua do grupo germânico falada na Alemanha e países vizinhos e o adjetivo referente a algo “pertencente ou relativo a esse indivíduo, país, língua ou povo” (HOUAISS, 2009). Em Houaiss foi possível identificar, ainda, a entrada *alemã* com a rubrica “entomologia”¹⁷ possuindo o sentido de redução de *bandeira-alemã*.

A forma padrão, *alemã*, segue a regularidade dos nomes terminados em *-ão*, a qual consiste na manutenção do radical e na exclusão da vogal temática. Essa foi a forma predominante na região Nordeste com 47% do total das primeiras ocorrências registradas, embora o número ainda seja considerado baixo diante do universo total.

INQ. - *Uma mulher que nasce no Brasil é brasileira e a que nasce na Alemanha?*

INF. - ***Estrangeira.***

INQ. - *No Brasil é brasileira. Na Alemanha...*

INF. - ***Alemã?***

(Seabra/BA, inf. 2 – Mulher, faixa I, fundamental)

Apresentam-se as demais variantes encontradas seguindo a ordem de número de ocorrências. A segunda variante mais registrada foi *alemanha*, com 13% do total das ocorrências. A forma é repetição do nome do país e demonstra incerteza e insegurança dos informantes acerca da forma para denominar o conceito apresentado.

A variante *alemanhense* representou 7% do total. Segundo Costa (2008, p. 289-293), o sufixo *-ense* tem origem latina e liga-se a bases substantivas toponímicas, indicando gentílicos, característica que evidencia uma extensão de uso à palavra em

¹⁷ Ainda segundo Houaiss (2009), entomologia é o “ramo da zoologia que estuda os insetos; insectologia, insetologia”.

questão. Além disso, Houaiss (2009) chama atenção para o fato desse sufixo latino ter originado o português *-ês*, bastante corrente no português contemporâneo. O sufixo pode ser encontrado no português em exemplos como *maranhense*, oriundo do estado do Maranhão e *cearense*, oriundo do estado do Ceará. A presença dessa variante justifica-se com a associação feita pelos informantes com gentílicos já conhecidos como os supracitados.

Outra variante encontrada nos dados em análise foi *alemão*, mesma forma de masculino. Assim como se observa com o registro de *alemanha*, há indicativo de dúvida e insegurança dos falantes em relação à pergunta em questão.

INQ. - A mulher que nasce no Brasil é brasileira e a que nasce na Alemanha?

INF. - Na Alemanha, alemão né?

INQ. - A mulher (ênfase) que nasce na Alemanha.

*INF. - A mulher? Ah.. a mulher que nasce na Alemanha é **alemanha** também.*

(Maceió/AL, inf. 3 - Homem, faixa II, fundamental)

INQ. - Uma mulher que nasce no Brasil é brasileira e a que nasce na Alemanha é o que?

*INF. - Eita, danou-se... (pausa) **Alemanha**.*

INQ. - Certo.

INF. – (gargalhadas). Olha, para por aí. Parou?

INQ. – (risos). Sim, vou fazer uma pergunta mais fácil.

INF. - Ainda bem.

(Aracaju/SE, inf. 4 – Mulher, faixa II, fundamental)

Dentre as estratégias não-morfológicas para determinação de gênero, a variante mais utilizada foi *estrangeira*, 2,3% do total. Esta forma de feminino corresponde a um termo mais geral para designar “que ou o que é de outro país, que ou o que é proveniente, característico de outra nação” (HOUAISS, 2009). Assim como ser verá em outros casos, é frequente a utilização de um termo mais geral utilizado em lugar de outro mais específico.

Com menor representatividade foram encontradas ainda as variantes *alemanheira*, *alemoa* e *alemona*. *Alemanheira* tem a presença do sufixo latino *-eira*, um formador de adjetivos que acontece em alguns poucos gentílicos, como em *brasileiro,a* e *mineiro,a*. A variante *alemoa* é uma forma não-padrão, mas já registrada no dicionário como forma de uso informal para identificar mulher natural da Alemanha (cf. HOUAISS, 2009). A forma é composta pelo sufixo *-oa*, presente na língua como feminino de *-ão*, como se vê em *leitão > leitoa*, *leão > leoa*, *patrão > patroa*, dentre outros. *Alemona*, formada pelo sufixo *-ona*, é uma associação com o feminino de nomes terminados em sufixo *-ão*. Esse sufixo, no entanto, tem, muitas vezes, indicativo pejorativo e em muitos aumentativos como em *babão > babona*, *bonitão > bonitona*, *beberrão > beberrona*.

Por fim, registram-se, ainda, três formas com ocorrências únicas: *alemana*, é uma forma que utiliza o sufixo *-ana*. Segundo Houaiss (2009) há diversos usos para esse sufixo, dentre eles os gentílicos, tais como em *baiana*, *americana*, *sergipana* etc. Diferentemente da maioria dos sufixos utilizados, de origem latina, *-ista*, presente na forma *alemanhista*, é um sufixo que tem origem grega e é formador de adjetivos como *pianista*, *dentista*, *linguista* etc.

Outra variante com registro único não tem como base *alem-*, a forma *galega*, feminino de *galego*, um regionalismo encontrado na região Nordeste do Brasil e no estado de Santa Catarina (cf. HOUAISS, 2009) que pode ter uso pejorativo com a acepção “qualquer estrangeiro; gringo”. Na região Nordeste pode ter, ainda, o sentido de “indivíduo louro”. Embora também tenha um uso mais geral, assim como *estrangeira*, o termo *galega* é mais restrito à identificação de estrangeiros, como a consulta ao dicionário confirmou, de cabelos louros, tornando-se, por associação, uma forma de identificação de indivíduos oriundos da Alemanha.

As formas utilizadas demonstram as inúmeras possibilidades de sufixos correntes que podem ser utilizados para marcar o feminino. Registraram-se, assim, o uso de diferentes sufixos que foram concatenados à base *alem-* embora apenas um seja definido como padrão e um segundo seja também admitido por um dicionário de língua portuguesa, além de formas que utilizam outras bases.

Sobre a pergunta acerca do feminino de *alemão* ressalta-se, por fim, o alto índice de casos sem resposta (S.R.), totalizando 22%. O alto índice, liderado por respostas do tipo “não sei”, revela o desconhecimento dos informantes acerca do feminino da palavra em questão. Além disso, há uma insegurança em responder

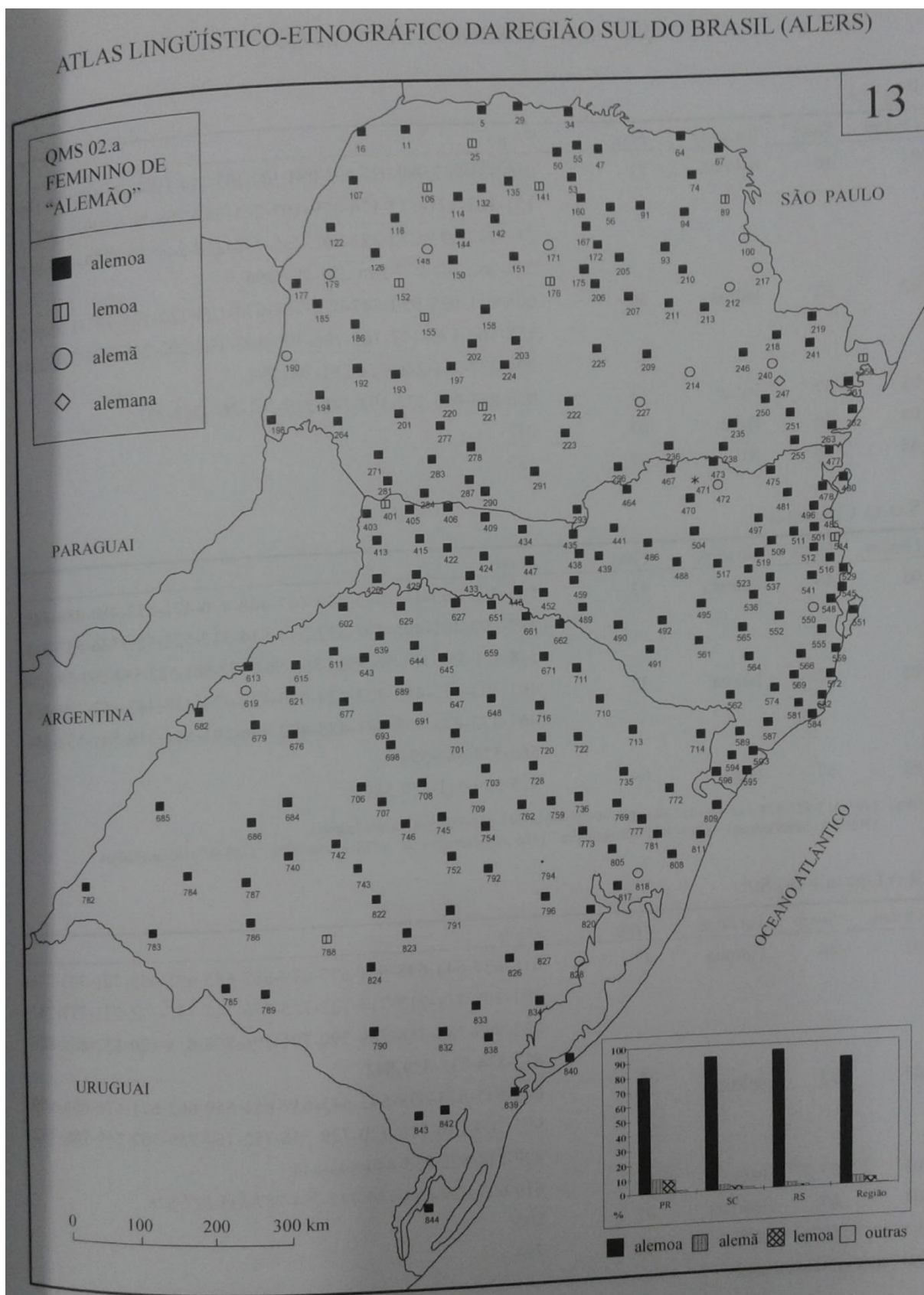
perguntas desse tipo, visto que, como os dados revelaram, havia um grande número de possibilidades, morfológicas ou não, que poderiam determinar o conceito requerido na pergunta, como se vê no relato abaixo:

INQ. - Uma mulher que nasce no Brasil é brasileira e a que nasce na Alemanha é o que?

*INF. - **Eu não sei falar** pra senhora.*

(Teresina/PI, inf. 3 – Homem, jovem, faixa II, fundamental)

No Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS) também estão registradas as variantes encontradas para a variável “mulher que nasce na Alemanha”. Destaca-se a grande presença de influência europeia nesta região do país, mantendo maior contato com a cultura alemã do que a presente da região Nordeste. Os resultados obtidos podem ser visualizados na Figura 7 a seguir:

FIGURA 8 – Carta do ALERS para o feminino de *alemão*

Fonte: KOCH et al, 2011, p. 311

Como é possível se visualizar, mesmo diante do maior contato com a cultura alemã, não houve predomínio da variante padrão, *alemã*. Registrou-se, no entanto, grande presença variante *alemoa*, também encontrada nos dados da Região Nordeste, embora com menor representatividade, seguido de *lemoa*, variante não encontrada no *corpus* da presente pesquisa.

5.3 O FEMININO DE CHEFE

Chefe vem do francês *chef*, “aquele que está à frente de qualquer coisa” que, por sua vez, origina-se do latim *caput-ŷtis* que tem o sentido de “cabeça” (CUNHA, 1999). Em português, a palavra pode ter o sentido de “1. pessoa que se destaca pelas qualidades, competência, poder de decisão etc.; 2. indivíduo investido de poder para ocupar lugar de mando; 3. aquele que ocupa a mais alta posição hierárquica em organismo oficial civil ou militar” (HOUAISS, 2009).

No espanhol, segundo Moliner (1994), pode-se ter *jefe* para o masculino e a forma flexionada *jefa* para o feminino. No entanto, a autora faz a ressalva de que a forma *jefa* é mais utilizada na linguagem informal. Enquanto isso, no francês, *chef* é um nome masculino empregado tanto para homens quanto para mulheres, sendo o emprego de alguma forma no feminino restrito ao âmbito familiar, informal (LAROUSSE, 2010).

O feminino de *chefe* é, dentre os vocábulos em análise, o que apresentou maior número de variantes, um total de dezenove. Uma grande parte dessas variantes, no entanto, tiveram ocorrências únicas ou um número pequeno de ocorrências, ficando o predomínio com as formas *chefe* e *chefa*.

Há duas formas de interpretação para o feminino dessa variável. Na primeira interpretação, *chefe*, assume-se que o substantivo é comum de dois gêneros, em que há uma única forma para o masculino e para o feminino, ficando a marcação de gênero apenas no artigo. Essa forma foi a predominante, com 70,6% do total das ocorrências para a ‘mulher que chefia’.

INQ. - Há homens e mulheres que tomam conta de uma empresa, que chefiam né. No caso, se é uma mulher, ela é o que?

INF. - Ela é encarregada?

INQ. - *Mas é que o homem é um chefe, mas, de repente, quem manda lá na empresa não é um homem, é uma mulher. No caso ela vai ser o que?*

O homem é o chefe...

INF. – *É, ela é o que?*

INQ. – *Ela é o que? Se for uma mulher?*

INF. - *Não pode ser chefe não, né?*

INQ. - *Não pode não?*

INF. - *Pode. Poder, pode.*

INQ. - *Se a senhora ver que quem está mandando lá não é um homem.*

INF. - *Não é a chefe?*

INQ. - *Chama assim né. Se é ela quem manda...*

INF. - *É. Ela é a **chefe**.*

(Barra/BA, inf. 4 – Mulher, faixa II, fundamental)

A segunda, *chefa*, é utilizada no momento em que se assume que *chefe* é um substantivo masculino e a sua flexão se dá da forma mais corrente na língua portuguesa, substituição da vogal final –e pela desinência de feminino –a. Houaiss (2009) registra *chefa* como entrada indicando uso informal para “mulher que exerce autoridade, que dirige certos estabelecimentos ou serviços; chefe”. Esta forma foi a segunda forma mais frequente, representando 10,2% do total.

INQ. - *Às vezes a gente tem no trabalho homens e mulheres que são os chefes. No caso, se é uma mulher, a gente diz que ela é o que?*

INF. - *Minha **patroa**.*

INQ. - *Sim ou então..*

INF. - *Meu patrão.*

INQ. - *E se a gente quiser falar de chefe?*

INF. - *Minha **chefa** né.*

(Salvador/BA, inf. 4 – Mulher, faixa II, fundamental)

INQ. - *Tem homens e mulheres que chefiam. No caso, quando é uma mulher, ela é o que?*

INF. – *(pausa)*

INQ. - *Fulana de tal, ela é o que de uma empresa?*

INF. - Chefe que não é.

INQ. - Sim, como é que o senhor fala normalmente? Se trabalhasse numa empresa que tinha uma mulher que estava chefiando, então ela é... Como é que o senhor fala?

INF. – (pausa)

INQ. - O senhora quer se referir a ela. Como é que o senhor diz?

*INF. - Minha **chefa**.*

(Aracaju/SE, inf. 3 – Homem, faixa II, fundamental)

Seguem-se, então, mais quatro formas registradas mais de uma vez. *Patroa* tem as seguintes acepções – “1. a mulher do patrão; 2. dona de casa; 3. mulher que dirige certos estabelecimentos ou serviços” (HOUAISS, 2009) e é uma forma mais comumente utilizada no âmbito doméstico.

Chefia refere-se ao “cargo ou dignidade de chefe; função ou atividade de chefe; ação de dirigir, governar”, mas de modo informal também pode ser utilizado como sinônimo para “chefe, patrão” (HOUAISS, 2009).

Gerente, substantivo de dois gêneros é o “cargo atribuído à pessoa responsável pela gerência” (HOUAISS, 2009). Além disso, foi documentada a forma *chefe de família*, na qual foi atribuído um outro elemento ao termo chefe, associando a partir de então o âmbito doméstico ao conceito.

Dessa forma, vê-se que, dentre as quatro outras formas utilizadas, duas são formas que têm relação intrínseca com o âmbito familiar, demonstrando a associação restrita dos informantes entre as mulheres e o contexto doméstico ainda que na formulação da pergunta não houvesse tal menção. As outras duas formas em destaque são substantivos que podem ser atribuídos tanto para homens quanto para mulheres e refletem a condição de chefiar, liderar algo no âmbito profissional.

INQ. - Há homens e mulheres que chefiam, no caso, se é a mulher, ela é o que?

INF. – (silêncio)

INQ. - Ela quem manda...

INF. - Aí, aí tem as duas coisas... Pra mim em primeiro lugar pode ser até o homem né, mas a mulher também tá quase em primeiro lugar também, mas também na administração, também pode ser a mulher.

INQ. - *Se for uma mulher que toma a frente do negócio, ela é o que?*

INF. - *Pode ser a mulher mesmo.*

INQ. - *Mas se fosse chamar?*

INF. – *(silêncio)*

INQ. - *O senhor não acha que chama também de chefe não?*

INF. - *Pode chamar.*

INQ. - *Mas o senhor acha que chamaria como?*

INF. - **Tô até sem saber.**

INQ. - *Não acha que chamaria não?*

INF. - *Acho difícil.*

INQ. - *As mulheres não estão mandando muito não?*

INF. – *Chefe, assim, não.*

(Corrente/PI, inf. 3 – Homem, faixa II, fundamental)

Além das formas supracitadas, outras treze tiveram ocorrências únicas. Foram elas: *administradora, chefe de casa, chefeira, chefiadora, chefiante, chefinha, chefona, coordenadora, dona de casa, empresária, encarregada, fiscal e governadora.*

Administradora é aquela que “administra, gerencia” (HOAUISS, 2009); *chefe de casa*, outro exemplo de complemento ao nome *chefe* refletindo a associação dos informantes com o âmbito doméstico; *chefeira* é concatenação do sufixo latino *-eira*, que tem, como uma das acepções, “nomes de indivíduo que pratica determinada ação ou cumpre certa tarefa ou atividade, com ou sem relação profissional” (HOUAISS, 2009), a exemplo de *benzedeiro, a, goleiro, a, guerrilheiro, a.*

Outra resposta, *chefiadora*, é uma forma que sofre ação do processo de derivação. Originado do latim *-tor*, o sufixo *-dor* tem ideia agentiva profissional, como em *ledor, mergulhador e boxeador* e o feminino se flexiona com o acréscimo de *-a*. Marinho (2009, p. 48-51) observa que esse prefixo, em geral, liga-se a bases verbais, podendo-se inferir a partir daí que é a base *chefiar* que dá origem a esse termo, demonstrando produtividade e presença em termos inovadores. Nunes (p. 368) sinaliza, ainda, que, originalmente, a forma feminina deveria ser *-driz*, em harmonia com a forma latina *-trice*. Não se mantendo esta forma no português, no entanto, recorreu-se ao mais comum acréscimo de *-a* para o feminino.

Chefiante tem um sufixo bastante produtivo na língua portuguesa para substantivos e adjetivos derivados de verbos, como em *confidente, contribuinte* e

beneficente (HOUAISS, 2009). Novamente Marinho (2009, p. 142-143) indica que, frequentemente, se faz associação com formas que aceitam tanto os sufixos *-dor* e *-nte* para agentes profissionais como em *atendente/atendedor*, *escrevente/escrevedor*, no entanto, embora se possa encontrar formas assim, essa relação é bastante conflituosa e não há equivalência total de sentido.

Foram registradas, também, uma ocorrência única de *chefinha*, forma no diminutivo que, segundo estudos sociolinguísticos, quando associado a mulher pode indicar inferioridade (cf. INDIANI; LOPES, 1995 e PAIVA, 2010) e do sufixo *-ona*, em *chefona*, aumentativo mais comumente utilizado para substantivos em *-ão*. Ressalta-se, no entanto, que, em alguns contextos, tem valor pejorativo.

Coordenadora é feminino de *coordenador* – “que ou aquele que coordena” (HOUAISS, 2009). Assim como outras formas já descritas, *dona de casa*, refere-se a mulher que trabalha dentro da própria casa e é responsável pelo lar. A ocorrência dessas variantes revela ainda ser comum associar a mulher ao trabalho doméstico e a dificuldade em associar o público feminino a cargos de chefia no âmbito profissional.

Empresária também é encontrada com referência a empresário “aquele que é dono ou dirigente de uma empresa ('organização'), ou que opera no agenciamento de negócios; homem de negócios” ou “aquele que cuida dos interesses profissionais e financeiros de pessoa(s) que tem (têm) um desempenho público destacado”; assim como *encarregada* que porta a marca de flexão de feminino e tem como acepção “que ou aquele a quem se atribuiu alguma tarefa, negócio, cargo etc.” e “indivíduo incumbido de fiscalizar os operários em uma obra, substituindo o mestre de obra” (HOUAISS, 2009).

Por fim, registram-se, *fiscal*, um substantivo de dois gêneros atribuído ao “indivíduo que verifica o cumprimento de leis e regulamentos em estabelecimentos comerciais, industriais etc.” ou, por extensão de sentido, “aquele que verifica o cumprimento de qualquer ordem, regulamento ou determinação; inspetor, fiscalizador” e *governadora*, forma que, diacronicamente, era atribuída à “esposa do governador”, hoje, porém, se tem como acepção mais comum “mulher que desempenha o cargo de governador” (HOUAISS, 2009).

Dentre as formas identificadas, muitas fogem à base *chef-* e são utilizadas em contextos bem distintos daquele pretendido na formulação da pergunta, embora, em sua maioria, possuam relação com o ato de chefiar ou ser responsável por um

estabelecimento, local. No entanto, outras formas registradas demonstram a condição de associação da mulher e do seu trabalho ao âmbito doméstico.

Pinto (2014) analisou seis capitais de três regiões do Brasil também utilizando o *corpus* do Projeto ALiB, tendo dois pontos coincidentes com esta pesquisa (Fortaleza e Salvador). A autora também verificou em sua pesquisa que houve predominância da variante *a chefe*, com 87,3% do total.

5.4 O FEMININO DE *LADRÃO*

Ladrão vem do latim *latro-ōnis* (CUNHA, 1999). Houaiss (2009) registra a entrada *ladra*, como feminino de *ladrão*, com a acepção “mulher que furta ou rouba”. Na comparação com outras línguas, verificou-se que, no espanhol, a forma referente à *ladra* sofre o processo de flexão, *ladrón, ona*, assim como no francês com uma terminação específica para alguns femininos, do masculino *vouleur* tem-se o feminino *vouleuse*.

Para o feminino de *ladrão*, foram registradas seis diferentes formas. Dentre as variáveis em análise, esse é o único caso em que a predominância não é da variante padrão, *ladra*, e sim da variante *ladrona*, com 61% do total.

O sufixo *-ona*, utilizado na variante predominante, *ladrona*, é feminino de nomes terminados em sufixo *-ão*, muitas vezes com indicativo pejorativo. Cunha e Cintra (2008, p. 207) já chamam atenção para o uso frequente da variante *ladrona* em sua gramática, algo que pode ser evidenciado pelo seu alto índice de uso. Embora o seu uso já esteja documentado e seja tão frequente, como os dados revelaram, a forma não é aceita como padrão.

INQ. - *Um homem que rouba você diz que é ladrão, e quando é uma mulher?*

INF. – **Ladra.**

INQ. - *E você só fala assim? Se for mulher, não fala de outra forma?*

INF. - *Não. Acho que o pessoal... se usa mais aqui é **ladrona**.*

(Maceió/AL, inf. 5 – Homem, faixa I, universitário)

INQ. - *Um homem que rouba a gente diz que é ladrão e quando é uma mulher?*

INF. - **Ladra**

INQ. - *E chamam de outro jeito?*

INF. - **Ladrona**

INQ. - *E o que é mais comum?*

INF. - *Aqui chamam mais de **ladrona**, mas eu acho que o certo é **ladra**.*

INQ. - *Não tem isso de certo, eu quero saber aqui..*

INF. - **Ladrona**

(Juazeiro/BA, inf. 2 – Mulher, faixa I, fundamental)

Ladra, a variante padrão, teve 32,3% do total e o seu feminino seria uma exceção dos substantivos terminados em *-ão*, pois além da perda da vogal *-o*, há a perda da nasalidade. Houaiss (2009) explica que, provavelmente, a forma origina-se de *ladro*, uma forma com mesmo sentido de *ladrão*. Isso explicaria a alteração morfológica, *ladro, a*.

INQ. - *Um homem que rouba você diz que é ladrão, se for uma mulher é o que?*

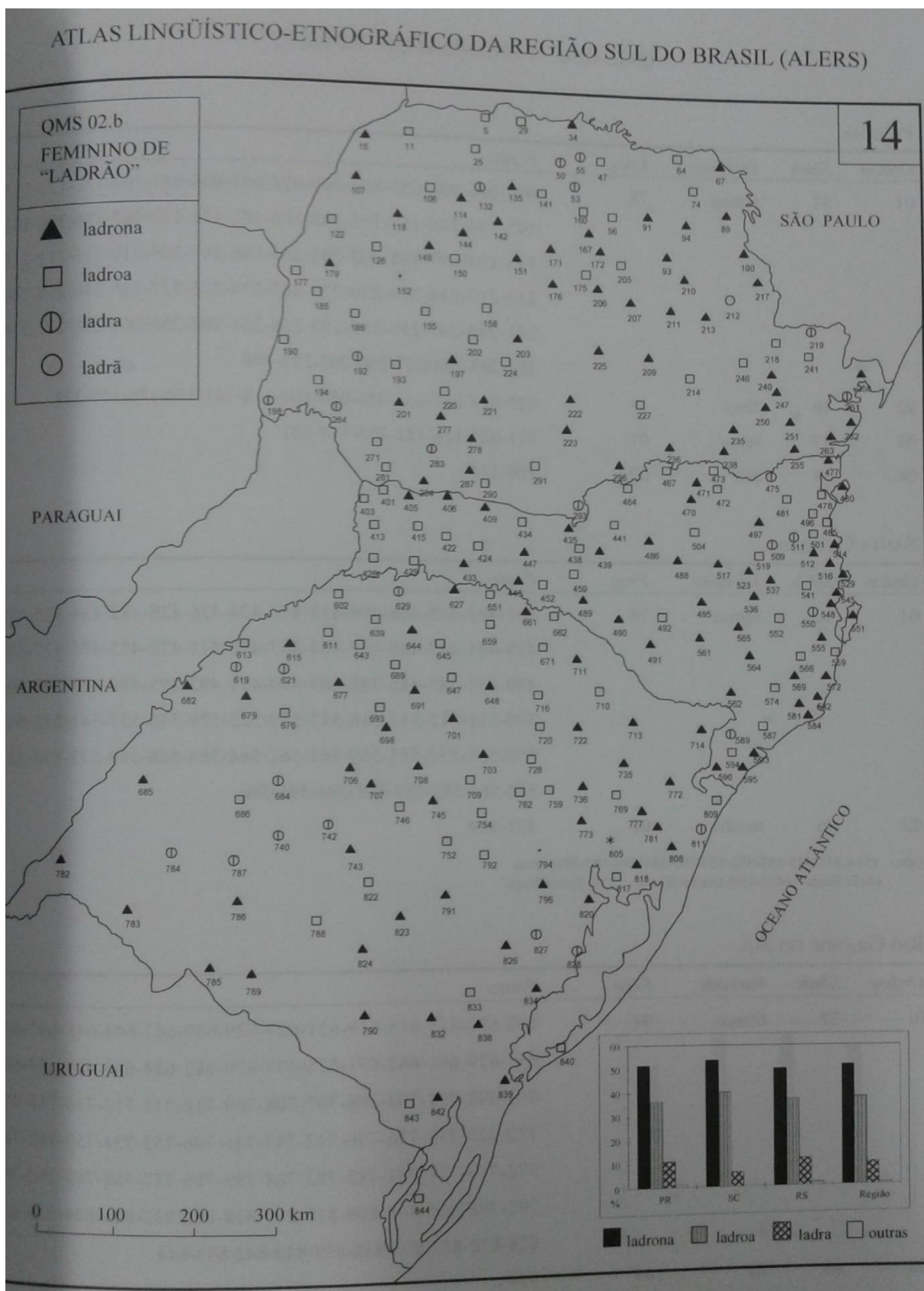
INF. - **Ladrona** ou **ladra**.

(Teresina/PI, inf. 2 - Mulher, faixa I, fundamental)

Seguindo-se a análise, documentou-se, ainda, a variante *ladroa* com o sufixo *-oa* que, como visto anteriormente, no item 5.2, também é presente na língua como feminino de *-ão*. Cunha (1999) cita, ainda, o registro da forma *ladroa* em registros do século XIII, sendo substituída por *ladra* desde o século XVI.

Com apenas uma ocorrência registraram-se, também, *ladrã*, *bandida* e *ladrão*. *Ladrã* embora não seja forma corrente na língua, nem registrada nos dicionários e gramáticas consultadas, tem a formação seguindo a regularidade dos nomes terminados em *-ão*, assim como em *alemão* > *alemã*, excluindo-se a vogal temática. A variante também foi registrada em ocorrência única no Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS) presente na localidade de número 212, cidade de Campo Mourão, no estado do Paraná, como se vê a seguir:

FIGURA 9 – Carta do ALERS para o feminino de *ladrão*



Fonte: KOCH et al, 2011, p. 313

Bandida foi a única forma para essa variável que utilizou outra raiz. É importante observar, neste caso, que essa é uma das palavras que desafia a definição de que a flexão não produz alteração de sentido e não atribui valor. Em Houaiss (2009) o substantivo feminino *bandida* é visto como um regionalismo brasileiro, de uso informal e pejorativo, quando possui a acepção “mulher que pratica a prostituição ou tem vida sexual promíscua; piranha”. Por outro lado, o substantivo masculino *bandido* possui acepção “indivíduo que pratica atividades criminosas” e pode sofrer alteração flexional. Essa observação pode ser identificada por um falante do português vernacular como forma corrente em muitos contextos. Diante do contexto exposto no questionário, no entanto, o mais provável é relacionar a resposta do informante à segunda acepção.

Por fim, registrou-se, ainda, *ladrão*, mesma forma do masculino. Segundo Nunes (1956) o *-ão* é a forma mais comum de aumentativo para substantivos e adjetivos no português, oriunda do latim *-one*, mas também pode ter a ideia de grande tendência a praticar uma ação designada pelo tema que é, neste caso, verbal.

5.5 O FEMININO DE *PRESIDENTE*

O termo *presidente* vem do latim *praesidēns-entis* com o sentido de “assentado adiante, ter o primeiro lugar; dirigir, administrar” (CUNHA, 1999). Houaiss (2009) apresenta a entrada *presidenta* como feminino de *presidente*, “1. mulher que se elege para a presidência de um país; 2. mulher que exerce o cargo de presidente de uma instituição”, embora ressalte que também seja usada a forma *a presidente*. Dessa forma, assim como em *chefe/chefa*, há duas formas consideradas padrão na língua.

Tanto no espanhol quanto no francês a forma referente a *presidenta* recebe flexão para o gênero feminino, utilizando, para cada uma das línguas, a forma mais corrente de flexão: no espanhol *presidenta*, *a* (MOLINER, 1994), assim como no português, e no francês o par *président*, *e* (LAROUSSE, 2010).

A forma mais frequente nos dados da pesquisa foi *presidente*, com 59,6% do total e essa forma implica a aceitação de *presidente* como substantivo comum de dois gêneros. O sufixo *-ente* tem origem latina e, segundo Nunes (1956), era adicionado aos verbos para formar o particípio do presente em nomes masculinos e femininos,

no singular. Já no latim o sufixo era usado para determinar agentes de ambos os sexos, caso de *defendente*, *requerente*.

INQ. - E se na presidência da república estivesse uma mulher, seria o que?

INF. - Se ela fosse **presidente**? Eu acho que pra chamar, eu ia chamar do mesmo jeito, de igual pra igual.

(Maceió/AL, inf. 2 – Mulher, faixa I, fundamental)

Segundo Gonçalves (2006) e Marinho (2009, p. 123), “adjetivos X-NTE atribuem agentividade aos substantivos a que se reportam, embora em grau menor quando comparados com adjetivos X-DOR”. Outros exemplos de profissionais são *feirante*, *atendente* e *palestrante*, porém, essa formação não é muito produtiva.

Pode-se assumir, no entanto, a proposta de que o substantivo pode sofrer a flexão de gênero com o uso da desinência –a e formar o feminino em *presidenta*. A forma flexionada foi registrada como primeira resposta em 33,4% dos inquiridos em análise.

INQ. - E se na presidência da república estivesse uma mulher, como é que a gente se referia a ela?

INF. - Eu não sei

INQ. - Não sei se tem não, mas vamos imaginar...

INF. - Eu nunca... nunca teve.

INQ. - Mas vamos dizer que vai ter.

INF. - Não sei, não sei se existe. Ó... na novela, tem uma novela que tem uma presidente. Aí chamam de **presidenta**, só que eu não sei se é certo.

Porque novela.. Novela você sabe, né? Ensina muita coisa errada, então...

É que nem maestrina. Outro dia me perguntaram: qual o feminino de maestro? Eu só vejo maestro homem. Aí tem poucos anos assim que eu soube que era maestrina, porque ninguém... Quer dizer, alguém já deve ter dito na infância, professora de primário, essas coisas, mas a falta de uso... Aí eu falei: ai meu Deus, vou procurar saber. Ai eu vi que era maestrina. Agora presidente **eu não sei**, não tenho a mínima ideia.

(Salvador/BA, inf. 6 – Mulher, faixa I, universitária)

Com apenas duas ocorrências, registrou-se, ainda, *governadora*, forma que representa o cargo político de mulheres responsáveis por administrar um estado conforme mandato.

As demais formas foram registradas apenas uma vez. Foram elas: *empresária*, *mulher na presidência*, *prefeita*, *presidência* e *presidente feminina*. *Empresária*, como visto no ponto 5.2, é o feminino de *empresário*, “aquele que é dono ou dirigente de uma empresa ('organização'), ou que opera no agenciamento de negócios; homem de negócios” ou “aquele que cuida dos interesses profissionais e financeiros de pessoa(s) que tem (têm) um desempenho público destacado” (HOUAISS, 2009).

Mulher na presidência foi uma estratégia utilizada pelo informante em questão a fim de expressar o gênero sem alteração morfológica do vocábulo. *Prefeita* é a mulher que assume o mandato para administrar, neste caso, uma cidade ou município. Uma possível explicação para o uso das formas *prefeita* e *governadora* diante da questão realizada é a já familiaridade dos informantes com mulheres assumindo estes cargos, enquanto o mesmo não ocorre com o cargo da presidência de um país.

Foram registradas, ainda, *presidência*, cujo sufixo *-ência* é formador de outros substantivos, tais como ocorre com *presidência* > *presidente* e é o cargo que assume um presidente, conforme Houaiss (2009), havendo, neste caso, uma extensão do sentido; e *presidente feminina*, outro exemplo de estratégia lexical para demarcar o gênero do ser.

Pinto (2014), em seu trabalho já citado, verificou melhor aceitação pela opção flexionada *presidenta*, diferentemente do que ocorreu com *chefa*. Ainda assim, como nesta pesquisa, os dados revelaram que houve 60% de preferência pela variante *presidente* e 37% pela variante *presidenta*, valores que se aproximam do encontrado no presente trabalho.

Gouveia (1998) também analisa o problema em se determinar o gênero feminino de muitas profissões antes não ocupadas por mulheres. Dentre elas, cita como invariáveis *chefe* e *presidente*.

Ainda sobre o feminino de *presidente* é importante observar que há uma mobilização quanto ao uso da forma *presidenta*. Duas leis autorizam e recomendam o uso de flexão para nomes de cargos ocupados por mulheres: na Lei Nº. 2.749, de 2 de abril de 1956, prega-se a adoção do gênero nos nomes de acordo com o sexo

daqueles que exercem funções públicas; mais recentemente, na Lei Nº. 12.605, de 3 de abril de 2012, é prevista, ainda, a flexão de gênero para designar profissões e grau obtido em diplomas.

No Brasil, com a presença de uma mulher ocupando o cargo de presidência e também ocorrências de mulheres candidatas, a questão está bastante presente nas discussões. As campanhas publicitárias presidenciais de mulheres constituem, particularmente no momento atual, a partir do ano de 2010, fonte para o acompanhamento do uso das formas linguísticas para expressão do feminino de *presidente*, como se vê nas imagens de campanhas presidenciais a seguir:

Na primeira vez em que concorreu ao cargo da presidência, Dilma Rousseff utilizou em sua campanha publicitária o termo *presidente*.

FIGURA 10 – Campanha publicitária de Dilma Rousseff em 2010



Fonte: <http://www.cearanews7.com.br>

Com o apoio do então presidente Lula, e com o fato de não haver até aquele momento uma mulher assumindo o cargo de presidência no Brasil, muito provavelmente optou-se por continuar assumindo o termo *presidente*, já conhecido dos eleitores e que não causa qualquer tipo de estranheza.

Logo após a sua eleição, no entanto, passou a utilizar o termo *presidenta*, o qual solicitou que fosse utilizado para se referir a ela. O uso, no entanto, como se vê ainda hoje, não é tão frequente e parece ainda não haver muita aceitação e preferência dos falantes por esse termo. Até mesmo na mídia, observa-se uma clara divisão entre meios de comunicação que continuam a usar o termo *presidente* e

aqueles que, por preferência de natureza política, utilizam o termo com gênero marcado, *presidenta*.

Posteriormente, na sua campanha de reeleição, já em 2014, passou a utilizar o termo *presidenta*, como se vê na figura 10, a seguir:

FIGURA 11 - Campanha publicitária de Dilma Rousseff em 2014



Fonte: <http://www.dilma.com.br>

A escolha do termo utilizado pelas demais candidatas também parecem refletir a inclinação política dos seus partidos.

Quando candidata em 2010, pelo Partido Verde (PV), Marina Silva, cujo foco político está em defender as causas referentes ao meio ambiente, utilizou na sua campanha o termo *presidente*, momento em que, como já evidenciado, não havia precedente de mulher ocupando o cargo da presidência do Brasil.

FIGURA 12 - Campanha publicitária de Marina Silva em 2010



Fonte: [http:// ed-arte.blogspot.com](http://ed-arte.blogspot.com)

Posteriormente, na campanha de 2014, a candidata utilizou novamente o termo *presidente*. Neste momento, ressalta-se, no entanto, a diferente situação do seu processo de candidatura. Inicialmente determinada apenas como candidata à vice-presidência, precisou substituir emergencialmente o então candidato à presidência, Eduardo Campos, após a sua morte em acidente aéreo já durante a campanha.

FIGURA 13 - Campanha publicitária de Marina Silva em 2014



Fonte: <http://marinasilva.org.br>

De modo contrário, no entanto, posiciona-se a candidata em 2014 Luciana Genro. Com inclinação política esquerdista, a candidata optou pelo termo *presidenta* em sua campanha pela presidência da república. Cabe também ressaltar que as propostas e discurso da candidata sempre enfatizaram o seu papel de ativista feminista, motivo pelo qual, acredita-se ter elegido tal termo para a sua campanha.

FIGURA 14 - Campanha publicitária de Luciana Genro em 2014



Fonte: <http://lucianagenro.com.br>

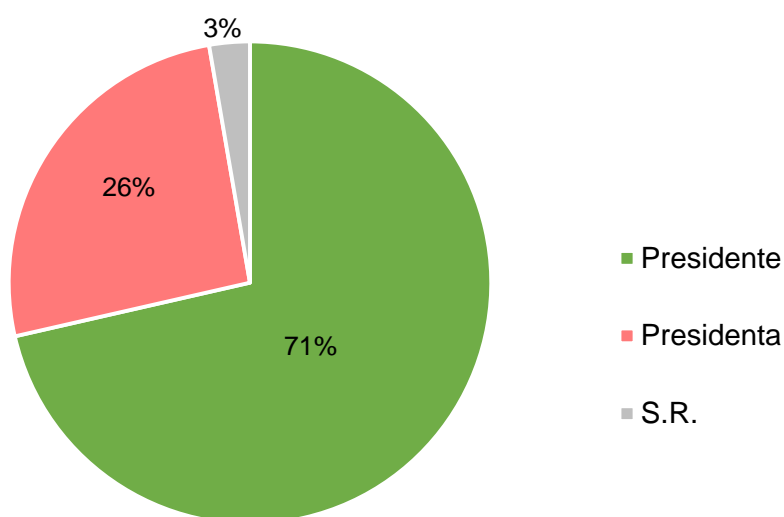
Por fim, analisam-se separadamente os inquéritos realizados no período após a eleição de Dilma Rousseff para presidência do Brasil em 2011. Foram realizados 74 inquéritos em 20 localidades da rede de pontos da pesquisa já com Dilma Rousseff na presidência do Brasil. Objetiva-se com essa breve análise de caráter cronológico

verificar se os informantes, nas suas respostas, após a eleição de uma mulher, manifestaram preferência pela forma marcada, *presidenta*.

O total de inquéritos realizados após a eleição de uma mulher na presidência do Brasil representa 21,5% do total dos inquéritos e foi realizado em 26% do total de localidades. Ou seja, embora representativo, os dados são mais restritos e, por isso, optou-se por realizar a análise separadamente.

Nos 74 inquéritos analisados, foram encontradas as variantes *presidente*, *presidenta* e S.R. Essa restrição dos dados já representa uma diminuição do número de possibilidades em comparação às encontradas no universo total da pesquisa.

GRÁFICO 5 – Resultados percentuais de feminino para *presidente* em inquéritos realizados após a eleição de Dilma Rousseff



Observa-se nos dados expostos que, ao contrário do esperado, não houve aumento no uso da variante *presidenta* após o início do mandato de uma mulher na presidência da república.

TABELA 2 – Comparativo de formas de feminino para *presidente* antes e depois da eleição de Dilma Rousseff

	Antes de Dilma (%)	Depois de Dilma (%)
Presidente	59,6	71
Presidenta	33,4	26
Outras variantes	2,1	0
S.R.	4,9	3
Total	100	100

Verifica-se que houve um aumento de uso para a forma *presidente*, ao mesmo tempo em que houve diminuição de uso de *presidenta*. O número de outras variantes, incluindo as que tinha base *president-* e as que tinham outra base diminuiu, pois nesse segundo momento não foram registradas outras variantes além das duas aceitas como padrão. O número de casos sem resposta também diminuiu no segundo momento.

Esses dados corroboram com a hipótese de que, embora após a sua eleição a presidenta Dilma Rousseff tenha tentado estabelecer a forma *presidenta* na língua, não há indício que leve a crer que a forma irá, de fato, se fixar como forma corrente.

5.6 CONSIDERAÇÃO SOBRE AS DEMAIS OCORRÊNCIAS

Além das primeiras ocorrências já analisadas, outras variantes foram citadas por informantes e serão examinadas separadamente neste item. As demais formas ocorreram voluntariamente ou após mais questionamentos para os conceitos em questão. Além disso, algumas dessas ocorrências foram as respostas iniciais para os questionamentos, porém, por se afastarem muito das respostas esperadas e ao continuarem sendo questionados acerca de mais variantes para os conceitos em questão, deram uma resposta mais próxima da esperada. Neste caso, as respostas esperadas foram consideradas nos itens anteriores e as demais serão consideradas aqui.

Para o feminino de *alemão*, foram registradas como outras variantes, 13 ocorrências das formas *alemã*, *alemanha*, *alemão* e *estrangeira*. Essas variantes já foram analisadas anteriormente e referem-se a outras possibilidades de morfemas

concatenados à base *alem-* e a forma *estrangeira* refere-se a um termo mais geral utilizado em lugar de outro mais específico.

Para o feminino de *chefe*, assim como já observado anteriormente, houve um grande número de variantes utilizadas para o conceito em análise. Em 21,2% dos inquiridos, nos inquiridos de 73 informantes, foram registradas outras variantes além das primeiras. As variantes já analisadas anteriormente foram *administradora*, *chefa*, *chefe*, *chefia*, *dona de casa*, *empresária*, *encarregada*, *fiscal*, *gerente*, *governadora* e *patroa*.

Além dessas variantes já analisadas, foram registradas outras 12 variantes. Algumas dessas variantes se referem a cargos de chefia específicos, tais como *diretora*, *dona*, *doutora*, *executiva*, *líder*, *presidente* e *supervisora*. Há, ainda, outros cargos profissionais variados como *governanta* e *secretária*. Esses cargos são comumente ocupados por mulheres, mas não são, necessariamente, cargos de chefia como expresso na pergunta.

Foi registrada também a variante *mandachuva*, segundo o dicionário Houaiss (2009) um regionalismo informal com as acepções “1. indivíduo com importância e influência; magnata; 2. indivíduo que dá ordens, comanda, decide, lidera; chefe, maior; 3. chefe político, esp. em regiões ou cidades do interior; coronel”, ou seja, um termo informal que expressa o conceito de chefia e pode ser utilizado para designar tantos homens quanto mulheres. Ressaltam-se, por fim, as ocorrências das variantes *cabeça do casal* e *dona do lar*, ambos termos bastante restritos ao ambiente doméstico evidenciando, novamente, a associação da mulher ao campo familiar.

Para o feminino de *ladrão* registraram-se novamente as variantes *ladra*, *ladroa* e *ladrona*. Outras variantes encontradas foram *gatuna*, feminino de *gatuno*, “que ou aquele que furta; ladrão” (HOUAISS, 2009) e *lacraia*, nome de um animal, mas que pode ser também compreendido como um termo pejorativo para se designar uma mulher.

Por fim, para o feminino de *presidente*, foram registradas outras 19 ocorrências. As variantes analisadas anteriormente foram *governadora*, *presidenta* e *presidente*. As demais ocorrências foram: as formas *deputada* e *vereadora*, outros cargos políticos que já são comumente ocupados por mulheres; a forma mais geral *governante*; a forma *primeira-dama* que se refere a esposa de um governante e que não ocupa qualquer relevância nas decisões políticas; a forma *chefe*, também alvo da pesquisa e que é um termo referente a alguém que ocupa um cargo de chefia e; as

profissões *advogada* e *enfermeira*, que podem ser ocupadas por mulheres, mas não possuem relação com o cargo de presidência.

5.6 ENCAIXAMENTO DAS VARIÁVEIS SOCIAIS

Analisaram-se, até aqui, os resultados considerando-se o universo total de dados nas 77 localidades do Nordeste estudadas. Considera-se relevante, no entanto, observar de que forma se comportam os dados analisando os contextos sociais específicos nos quais eles se encontram a fim de se compreender quais são os fatores sociais/extralinguísticos influenciadores para a seleção de uso das palavras aqui consideradas.

5.6.1 Variáveis sociais: diatopia

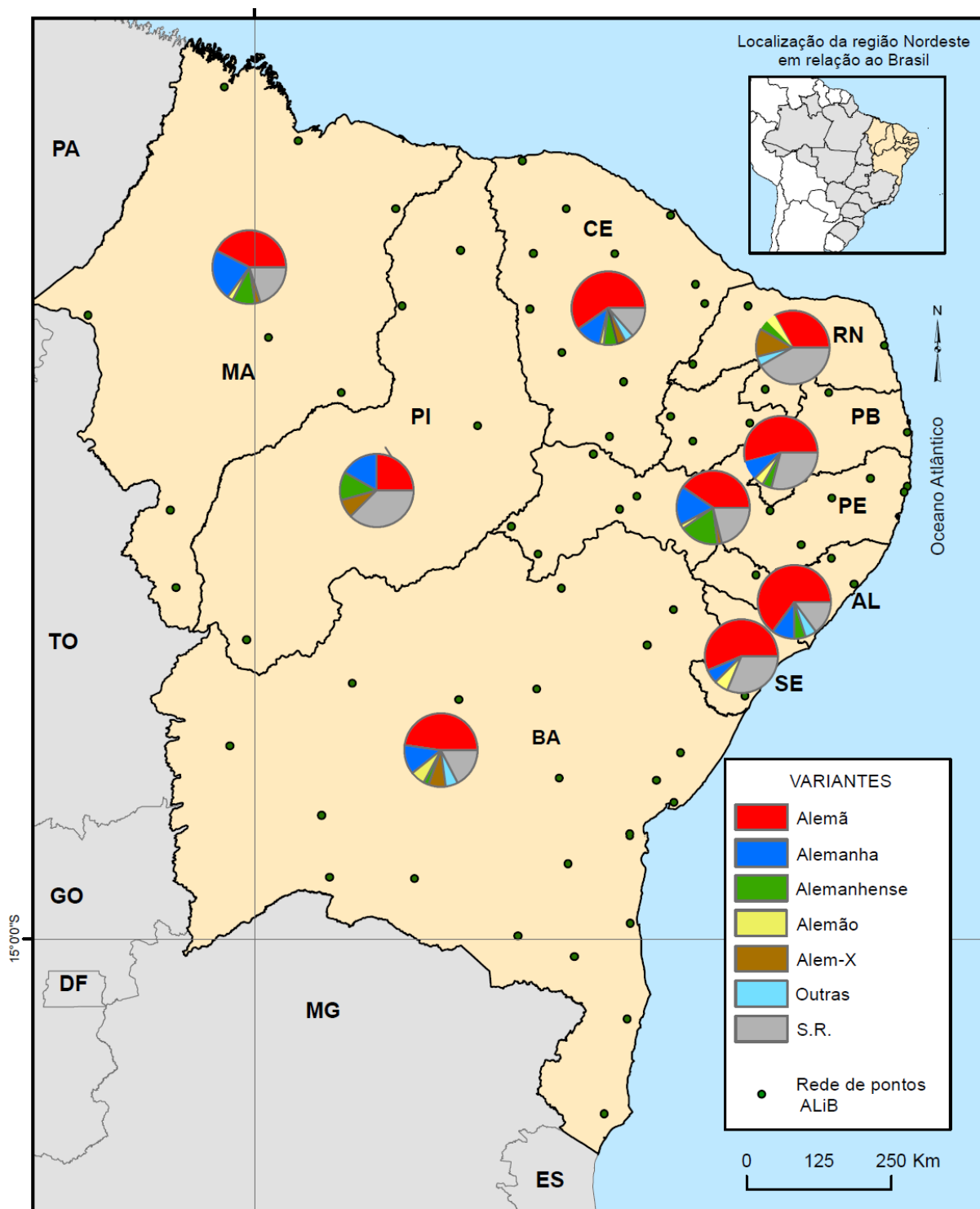
Embora se constitua a região Nordeste como um exemplo de unidade em vários aspectos, a região é plural e apresenta variação em todos os aspectos linguísticos. Prova disso é a divisão dialetal proposta por Antenor Nascentes (1953) que leva em consideração não as fronteiras geográficas, mas linguísticas, como se vê na figura 12 a seguir. Embora o foco da caracterização do país em zonas linguística sejam os aspectos fonético-fonológicos, trabalhos de outras áreas utilizam a mesma divisão como base para conhecer as características da região.

FIGURA 15 – Divisão dialetal proposta por Nascentes



Fonte: NASCENTES, 1953, p. 19

A fim de se conhecer as características linguísticas no que tange ao uso de formas de feminino para os vocábulos em análise, com o suporte do método geolinguístico, foram elaborados mapas que demonstram a utilização de formas específicas em cada um dos nove estados da região Nordeste.

FIGURA 16 – Formas para feminino de *alemão*: distribuição por estado

Fonte: Questionários Projeto ALiB
Análise Linguística: Élide Elen Santana

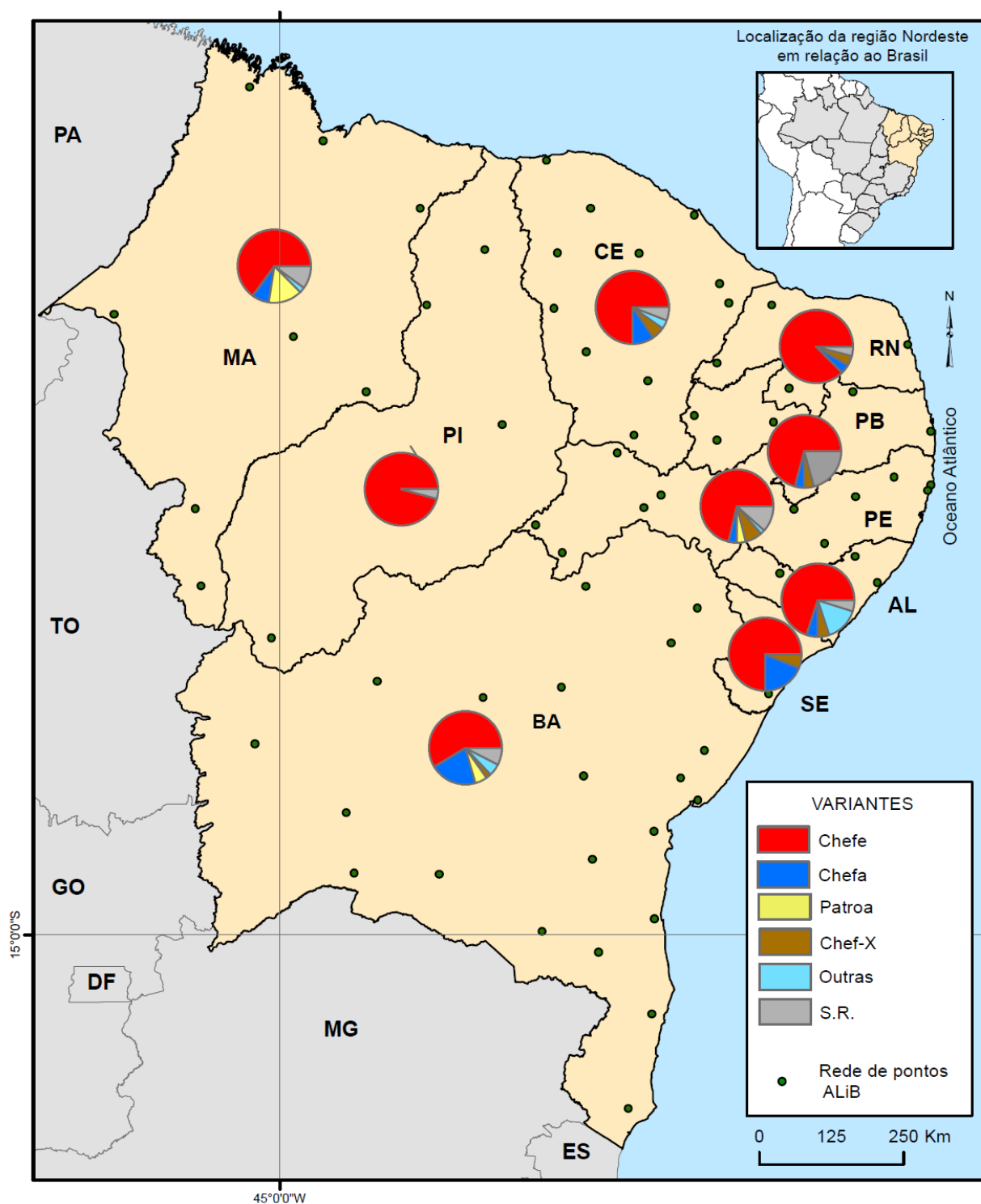
Carta Base - Fonte: IBGE, 2007
Planejamento Cartográfico e Edição: Évelen Santana

Como se pode ver na figura 15, com exceção dos estados do Rio Grande do Norte e do Piauí, em todos os outros estados houve predominância da forma *alemã*. Essa forma, no entanto, concorreu em maior ou menor grau com outras variantes.

No estado do Maranhão a variante padrão concorreu com a forma *alemanha*. Além disso, registrou-se a presença marcante de S.R. e da variante *alemanhense*. No estado do Piauí, onde predominaram casos de S.R., a forma padrão concorre com *alemanha*, *alemanhense* e outras formas de base *alem-*.

Nos estados do Ceará, Alagoas, Pernambuco e Bahia, a forma padrão aparece predominante, embora sejam registradas a presença de várias outras variantes concorrendo com *alemã*.

No Rio Grande do Norte, assim como em Piauí, registrou-se alta ocorrência de S.R., seguida da forma *alemã* e ocorrências em menor número de outras possíveis variantes. No estado da Paraíba, embora também se tenha registrado predomínio da variante padrão, ressalta-se o número de casos S.R. bastante alto. A mesma situação pode ser visualizada no estado de Sergipe.

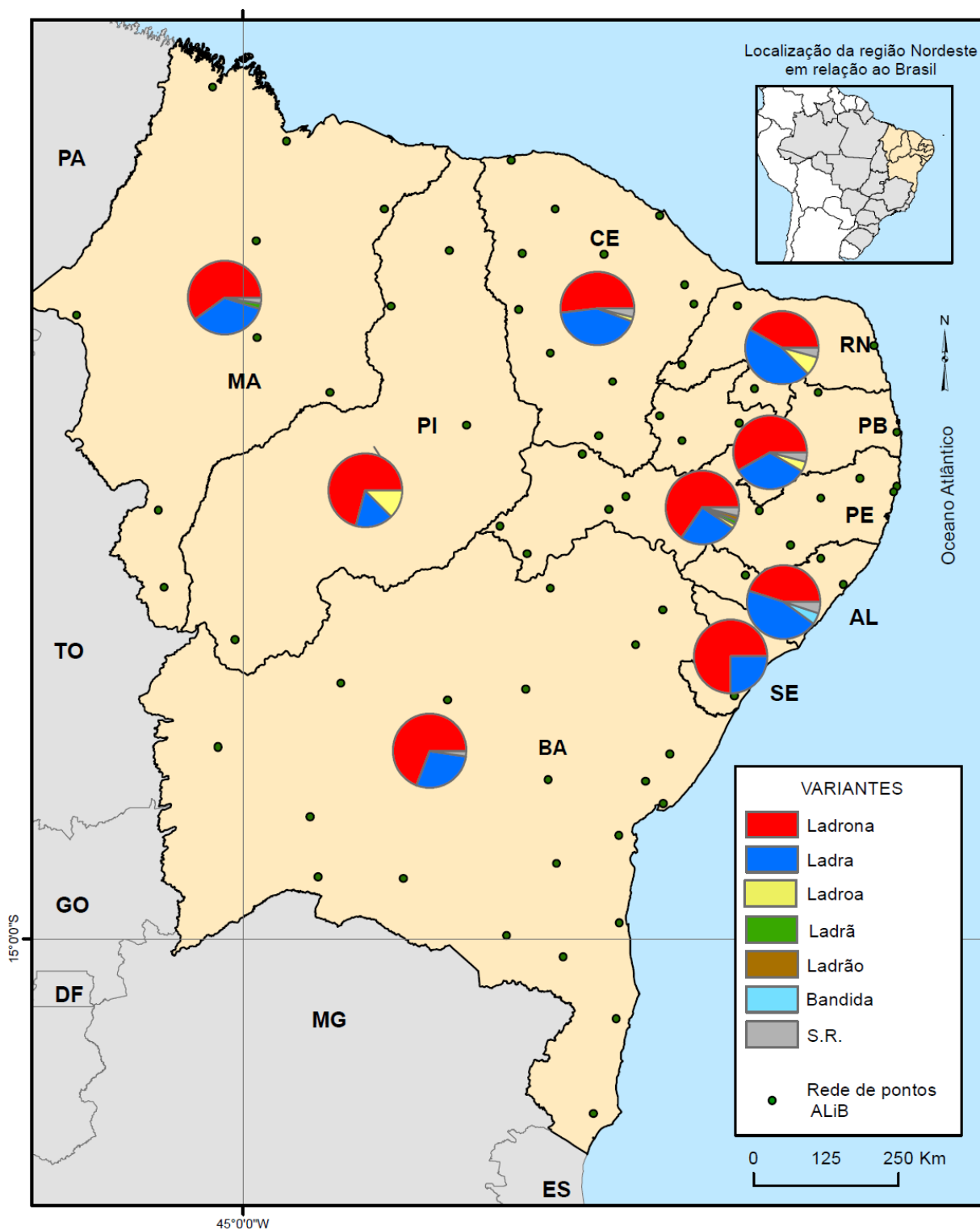
FIGURA 17 – Formas para feminino de *chefe*: distribuição por estado

Fonte: Questionários Projeto ALiB
Análise Linguística: Élide Elen Santana

Carta Base - Fonte: IBGE, 2007
Planejamento Cartográfico e Edição: Évelen Santana

No que se refere ao feminino de *chefe* em todos os estados foi registrada a predominância para variante sem flexão de feminino – *chefe*. Nos estados do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte a variante predomina em relação às demais, com altos índices de ocorrência. No Piauí, por exemplo, essa foi a única variante ocorrida, os demais casos foram de informantes que não responderam.

Nos estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco, Alagoas e Bahia registrou-se um grande número de variedade de formas possíveis, embora em menor número de uso. Paraíba e Alagoas também registraram grande presença da forma *chefe*. Apenas nos estados de Alagoas, Sergipe e Bahia a variante com flexão de gênero feminino, *chefa*, demonstrou presença significativa.

FIGURA 18 – Formas para feminino de *ladrão*: distribuição por estado

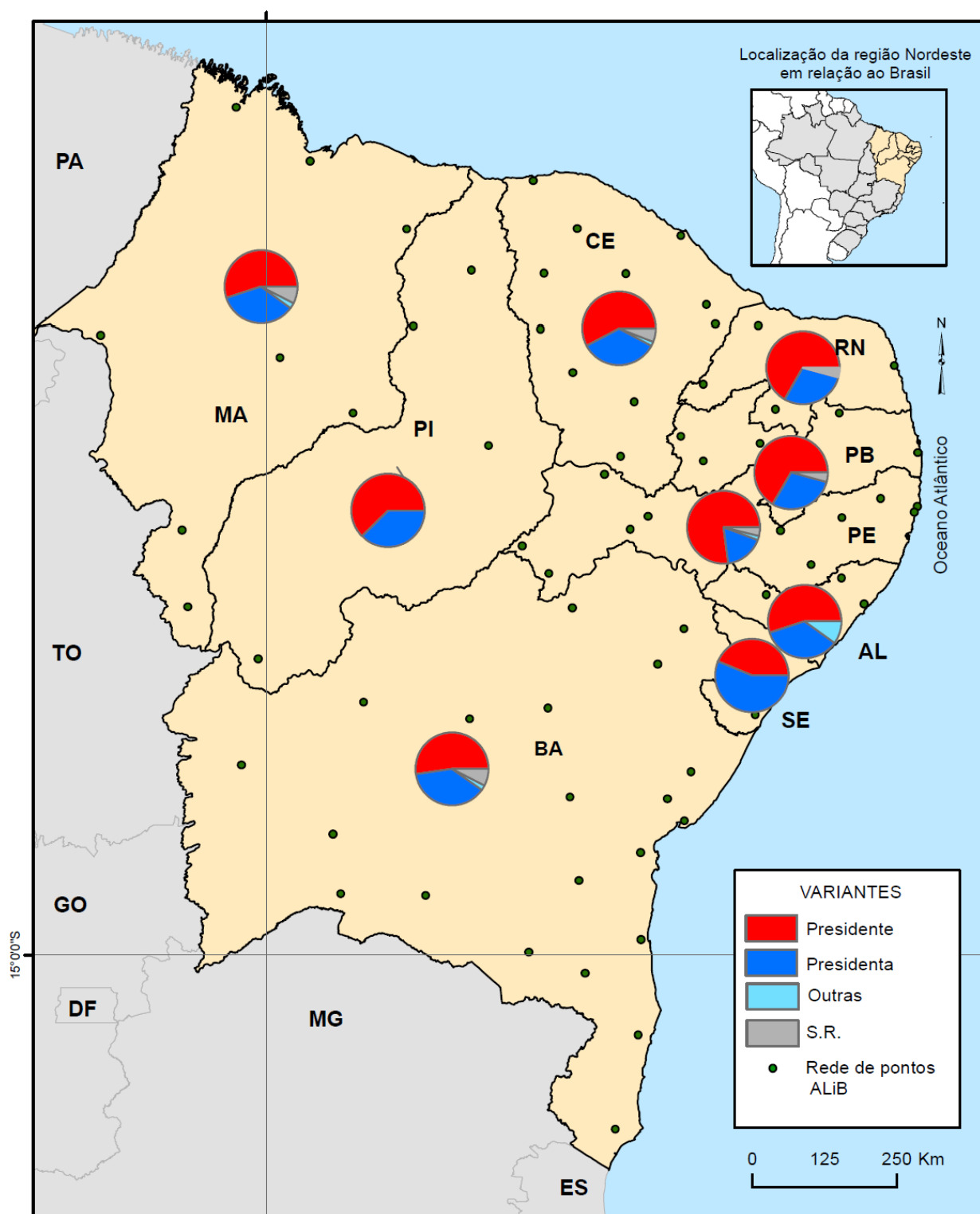
Fonte: Questionários Projeto ALiB
Análise Linguística: Élide Elen Santana

Carta Base - Fonte: IBGE, 2007
Planejamento Cartográfico e Edição: Évelen Santana

Na figura 17 expõem-se os dados referentes ao feminino de *ladrão* e a sua distribuição por estado. Primeiramente ressalta-se que apenas no estado do Rio Grande do Norte houve leve predominância da variante *ladra* em comparação com *ladrona* que predominou nos resultados totais, 45,8% contra 41,7%. No estado do Alagoas essas duas variantes apresentaram igual percentual de ocorrência, 45% cada.

Nos demais estados houve predomínio da variante *ladrona*. Na Bahia e em Sergipe só foram documentadas essas duas variantes: *ladrona* e *ladra*. No Maranhão foi registrada a única ocorrência de *ladrã* e no estado do Piauí registrou-se, além delas, *ladroa*.

Nos demais estados, Ceará, Paraíba e Pernambuco, registrou-se predomínio da variante *ladrona*, seguindo de *ladra* e outras variantes em menor número de ocorrências.

FIGURA 19 – Formas para feminino de *presidente*: distribuição por estado

Fonte: Questionários Projeto ALiB
Análise Linguística: Élide Elen Santana

Carta Base - Fonte: IBGE, 2007
Planejamento Cartográfico e Edição: Évelen Santana

Por fim, analisa-se o encaixamento da variável diatopia para as formas de feminino de *presidente*. Os dados expostos na figura 18 demonstram que apenas no estado de Sergipe houve predomínio da forma flexionada *presidenta*. Em todos os demais estados predominam a variante sem flexão – *presidente*.

Nos estados do Maranhão, Ceará, Pernambuco, Alagoas e Bahia houve também a presença de outras variantes além dessas duas formas padrão.

5.6.2 Variáveis sociais: sexo

A hipótese inicial acerca da variável sociolinguística sexo era de que as mulheres, como forma de afirmação e motivadas pelo discurso com bases feministas que debatem o uso de determinadas formas linguísticas como valorização do papel social das mulheres, fizessem mais uso de variantes condizentes com essa situação.

Como se vê na tabela 3, de modo geral, não se pode afirmar que a variável sexo é de grande influência para o fenômeno em questão. É possível perceber um equilíbrio nos resultados encontrados. Destaca-se, ainda, como fator influenciador, o alto número de ocorrências únicas que não permitem qualquer afirmação acerca da preferência de uso de qualquer que seja o grupo social em análise.

TABELA 3 - Formas de feminino na região Nordeste: variação diasssexual

Forma padrão de masculino	Formas de feminino							
	Variantes padrão			Variantes não-padrão			S.R.	
		%			%			
		H	M		H	M	H	M
Alemão	Alemã	51,2	48,8	Alemanha	48,9	51,1	42,1	57,9
				Alemanhense	50	50		
				Alemão	58,3	41,7		
				Estrangeira	37,5	62,5		
				Alemanheira	50	50		
				Alemona	100	0		
				Alemona	100	0		
				Alemanista	0	100		
Chefe				Patroa	38,5	61,5	60,7	39,3
				Chefia	80	20		

	Chefe	46,5	53,5	Gerente	80	20		
				Chefe de família	50	50		
				Administradora	100	0		
				Chefe de casa	0	100		
				Chefeira	0	100		
				Chefiadora	0	100		
				Chefiante	0	100		
	Chefa	60	40	Chefinha	100	0		
				Chefona	100	0		
				Coordenadora	100	0		
				Dona de casa	100	0		
				Empresária	0	100		
				Encarregada	100	0		
				Fiscal	100	0		
Ladrão	Ladra	54	46	Ladrona	48,1	51,9	30	70
				Ladroa	55,5	44,5		
				Ladrã	100	0		
				Bandida	100	0		
				Ladrão	0	100		
Presidente	Presidente	50,7	49,3	Governadora	100	0	29,4	70,6
				Empresária	100	0		
				Mulher na presidência	0	100		
	Presidenta	51,3	48,7	Prefeita	0	100		
				Presidência	100	0		
				Presidente feminina	0	100		

No entanto, é possível se fazerem algumas observações mais gerais para fatos observados com maior relevância: no que se refere ao feminino de *chefe*, é possível notar preferência das mulheres para o uso da variante *patroa*. Tal situação pode se dever ao fato de que muitas profissões ocupadas por mulheres, a exemplo de empregadas domésticas, têm por costume o uso da variante *patroa* para denominar a dona da casa na qual se trabalha. Para confirmar a hipótese, no entanto, far-se-ia necessário a análise cuidadosa das profissões ocupadas no momento e no passado pelas mulheres componentes do *corpus* da pesquisa.

De igual modo, nota-se a preferência dos homens para as variantes *chefia* e *gerente*. Assim como no fato destacado acima, as variantes em destaque podem ser associadas a profissões e ambientes de trabalho mais frequentemente ocupados por homens.

Sobre a mesma variável foi possível observar, ainda, o maior índice do uso de *chefa* por mulheres, colaborando com a hipótese inicial de que elas impulsionariam o uso de variantes que enfocassem a posição feminina, assim como a diferença de índice para os casos sem resposta para homens quando questionados acerca da mulher na posição de chefia, demonstrando pouca familiaridade e conhecimento para tratar do tema.

Seguindo um caminho oposto, notam-se maiores índices de não-resposta entre as mulheres quando questionadas acerca do feminino de *ladrão* e *presidente*.

5.6.3 Variáveis sociais: idade

O *corpus* da pesquisa considerada para análise da variável social idade duas faixas etárias. A faixa etária I agrupa os indivíduos mais jovens, entre 18 e 30 anos e a faixa etárias II com indivíduos entre 50 e 65 anos. A hipótese inicial indicava que os informantes mais jovens, devido ao maior contato com a sociedade atual na qual a mulher é mais presente na atuação dos mais diversos papéis sociais, fizessem maior uso de variantes que enfatizassem essa situação. Assim como já se evidenciou no item anterior, o alto número de variantes registradas apenas uma vez, impossibilita comentários conclusivos sobre a variável em questão.

TABELA 4 - Formas de feminino na região Nordeste: variação diageracional

Forma padrão de masculino	Formas de feminino							
	Variantes padrão			Variantes não-padrão			S.R.	
		%			%			
		I	II		I	II	I	II
Alemão	Alemã	52,5	47,5	Alemanha	28,9	71,1	56,6	43,4
				Alemanhense	62,5	37,5		
				Alemão	41,7	58,3		
				Estrangeira	62,5	37,5		
				Alemanheira	50	50		
				Alemona	0	100		
				Alemona	50	50		
				Alemana	100	0		
				Alemanhista	0	100		
Chefe				Patroa	46,2	53,8	53,6	46,4
				Chefia	40	60		

	Chefe	51,8	48,2	Gerente	20	80		
				Chefe de família	50	50		
				Administradora	0	100		
				Chefe de casa	0	100		
				Chefeira	100	0		
				Chefiadora	0	100		
				Chefiante	100	0		
	Chefa	37,2	62,8	Chefinha	100	0		
				Chefona	100	0		
				Coordenadora	0	100		
				Dona de casa	0	100		
				Empresária	0	100		
				Encarregada	100	0		
				Fiscal	100	0		
Ladrão	Ladra	50,5	49,5	Ladrona	49	51	60	40
				Ladroa	55,5	44,5		
				Ladrã	0	100		
				Bandida	100	0		
				Ladrão	100	0		
Presidente	Presidente	50,2	49,8	Governadora	50	50	58,8	41,2
				Empresária	100	0		
				Mulher na presidência	0	100		
	Presidenta	48,7	51,3	Prefeita	0	100		
				Presidência	0	100		
				Presidente feminina	100	0		

Novamente a análise geral dos dados não revelou influência do fator diageracional para o estudo do fenômeno em questão. É possível identificar um equilíbrio entre as variantes utilizadas por ambas as faixas etárias.

Diferenças mais expressivas entre os dados das faixas etárias foram encontradas em algumas poucas variantes, como se descreve a seguir. O uso predominante da variante *alemanha* por informantes da faixa etária II. Bastante irregular, esta variante demonstra pouca familiaridade do informante com o item em questão.

Houve predominância de uso de *alemanhense* e *estrangeira* pelos informantes mais jovens, agrupados na faixa etária I. O sufixo *-ense*, como se viu, é bastante produtivo em gentílicos, situação que pode ter motivado a associação. O uso

de outra base, como já discutido, utiliza um termo mais geral em lugar de um mais específico e não foi possível levantar hipótese que o relacione com o fator idade.

Duas outras variantes também tiveram predominância de uso na fala de informantes da faixa etária II, *chefia* e *gerente*. É necessário ressaltar que essas duas variantes também se destacaram no fator sexo, sendo possível relacionar os fatores convergindo para uma única direção, o perfil dos informantes homens e mais velhos que possuem maior familiaridade com ambientes nos quais essas profissões e termos tenham uso mais corrente.

Por fim, destaca-se, ainda, que foram os informantes de faixa etária mais avançada que impulsionaram o uso da variante flexionada *chefe*, contrariando a hipótese anterior e foi a faixa etária mais jovem que mais se isentou da resposta para o feminino de *ladrão*, atitude que, em geral, demonstra insegurança quanto a resposta que o informante acredita ser a esperada. Este dado também converge com o fator sexo demonstrando que o alto índice de não-resposta se concentrou nas mulheres mais jovens. Diversos estudos sociolinguísticos (cf. LABOV, 2008; TRUDGILL, 1991) destacam que as mulheres são mais sensíveis às pressões sociais e demonstram mais insegurança na fala, características evidenciadas, sobretudo, no público feminino mais jovem, assim, os dados expostos dialogam com essas análises.

5.6.4 Variáveis sociais: escolaridade

Um dos fatores sociolinguísticos depreendidos do *corpus* do Projeto ALiB é o fator escolaridade. Esses dados, porém, só podem ser analisados no estudo dos dados das capitais de estado.

Os inquéritos das capitais de estado totalizam 72 informantes dos quais se pode depreender a influência da variável escolaridade. Assim como o número de inquéritos, o número de variantes diminuiu consideravelmente, representando apenas 29,5% do total. No entanto, esses dados têm muito a revelar acerca da diferença entre os diferentes níveis de escolaridade e também entre cidades do interior e grandes centros urbanos.

TABELA 5 - Formas de feminino na região Nordeste: variação por escolaridade

Forma padrão de masculino	Formas de feminino							
	Variantes padrão			Variantes não-padrão			S.R.	
		%			%			
		F	U		F	U	F	U
Alemão	Alemã	31,4	68,6	Alemanha	100	0	91,7	8,3
				Alemão	100	0		
				Alemanhense	100	0		
				Estrangeira	100	0		
				Alemanheira	100	0		
				Alemana	100	0		
Chefe	Chefe	43,8	56,2	Patroa	100	0	66,7	33,3
				Chefinha	100	0		
	Chefa	62,5	37,5	Encarregada	100	0		
Ladrão	Ladra	31,8	68,2	Ladrona	78,2	21,8	66,7	33,3
				Ladroa	100	0		
Presidente	Presidente	52,6	47,4	-	-	-	66,7	33,3
	Presidenta	45,2	54,8	-	-	-		

O percentual de uso da variante padrão *alemã* se elevou bastante, com 70,8% do total dos inquéritos das capitais em comparação aos 47% dos inquéritos totais. Na tabela 5 se vê que a presença da variante padrão é maioria entre os informantes universitários e o registro de outras variantes não-padrão só se dá entre os informantes de nível fundamental. O número de não-resposta também cai para 16,7% em comparação aos 22% dos inquéritos totais. Aqui se vê que os casos sem resposta é superior entre os informantes de nível fundamental, que demonstram incerteza acerca da variantes em questão.

Nos dados referentes ao feminino de *chefe*, assim como ocorreu com *alemão*, apenas entre os informantes de nível de escolaridade fundamental registraram-se variantes não-padrão.

No que se refere ao feminino de *ladrão*, o único momento em que o número da variante *ladra* supera a tão frequente *ladrona* é entre os falantes universitários identificados nas capitais.

Para o feminino de *presidente*, não foram registradas variantes não-padrão para o feminino de *presidente*, apenas *presidente* e *presidenta*. Por fim, ressalta-se, ainda, que, em todos os casos, o número de não-resposta é maior entre informantes de nível fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na pesquisa realizada e nos dados levantados foi possível chegar a conclusões acerca da formação de gênero feminino dos vocábulos estudados, sendo possível confirmar a maioria das hipóteses assumidas inicialmente, sobretudo acerca do encaixamento social.

Os resultados expressam a variedade de estratégias para expressão de gênero. Verifica-se a utilização de diferentes morfemas para expressar as ideias pretendidas, alguns não esperados para as variáveis em questão apesar de documentados, em dicionários e gramáticas, para outros itens lexicais.

Para além das estratégias morfológicas, destacam-se as opções lexicais adotadas para expressão de gênero, todas elas cumprindo o seu papel comunicativo. Dessa forma, os estudos linguísticos muito têm a evoluir sobre o levantamento, compreensão e sistematização dos processos que estão envolvidos na expressão de gênero dos substantivos, sobretudo os sexuados.

O feminino de *alemão* se mostrou como aquele que mais apresenta dúvida aos informantes, característica que pode ser depreendida pelo alto índice de não-respostas e grande variedade de formas, embora, mesmo diante das opções, haja predomínio da variante padrão – *alemã* – na região Nordeste.

O feminino de *chefe* demonstrou que, havendo duas possibilidades de uso, uma com marca de feminino expressa pela flexão e outra sem marca, há preferência dos informantes pela forma não-flexionada, prevalecendo, assim, a forma *chefe* em detrimento de *chefa*. Ressalta-se, também, o número de variantes encontradas que se afastam da ideia de liderança profissional, alocando a mulher no âmbito doméstico, característica que expressa que as forças sociais atuantes ainda relegam à mulher um papel secundário, privado e de pouco poder.

Acerca do feminino de *ladrão*, verificou-se que não há predomínio da forma padrão – *ladra* –, mas sim de uma forma não-padrão – *ladrona* – que, embora já reconhecida como frequente, não está exposta em todos os dicionários e gramáticas do português. Esse dado revela ser importante considerar as formas frequentes de uso na elaboração de materiais de consulta que devem refletir a realidade dinâmica da língua.

No que se refere à variável que expressa o feminino de *presidente*, assim como ocorreu com o feminino de *chefe*, a preferência dos informantes é pela forma

não flexionada. Cabe aqui ressaltar o atual momento histórico marcado pela presença de uma mulher na presidência da república e da sua declarada e reiterada opção pela forma flexionada, *presidenta*. Ainda assim, a situação não tornou essa forma frequente na língua.

No que diz respeito às variáveis sociais, embora a hipótese inicial indicasse que a variável sexo teria relevância para o estudo, foi possível concluir que não há indício que permita uma análise nessa perspectiva. De igual modo se comporta a variável faixa etária, cujos dados submetidos à análise não apontaram qualquer indício de relevância para o fenômeno em questão.

Sendo assim, para consideração do fenômeno em estudo, ressalta-se o que apontou Lucchesi (2004) acerca da realidade polarizada da língua no Brasil. Os resultados só têm a corroborar com essa hipótese uma vez que os dados da variação de acordo com a distribuição da escolaridade revelaram serem os informantes mais escolarizados os usuários das formas tidas como padrão, enquanto os demais, menos escolarizados, lideram o uso de formas não-padrão e de casos sem resposta, demonstrando a sua insegurança.

Dessa forma, destaca-se o comportamento das variáveis sociolinguísticas atuantes no processo de variação da língua, levando a crer que a língua não se isola em suas estruturas internas, mas é resultado e reflexo das forças sociais. Acerca do processo de seleção de formas de feminino, de modo mais específico, têm atuado distintas estratégias morfológicas e não-morfológicas pelos diferentes grupos sociais, sendo a escolaridade um fator determinante para a seleção de uso.

Conclui-se, também, que a determinação de gênero se dá, geralmente, por meio do processo flexional, embora essa não seja essa a única possibilidade, uma vez que há vocábulos que sofrem processo derivacional para indicação de gênero e outros que sofrem processos não morfológicos.

Para esse efeito, a descrição de gênero realizada pelas gramáticas não é eficiente ao não diferenciar esses processos, agrupando todos como se fossem uma só coisa, causando confusão até mesmo para os processos que se dão da forma mais corrente. Destarte, sugere-se que a descrição da formação de gênero seja feita de forma mais ampla, reconhecendo as variedades e agrupando os processos similares a fim de que se possa ter uma descrição mais clara e condizente com a realidade linguística observada.

Ressalta-se, além disso, que a atribuição de gênero gramatical para todos os substantivos, sejam eles sexuados ou não, não é clara nas descrições linguísticas. Com a perda do gênero neutro existente no latim, a demarcação de gênero de substantivos inanimados seguiu de forma aleatória, sem considerar critérios específicos. Sendo assim, faz-se necessária a divisão dos processos de atribuição de gênero gramatical entre os substantivos sexuados, no qual o gênero é determinado, e os não-sexuados, no qual o gênero gramatical é demarcado seguindo outros critérios que são passíveis de descrição, embora existam exceções.

A pesquisa cumpre, assim, os objetivos estabelecidos ao demonstrar que é possível se pensar num compartilhamento de usos linguísticos na região Nordeste, embora não se possa apontar os resultados obtidos como particulares dessa região do país uma vez que não se apurou a situação das demais, o que se espera venha a ser feito com a expansão dessa análise às demais áreas documentadas pelo Projeto ALiB.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. **Gramática latina**: curso único e completo. 29 ed. São Paulo: Saraiva, 2000.
- ANDERSON, Stephen R. **A-morphous morphology**. New York: Cambridge University Press, 1992.
- ARONOFF, Mark. **Word formation in generative grammar**. Cambridge: MIT Press, 1976.
- BAGNO, Marcos. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola editorial, 2011.
- BARBOSA, Jerónimo Soares. **Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios de grammatica geral applicados à nossa linguagem**. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1822.
- BARROS, João de. **Grammatica da lingua portuguesa**. Olyssipone: apud Lodouicum Rotorigiu[m], Typographum, 1540.
- BASSETO, Bruno Fregni. **Romeno e as línguas românicas**. Cadernos do Congresso Nacional de Linguística e Filologia, Série VIII, n.06. Rio de Janeiro. 2004. Disponível em: < <http://www.filologia.org.br/viiicnlf/anais/caderno06-11.html>>. Acesso em jan 2015.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. **A categoria do gênero**. Tese de livre docência: USP, 1974.
- BLOOMFIELD, Leonard. **Language**. New York: Henry Holt and Company, 1933.
- BOOIJ, Geert. **The grammar of words**: an introduction to linguistic morphology. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. Sociolinguística e Geolinguística: uma perspectiva histórica. In: BARRETO, Mônica M. G. S.; SALGADO, Ana Claudia P. (Orgs.) **Sociolinguística no Brasil**: uma contribuição dos estudos sobre línguas em/de contato. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009. p. 88-92.
- BRUSCHINI, Cristina. Mulher e mundo do trabalho: ponto de vista sociológico. In: BRANDÃO, Margarida L. R.; BINGEMER, Maria Clara L. (Orgs.). **Mulher e relações de gênero**. São Paulo: Edições Loyola, 1994. p. 115-130.
- CÂMARA JR. Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. 45. ed. Petrópolis: Vozes, 2013 [1970].

_____. **Dicionário de lingüística e gramática**. 19.ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CARDOSO, Suzana Alice. **Geolinguística**: tradição e modernidade. São Paulo: Parábola Editoria, 2010.

CARDOSO, Suzana et al. **Atlas Linguístico do Brasil**. Londrina: EDUEL, 2014.

CARDOSO, S.A.M.; MOTA, J.A. **Documentos 2**: Projeto Atlas Linguístico do Brasil. Salvador: Quarteto Editora, 2006.

CASTRO, Mary Garcia. A dinâmica entre classe e gênero na América Latina: apontamentos para uma teoria regional sobre gênero. In: NÚCLEO DE ESTUDOS MULHER E POLÍTICAS PÚBLICAS. **Mulher e políticas públicas**. Rio de Janeiro: IBAM/UNICEF, 1991.

CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, Peter. **La Dialectología**. Madrid: Visor Libros, 1994.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB. **Atlas Lingüístico do Brasil**: questionários 2001. Londrina: Ed. UEL, 2001.

COSERIU, Eugenio. **La geografia lingüística**. Montevideú: Universidad de la República, 1956.

COSTA, Silvio Reinod. **Análise morfo-semântica de alguns pares de sufixos eruditos e populares latinos no período entre os séculos XII a XVI**. Vol. 1. 2008. 545 f. Tese de doutorado - Faculdade de Ciências e Letras. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Campus de Araraquara, Araraquara/SP.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

DELATOUR, Y.; JENNEPIN, D.; LÉON-DUFOUR, M.; TEYSSIER, B. **Nouvelle Grammaire du Français**. Paris: Hachette, 2004.

DUBOIS, Jean et al. **Dicionário de lingüística**. São Paulo: Cultrix, 2006 [1973].

ECKERT, Penelope. **Age as a sociolinguistic variable**. In: COULMAS, Florian (Ed.). Oxford: Blackwell Publishing, 1998. p. 105-115.

FALCI, Miridan Knox. Mulheres do sertão nordestino. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1997. p. 241-277.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana. **A dialetologia no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

FONSECA, Fernando V. Peixoto da. **Método prático da língua romena**. Lisboa: Editorial Gleba, 1944.

FREED, Alice F. Epilogue: reflections on language and gender research. In: HOLMES, Janet; MEYERHOFF, Miriam. **The handbook of language and gender**. Oxford: Blackwell, 2003. p. 699-721.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 32 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GONÇALVES, Carlos Alexandre. Processos morfológicos não-concatenativos do português brasileiro: formato morfoprosódico e latitude funcional. **ALFA**, v. 48, n. 1. 2004.

GOUVEIA, Maria Carmen de Frias e. Algumas mudanças de gênero em curso no Português. **Actas do XIII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística**. vol. 1 Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 1998, p. 339-352.

GRUPO EN CANTO. O conceito de gênero: um novo 'coração de mãe' nas pesquisas sobre a mulher? **XII Encontro Anual da ANPOCS**, 23-27 out. 1989, Caxambu, MG.

GUY, Gregory R.; ZILLES, Ana. **Sociolinguística quantitativa**: instrumental de análises. São Paulo: Parábola, 2007.

HAAS, Mary R. Men's and Women's Speech in Koasati. **Language**. vol. 20, n. 03, Julho-Setembro 1944, p. 142-149.

HALLE, Morris. Prolegomena to a theory of word-formation. **Linguistic Inquiry**, v.04, n.01, p. 3-16, 1973.

HOCKETT, Charles F. **A course in Modern Linguistics**. Oxford: The Macmillan Company, 1958.

HOUAISS. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva. Versão 3.0. 2009.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HUXLEY, Aldous. **Admirável mundo novo**. Tradução Felisberto Albuquerque. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

IBGE. **Cidades**. 2013. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br>>. Acesso em novembro 2014.

IBGE. **Estados**. 2013. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/>>. Acesso em novembro 2014.

INDIANI, M. T. & LOPES, Célia Regina dos Santos. (Org.) **Sexo**: uma variável produtiva. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ, 1995.

KOCH, Walter; ALTENHOFEN, Cléo Vilson; KLASSMANN, Mário Silfredo (Orgs.). **Atlas Lingüístico-etnográfico da Região Sul do Brasil**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.

LABOV, William. **Padrões Sociolingüísticos**. Tradução Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre, Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].

LAKOFF, Robin. Language and Woman's Place. **Language in Society**, Cambridge, v. 2, n. 1, p. 45-80, abr. 1973.

LAROUSSE. **Dictionnaire de Poche 2011**. Paris: Larousse Dictionnaires, 2010.

LEAP, William L. Language and gendered modernity. In: HOLMES, Janet; MEYERHOFF, Miriam. **The handbook of language and gender**. Oxford: Blackwell, 2003. p. 401-422.

LUCCHESI, Dante. Norma lingüística e realidade social. In: BAGNO, Marcos. (Org.) **Lingüística da norma**. São Paulo: Edições Loyola, 2004. p. 63-92.

MARINHO, Marco Antônio Ferreira. **Do latim ao português: percurso histórico dos sufixos -dor e -nte**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

MARTINET, A. Le genre féminin en indo-européen: examen fonctionnel du problème. **Bulletin de la Société de linguistique de Paris**. nº. 52, 1956, p. 83-95.

MATTHEWS, P. H., **Morfología**: introducción a la teoría de la estructura de la palabra. Madrid: Paraninfo, 1980.

MEACHEM, Suzanne. **Women's actions, women's words**: female political and cultural responses to the Argentine state. 339 fl. Tese de doutorado – Departamento de estudos hispânicos, Universidade de Birmingham, Birmingham. 2010.

MEILLET, A. **Linguistique historique et linguistique générale**. Paris: La Société de Linguistique de Paris. 1982.

MOLINER, María. **Diccionario de uso del español**. Madrid: Gredos, 1994.

MONTEIRO, José Lemos. **Morfologia Portuguesa**. 4. ed. Campinas: Pontes, 2002.

MORAES, Maria Lyra Quartim de. Usos e limites da categoria gênero. **Cadernos Pagu**, n. 11. 1998. p. 99-105.

MORENO FERNÁNDEZ, Francisco. **Principios de sociolingüística y sociología del lenguaje**. Barcelona: Editorial Ariel, 1998.

NASCENTES, Antenor. **O linguajar carioca**. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

_____. **Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil**. Rio de Janeiro: MEC - Casa de Rui Barbosa, 1958. v. 1.

NIDA, Eugene A. **Morphology**: the descriptive analysis of words. 2nd edition. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1949.

NUNES, José Joaquim. **Compêndio de gramática história portuguesa**: fonética e morfologia. Porto: Livraria Clássica Editora, 1956.

OLIVEIRA, Fernão de. **Grammatica da lingoagem portuguesa**. Lisboa: Casa d'Germão Galharde, 1536. Disponível em <<http://purl.pt/120>>. Acesso em 10 março 2015.

PAIVA, Maria da Conceição de. A variável gênero/sexo. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Orgs.) **Introdução à Sociolinguística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2010.

PERINI, Mário A. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola editorial, 2010.

PINTO, Vera Maria Ramos. O questionário morfossintático do ALiB: o feminino de chefe e de presidente. **Claraboia**: revista do Curso de Letras da UENP. Jacarezinho/PR, n. 1/2, p. 136-156, jun./dez. 2014.

POP, Sever. **La dialectologie. Aperçu historique et méthodes d'enquêtes linguistiques**. vols. 1 e 2. Louvain: Chez L'auter, 1951.

PRETI, Dino. **Sociolinguística: os níveis de fala**: um estudo sociolinguístico do diálogo na literatura brasileira. 6 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

RAGO, Margareth. Descobrimo historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, n. 11. 1998. p. 88-98.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. Asociación de Academias de la Lengua Española. **Nueva gramática de la lengua española**. Volumen I y II. Madrid: Espasa Libros, S.L.U; 2009.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. **Estruturas Morfológicas do Português**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

ROSSI, Nelson. A dialetologia. **ALFA**, Marília, n. 11, p. 89-116, 1967.

SAID ALI, M. **Grammatica Histórica da Língua Portuguesa**. 2ª edição. São Paulo: Melhoramentos, 1931.

SANDMANN, Antônio José. **Morfologia geral**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

SARDENBERG, Cecília M. B.; COSTA, Ana Alice A. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, Margarida L. R.; BINGEMER, Maria Clara L. (Orgs.). **Mulher e relações de gênero**. São Paulo: Edições Loyola, 1994. p. 81-114.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Lingüística Geral**. 27 ed. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].

SEGATO, Rita Laura. Os percursos do gênero na antropologia e para além dela. **Sociedade e Estado**, v. XII, n. 2, Jul./Dez. 1997. p. 235-262.

SPENCER, Andrew; ZWICKY, Arnold M. (eds). **The Handbook of Morphology**. Oxford: Blackwell Publishing, 2001.

STEARNS, Peter N. **História das relações de gênero**. São Paulo: Contexto, 2013.

SUNDERLAND, Jane. **Language and gender: an advanced resource book**. New York: Routledge, 2006.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. 8 ed. São Paulo: Ática, 2007.

TRUDGILL, Peter. Sexo e prestígio linguístico. In: AEBISCHER, V.; FOREL, C. (Orgs.) **Falas masculinas, falas femininas? Sexo e linguagem**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

VENTURI, Gustavo; GODINHO, Tatau (Orgs.). **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Edições Sesc SP, 2013.

VOTRE, Sebastião Josué. A relevância da variável escolaridade. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Orgs.). **Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2010. p.51-57.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin I. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

ZÁGARI, Mário Roberto. Os falares mineiros: esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (Org.). **A geolinguística no Brasil: caminhos e perspectivas**. Londrina: Ed. UEL, 1998. p. 31-77.

ZANOTTO, Normelio. **Estrutura mórfica da língua portuguesa**. 3. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.